

**Ana Filipa Almeida Mendes**

**Para a construção de uma memória: organização sistémica do  
Arquivo dos Condes de Azevedo**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos  
Históricos orientada pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva  
e coorientada pela Dr.<sup>a</sup> Laura Garrido

**Volume I**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

# Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo

Ana Filipa Almeida Mendes

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo de Arquivos  
Históricos, orientada pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva  
e coorientada pela Dr.<sup>a</sup> Laura Garrido

## Membros do Júri

Professora Doutora Julce Mary Cornelsen  
Universidade Estadual de Londrina - Paraná

Professor Doutor Armando Malheiro da Silva  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Helena Osswald  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

*Ao meu padrinho, avô e avó.*

## Sumário

Agradecimentos.....	6
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Índice de ilustrações.....	9
Índice de quadros e genealogias.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
Introdução.....	12
1. Capítulo 1 – Definição do Projeto.....	16
1.1 Instituição de Acolhimento.....	16
1.2 Antes do estágio.....	18
1.3 O Estágio e atividade desenvolvida.....	19
1.4 Caracterização do Sistema de Informação.....	19
1.5 O SIF Condes de Azevedo e os Condes de Margaride.....	20
2. Capítulo 2 – O Tempo e o Espaço.....	24
2.1 Barcelos.....	24
2.1.1 Lama: o berço dos Azevedos.....	28
2.2 Vila do Conde.....	30
2.2.1 Vila do Conde e os Condes de Azevedo.....	32
2.2.2. Os Azevedos e o Convento de Santa Clara de Vila do Conde.....	39
3. Capítulo 3 - Os Produtores de Informação.....	41
3.1 A Família Azevedo.....	43
3.1.1 Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca, 1º Conde de Azevedo.....	56
3.1.2 Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, 2º Conde de Azevedo.....	62
3.2 Os Velhos de Barbosa do Paço de Marrancos.....	64
3.3 Os Carneiro da Grã Magriço.....	69
3.4 Os Duarte Coelho da Quinta da Espinheira.....	79
3.5 A Casa do Hospital.....	91
3.6 Os Barbosas de Estarreja (Casa da Fontinha).....	95
3.7 O Morgado de Lanhelas.....	98

4. Capítulo 4 - A Gestão da Informação: uma classificação/organização do Arquivo dos Condes de Azevedo, segundo o modelo sistémico.....	102
4.1 A História dos Arquivos e a Evolução da Arquivística.....	102
4.2 O Paradigma Pós-custodial e o Método Quadripolar .....	107
4.3 O Modelo Sistémico .....	110
4.4 Os Arquivos de Família.....	113
4.5 A elaboração do Quadro Orgânico-funcional do Sistema de Informação Condes de Azevedo .....	115
Considerações finais .....	117
Referências bibliográficas .....	118

## Agradecimentos

Primeiro, agradeço a Deus, meu Pai celestial.

Ao meu caro orientador, o Professor Doutor Armando Malheiro da Silva, pela paciência, prontidão, motivação e incentivo, sempre disposto a oferecer estímulos e ouvir com interesse e ânimo todas as minhas questões, dúvidas e problemas e pela confiança depositada no meu trabalho.

À Dr.<sup>a</sup> Laura Garrido, Coordenadora do AMVC e do Centro de Memória e co-orientadora desta dissertação, pela paciência, motivação, comentários, observações e críticas construtivas a este trabalho.

À minha irmã Paulinha, com um carinho especial porque muito me ajudas. Porque sem ti a sabedoria jamais seria cultivada...

Aos meus pais, porque sem vocês nada disto seria possível, pelo apoio e felicidade que sempre me proporcionam.

À Sara, colega de turma e de estágio, a companhia e a amizade.

Ao André, o apoio demonstrado nesta etapa.

## **Resumo**

Os Arquivos de Família constituem memória, memória essa que cria identidade sem a qual nada significaríamos. A valorização dos arquivos permite enriquecer a História que é essencial para a compreensão do mundo atual. Os Arquivos familiares, particularmente, trazem até nós informação de comportamentos individuais e coletivos, nos níveis social, político, económico. Ultimamente, a Arquivística alia-se mais uma vez à História para nos trazer estudos de famílias e seus respetivos arquivos que nos permite conhecer vidas passadas, papéis sociais de outras épocas, transferências de património, etc. Este projeto foi realizado no âmbito do Mestrado de História e Património – Ramo de Arquivos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mediante um estágio curricular no Arquivo Municipal de Vila do Conde, onde se encontra o Arquivo Familiar dos Condes de Azevedo, provenientes da freguesia de Lama do Concelho de Barcelos. O trabalho aqui apresentado visa a elaboração de um Quadro Orgânico Funcional do Arquivo Familiar dos Condes de Azevedo. Organizado e concebido através de uma perspetiva sistémica, colocando a tónica, ao contrário das classificações temáticas, na organicidade/orgânica da estrutura que é a Família. Assim, através das genealogias da Família Azevedo e de todas as outras famílias que integram o Sistema de Informação, formando Subsistemas, conseguimos criar uma organização que tem como base as gerações da família preservando a orgânica da estrutura familiar.

**Palavras-chave:** Condes de Azevedo, Arquivos de Família, Quadro Orgânico Funcional.

## **Abstract**

Family Files are memory, memory that creates identity without which we didn't mean nothing. The valuation of files allows to enrich history that is essential for the understanding of today's world. Family files, in particular, bring to us information of individual and collective behaviors in social, political and economical levels. Lately, Archival joins forces once again with history to bring us family studies and their respective files that allows us to know past lives, social roles of other times, property transfers, etc. This project was carried out under the Master's History and Heritage - Historical Archives Branch of the Faculty of Arts, University of Porto, through a traineeship in the Municipal Archive of Vila do Conde, where the Family Archive of Condes de Azevedo, from Lama parish of Barcelos County. The work presented here aims to draw up an Organic-Functional Frame of the Family Archive of Condes de Azevedo. Organized and designed by a systemic perspective, with an emphasis, as opposed to thematic classifications, the organic nature / organic structure which is the family. Thus, through the genealogies of the Azevedo family and all the other families that are part of the Information System, forming subsystems, we managed to create an organization that is based on family generations preserving the organic structure of the family.

**Keywords:** Condes de Azevedo, Family Files, Organic-Functional Frame.



## **Índice de ilustrações**

Foto 1: Casa dos Coelhos de Vila do Conde .....	34
Foto 2: Casa da Praça de Vila do Conde .....	35
Foto 3: Jazigo da Casa da Praça (Cemitério de Vila do Conde) .....	36
Foto 4: Casa-solar de Azevedo .....	44
Foto 5: Capela de Nossa Senhora do Leite (Casa-solar de Azevedo).....	61
Foto 6: Quinta da Espinheira, em S. Simão da Junqueira .....	90

## Índice de Quadros e Genealogias

Quadro 1: Fluxograma dos Subsistemas do Sistema de Informação Condes de Azevedo .....	42
Genealogia 1: Ascendência de D. Maria da Purificação Briolanja de Queirós e Vasconcelos Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena .....	37
Genealogia 2: Família Azevedo .....	47
Genealogia 3: Descendência de D. Maria José do Livramento de Azevedo Velho da Fonseca Barbosa Pereira Pinheiro e Sá .....	55
Genealogia 4: Família Falcão Cota .....	56
Genealogia 5: Dos Feyo aos Velhos .....	65
Genealogia 6: Família Velho de Barbosa do Paço de Marrancos .....	67
Genealogia 7: Família Arriscado de Lacerda .....	68
Genealogia 8: Família Carneiro da Grã Magriço .....	78
Genealogia 9: Família Duarte Coelho da Espinheira .....	84
Genealogia 10: Senhores da Casa de Entre-as-Vinhas (Felgueiras) .....	93
Genealogia 11: Casa do Hospital .....	94
Genealogia 12: Família Barbosa do Couto da Casa da Fontinha (Estarreja) .....	97
Genealogia 13: Família Sá do Morgado de Lanhelas .....	101

## **Lista de abreviaturas e siglas**

AMVC – Arquivo Municipal de Vila do Conde

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

QOF – Quadro Orgânico Funcional

SI – Sistema de Informação

SIF – Sistema de Informação Familiar

SIP – Sistema de Informação Pessoal

## Introdução

Este presente projeto de Mestrado em História e Património, no Ramo de Arquivos Históricos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, prende-se com o estudo orgânico do Arquivo da Família dos Condes de Azevedo pertencente ao Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC), onde foi realizado o estágio curricular. O objetivo final é a elaboração de um Quadro de Classificação Orgânico Funcional, com base na reconstrução da genealogia desta família e de outras famílias que integram o Sistema de Informação, de forma a propor uma organização desta documentação segundo o modelo sistémico (disponível para os utilizadores). Pretende-se, assim, representar os contextos orgânico-funcionais e temporais em que foi produzida a informação do Arquivo de Família Azevedo.

Assim, iniciámos o nosso projeto, procurando conhecer a história desta Família, cujo Arquivo adquire um percurso deveras interessante, começando em Barcelos, segundo as origens da família Azevedo, e acabando em Vila do Conde, onde se encontra atualmente no Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC). Terá sido adquirido, em um leilão, pelo Dr. Eugénio de Cunha Freitas, historiador vilacondense<sup>1</sup>. A instalação anterior à atual é desconhecida. O AMVC é um dos serviços que se encontra instalado no Centro de Memória de Vila do Conde<sup>2</sup>, no edifício da Casa de S. Sebastião<sup>3</sup>.

### Enquadramento Geral e Histórico

Esta família de origens ainda medievais é proveniente de Barcelos, nomeadamente da freguesia de Lama, que dista nove quilómetros do centro da referida cidade. Aí foi construída a Casa Solar de Azevedo<sup>4</sup>, uma casa torreada e brasonada, cuja construção foi iniciada a partir de uma torre medieval, núcleo este datado talvez do séc. XII<sup>5</sup>, reedificado e desenvolvido ao longo dos séculos<sup>6</sup>. A Torre de Azevedo é um dos melhores exemplos da tradição arquitetónica medieval

---

<sup>1</sup> Esta informação foi adquirida oralmente. Não há conhecimento de nenhum registo sobre esta compra nem da incorporação deste arquivo no AMVC.

<sup>2</sup> Foi inaugurado no dia 14 de Dezembro de 2008, pelo então Presidente da Câmara Municipal, Eng. Mário de Almeida, e pela Ministra da Cultura, Dr. José Pinho Ribeiro.

<sup>3</sup> Ver 1.1. Instituição de acolhimento.

<sup>4</sup> TRIGUEIROS, António J. Limpo, “Casa Solar e Honra de Azevedo”, *Concelho de Barcelos. Freguesias: Lama*, Fascículo nº48, 2014, p. 9.

<sup>5</sup> *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho*, 4º vol., Tomo II (Minho), Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 964;

<sup>6</sup> No século XVI ou final do século XV, D. Isabel de Sousa, esposa de Diogo de Azevedo reedifica a Torre e rasga uma janela *Renascença* que ostenta o escudo com as Armas dos Azevedos: pleno com a águia estendida em campo de ouro. TRIGUEIROS, cit. 4. p. 9.

no Norte, cujos moldes se prolongaram ainda durante o século XVI, já que os solares desta região nunca apresentaram elementos renascentistas<sup>7</sup>.

Segundo Felgueiras Gayo<sup>8</sup> e Trigueiros<sup>9</sup>, a família dos Condes de Azevedo descende dos “de Baião”, da pessoa D. Ero Arnaldes, filho de D. Arnaldo<sup>10</sup> (filho de Guido IV, Duque de Spoleto). D. Ero Arnaldes foi um rico-homem de Afonso II de Leão, que viera para a Península combater os Mouros com o seu pai. Pelos serviços prestados, Afonso II, o Magno, rei de Leão, doou-lhe várias terras em Barcelos e Baião, as quais povoou<sup>11</sup>. Mattoso<sup>12</sup> defende que várias concessões feudais na Península Ibérica acontecem com o objetivo de compensar serviços vassálicos. Assim, podemos considerar que o Senhorio de Azevedo é anterior à formação do país e constitui uma doação *pro bono et fidei servitio*.

O apelido “Azevedo” foi usado pela primeira vez por D. Guido Viegas de Azevedo, 5º Senhor do Couto e Honra de Azevedo<sup>13</sup>, Couto este que, de certo modo correspondia, ao que é hoje a freguesia de Lama<sup>14</sup>, como defende Mattoso<sup>15</sup>.

É na pessoa de Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho, 30º Senhor do Couto e Honra de Azevedo, que surge o primeiro título de grandeza – primeiro Visconde, seguido de Conde, pouco antes de morrer em 1876. Depois em 1905, recebeu o título de segundo Conde de Azevedo o seu sobrinho-neto Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon. Provem daqui o título do presente estudo, que se foca principalmente na família destas duas personalidades, que constitui o principal Sistema de Informação. As restantes

---

<sup>7</sup> AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: introdução ao estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, 1969, p. 35, 51.

<sup>8</sup> FELGUEIRAS GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo III, p. 94.

<sup>9</sup> TRIGUEIROS, cit. 4. p. 10.

<sup>10</sup> De acordo com Felgueiras Gayo, D. Arnaldo era irmão de Lamberto que fora Duque de Spoleto e da Toscana e Imperador dos Romanos, coroado em 893 e “reconhecendo o dito D. Arnaldo o pouco afeito do Imperador seu irmão por ouvir os bons sucessos do Rei de Leão contra os Mouros de Espanha, passou acompanhado de criados seus a buscar terras de que fosse Senhor, e chegou à Galiza onde achou ao Rei Afonso Magno III de Leão sendo ainda vivo o Rei D. Ordonho seu pai pouco antes do ano de 899 e assinou com os grandes do Reino uma Doação que se fez a Igreja de Compostela, e de outras várias Igrejas a Sé de Coimbra empregou-se logo a fazer nas mesmas fronteiras guerras aos Mouros entre os Rios Homem, e Cávado, e chegou à Vila de Barcelos, e Ribeiras do Douro no Concelho de Baião casou o dito D. Arnaldo com D. Ermesenda Eris filha de Ero Fernandes Conde de Lugo que era um dos Poderosos Senhores de Espanha filho do Conde D. Fernando descendente por varonia de Artamiro Rei Católico”. FELGUEIRAS GAYO, cit. 8, p. 94.

<sup>11</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 10.

<sup>12</sup> MATTOSO, José, *Ricos – Homens, infâncias e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Guimarães Editores, 1985, p. 148.

<sup>13</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 10.

<sup>14</sup> AMVC/Arquivo dos Condes de Azevedo Caixa 3427/20 – Doc. Nº 45.

<sup>15</sup> As Honras e Coutos “coincidiam por vezes com os limites de uma paróquia, o que mostra a relação da honra com a comunidade humana, agrícola e religiosa, a que ela dava uma estrutura peculiar, por meio do exercício do poder político concentrado nas mãos dos senhores”. MATTOSO, cit. 12, p. 146.

famílias, como a dos Velhos ou os Falcões Cota, que casam com membros da família Azevedo, formam Subsistemas.

### Motivação e Objetivos

Movidos pelo interesse que os Arquivos de Família nos suscitam, resolvemos então começar este percurso de investigação, tentando, assim, contribuir, na medida do possível, para a construção e revalorização da História.

Os Azevedos exerceram numerosos cargos profissionais, tanto políticos como militares, reuniram territórios com casas e morgados, e até, como no caso do 1º Conde de Azevedo, livros, dado que ele era um grande bibliófilo e a sua biblioteca foi muito prestigiada. Tudo isto cria documentos que transmitem a memória dos membros da família. Para caminharmos rumo ao futuro, temos que conhecer o nosso passado, por isso, não o podemos olvidar, para que o seu desconhecimento não signifique a sua não-existência.

Os objetivos deste projeto são a realização de um estudo de contextualização histórica da família dos Condes de Azevedo, reconstruindo a genealogia desta e das outras famílias que integram o Arquivo/Sistema de Informação Familiar (SIF), de molde a permitir a organização do arquivo, apoiando-se no modelo sistémico como forma de preservação da orgânica da família com a elaboração de um Quadro Orgânico-Funcional (QOF) assente nas gerações das respetivas famílias. Esta proposta de organização do arquivo, aliás, organização da informação segundo o modelo sistémico, faz com que o arquivo se torne num Sistema de Informação (SI)<sup>16</sup> que de acordo com o referido quadro de classificação coloca em evidência os produtores e a utilização que eles fazem dessa mesma informação. Deste modo, criam-se as condições para futuramente ser concebido um instrumento de acesso à informação, como um inventário ou um catálogo; no entanto, o QOF dá-nos a conhecer os documentos que constituem o Sistema de Informação e Subsistemas, permitindo a sua fácil recuperação, sempre que seja necessária a sua consulta.

### *Estado da Arte (Fontes e Metodologia)*

Sobre esta família, a base teórica assenta sobretudo em nobiliários. Com efeito, não existe um estudo/trabalho/obra específica sobre a família dos Condes de Azevedo<sup>17</sup>, nem sobre as

---

<sup>16</sup>Neste caso, Sistema de Informação Familiar – SIF.

<sup>17</sup> À exceção da obra do 2º Conde de Azevedo - *Cartas Inéditas de Camillo Castelo Branco ao 1º Conde de Azevedo*, Coimbra Editora, 1926 – que não só compila algumas cartas entre aquelas duas personalidades como também se debruça sobre notas genealógicas da Família Azevedo, bem como outras, por exemplo, a Família Velho de Barbosa.

restantes famílias que constituem os subsistemas. A bibliografia utilizada para este relatório divide-se em duas vertentes: bibliografia de carácter especializado sobre Arquivos e Arquivos de Família e, outra, de carácter histórico, biográfico e genealógico para a contextualização histórica da(s) família(s).

Para a construção das genealogias das famílias foi utilizada, a par da bibliografia nobiliárquica e genealógica, a plataforma digital Geneall.net, uma base de dados genealógica nacional e internacional, tendo em boa consciência a sua «fragilidade».

Ainda na construção das genealogias, foi utilizado o programa do *My Heritage – Family Tree Builder*. No início do projeto, as genealogias foram elaboradas manualmente.

# Capítulo 1 – Definição do Projeto

Como já foi referido, o presente projeto tem como objetivos a elaboração do estudo da família dos Condes de Azevedo com vista à criação de um QOF do Sistema de Informação do Arquivo de Família. Este projeto apenas foi moldado no intervalo letivo entre o 1º ano e o 2º ano do Mestrado de História e Património – Ramo de Arquivos Históricos, da FLUP. O projeto adotado no 1º ano não se mostrou viável para o ramo do mestrado em questão, o que levou a uma pesquisa e escolha de um novo tema durante esse período.

Assim, chegamos aos Condes de Azevedo, que, desde as primeiras pesquisas<sup>18</sup> sobre o assunto, nos suscitaram grande interesse. Desde as genealogias ao conteúdo teórico e prático da Ciência da Informação, este projeto revelou-se um grande desafio, a que esperamos ter correspondido com a devida eficiência. Este trabalho é orientado pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pela Dr.ª Laura Garrido, Coordenadora do Arquivo Municipal de Vila do Conde e do Centro de Memória.

## 1.1. Instituição de Acolhimento

A tutela do Arquivo dos Condes de Azevedo cabe, como já referido, ao Arquivo Municipal de Vila do Conde. O AMVC é um dos serviços que constitui o Centro de Memória, inaugurado em 2008, que funciona no edifício da Casa de S. Sebastião.

A antiga Casa de S. Sebastião é atualmente propriedade municipal. A sua construção remonta ao século XVII; no entanto, foi alvo de modificações ao longo dos anos. O primeiro proprietário deste solar foi Frei Manuel Azevedo e Ataíde, Comendador da Ordem de Cristo, e natural de Barcelos. Frei Manuel vendeu-o no ano de 1672 a Frei João Carneiro Rangel e a sua mulher. O Solar mantém-se na posse desta família até aos primeiros anos da segunda metade do século XIX, sendo a última herdeira e representante desta família D. Joana Felicidade de Vasconcelos Vieira de Lira Sotomaior. Esta vendeu o solar ao Dr. José Joaquim Figueiredo de Faria que se torna, em 1852, administrador do concelho de Vila do Conde. Esta família (Figueiredo Faria) habitou o edifício por três gerações, vendendo-o, posteriormente, ao município. Pese embora todo o processo de reconstrução da casa, uma das salas, o salão nobre,

---

<sup>18</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, Editorial Enciclopédica, Lda., 1989, pp. 361 – 363 e *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho*, cit. 5, p. 964.



mantém as mobílias e objetos decorativos da família, procurando reproduzir o mais fielmente possível o período em que era habitada pela mesma.

Este edifício, onde outrora funcionou a Biblioteca Municipal, foi alvo de um projeto de (re)construção, com o objetivo criar um espaço de agregação, comunicação e investigação da memória do concelho de Vila do Conde e, simultaneamente, criar espaços de lazer e divulgação de cultura<sup>19</sup>.

Atualmente, além do Arquivo dos Condes de Azevedo, o acervo do Arquivo Municipal contém cerca de 2 500 metros de documentos pertencentes, na sua maioria, ao Arquivo da Câmara Municipal, bem como da Administração do Concelho; Provedoria; Câmara Municipal de Azurara (alguns documentos); Câmara Municipal de Barcelos (alguns documentos); Câmara Municipal da Póvoa de Varzim (alguns documentos); Juntas de Paróquia ou de Freguesia (Fajozes; Junqueira; Rio Mau; Touguinha; Formariz; Vila Chã); Confrarias; Sociedade Humanitária de Vila do Conde; Clube 1º de Dezembro; Clube Fluvial Vilacondense; Círculo Católico de Operários de Vila do Conde; Condes de Cavaleiros; Família Felgueiras Gaio; Morgado de Santa Luzia; Família Adriano; Coleção de Fragmentos de Códices Medievais; e o Arquivo da Família Vasconcelos de Vila do Conde<sup>20</sup>.

Ao longo do tempo, o Arquivo Municipal trabalhou no sentido de constituir um importante acervo, que resultou, além da produção documental consequente da atividade desenvolvida pela própria Câmara Municipal de Vila do Conde, da documentação recebida no seu decurso da sua atividade. A aquisição, doação ou depósito de outros acervos, relativos, entre outros, a pessoas, famílias, associações, confrarias, juntas de paróquia ou de freguesia, permitiu a constituição de um Arquivo, com balizas temporais que se situam entre os séculos XII e XXI<sup>21</sup>.

O AMVC possui um inventário<sup>22</sup> da autoria de Fernando de Sousa, Gaspar Martins Pereira, Maria Helena Osswald, Jorge Fernandes Alves, Jorge Martins Ribeiro e Luís Carlos Amaral, todos professores da Faculdade de Letras da UP, à exceção de Fernando de Sousa, que se encontra aposentado. O Inventário é de 1991 não constando aí o Arquivo dos Condes de Azevedo.

---

<sup>19</sup> [http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=29008](http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29008).

<sup>20</sup> <http://www.cm-viladoconde.pt/pages/520>, consultada em 21 de julho de 2015.

<sup>21</sup> <http://www.cm-viladoconde.pt/pages/520>, consultada em 21 de julho de 2015.

<sup>22</sup> SOUSA, Fernando de, [et al.] *O Arquivo de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1991.

## 1.2. Antes do Estágio

Como referido anteriormente, o presente projeto foi definido no intervalo letivo entre o 1º e 2º ano de mestrado e o conhecimento deste arquivo foi possível através da consulta dos anexos ao inventário da instituição.

O primeiro passo a dar foi a pesquisa, na *Nobreza de Portugal e do Brasil*, dos 1º e 2º Conde de Azevedo. O segundo foi pesquisar no *Guia de Portugal* as casas que, pelo menos, estes dois homens possuíram. Nesta primeira fase do trabalho, não havia a noção da extensão do arquivo nem do que continha – especialmente as famílias e membros que as compunham.

Assim, após a tomada de conhecimento do arquivo a tratar, das primeiras pesquisas e do primeiro encontro com o Professor Orientador Armando Malheiro, inicia-se a investigação para a contextualização do arquivo dos Condes de Azevedo.

A primeira tarefa incumbida pelo Professor Malheiro foi a pesquisa em outras instituições, principalmente arquivos, para averiguar se existiriam outros arquivos ou fundos da mesma família. Foram encontrados documentos que aludiam aos Condes. No Arquivo Distrital de Viana do Castelo, foram obtidos dois resultados: um Libelo Móvel, de 1852, em que são autores os Viscondes de Azevedo<sup>23</sup>, e uma licença requerida pelo 2º Conde de Azevedo, em 1902<sup>24</sup>. Na Biblioteca Municipal de Barcelos existe o Fundo da Biblioteca do Conde de Azevedo<sup>25</sup>. Na Biblioteca Pública Municipal do Porto encontra-se um conjunto documental com 694 documentos do 2º Conde de Azevedo<sup>26</sup>, estando na mesma biblioteca o legado que o 1º Conde de Azevedo deixou<sup>27</sup>. A Torre do Tombo guarda um Fundo denominado “Morgado de Azevedo” que corresponde ao “Livro Geral de todos os prazos e foros” do Morgado de Azevedo, com uma nota de que pertence “aos Ex.<sup>mos</sup> Visconde e Viscondessa de Azevedo” e inclui certidões dos registos de doação e confirmação de S. João de Rei e Terras de Bouro aos seus donatários<sup>28</sup>.

---

<sup>23</sup> <http://digitarq.advct.arquivos.pt/details?id=1061756>

<sup>24</sup> <http://digitarq.advct.arquivos.pt/details?id=1093879>

<sup>25</sup> <http://www.cm-barcelos.pt/viver-barcelos/cultura/biblioteca-municipal>.

<sup>26</sup> *Espólios da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Porto, 2010, p. 15.

<sup>27</sup> Por sua morte, Francisco Lopes de Azevedo Velho de Barbosa Fonseca, 1º Conde de Azevedo, deixou a sua biblioteca ao seu primo, o 2º Conde de Samodães e legou à BPMP muitos dos seus manuscritos. ZÚQUETE, cit. 18, p. 362. Existe, na Biblioteca Nacional, um Catálogo da Biblioteca do 1º Conde de Azevedo e do 2º Conde de Samodães chamado: *Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notáveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e Samodães enriquecido de notas bibliográficas e notícias de várias edições de muitas obras descritas. E também numerosos fac-similes de portadas, frontispícios, páginas, gravuras, registos de lugar e de data de impressão das mesmas obras, etc.* redigido por José dos Santos e com introdução pelo erudito escritor e bibliófilo Anselmo Braamcamp Freire, editado em 1921 pela Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica no Porto.

<sup>28</sup> <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1675>; <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223343>.

Nesta fase, começámos a fazer as primeiras genealogias.

A par destas pesquisas, efetuámos o primeiro contacto com a documentação guardada no AMVC, em 26 de setembro de 2014, ainda antes do estabelecimento do Protocolo necessário entre a FLUP, AMVC e restantes intervenientes do projeto como o orientador e a autora deste trabalho. Neste primeiro contato antes do estágio propriamente dito, efetuou-se a contagem das caixas para se começar a ter noção da constituição física do arquivo. Viram-se os documentos “avulsos” e as primeiras duas caixas (de um total de 27 caixas)<sup>29</sup>.

### **1.3. O Estágio e atividade desenvolvida**

O Estágio realizou-se desde 14 de outubro de 2014, após a assinatura do Protocolo, até 23 de março de 2015, segundo o horário de funcionamento da instituição (2ª a 6ª das 9h – 18h, e Sábados das 10h – 18h). Normalmente, à semana, eram cumpridas 4h de manhã e 4h de tarde e aos sábados 3h da parte da tarde. Foram contabilizadas 400h30min no final do estágio, embora algumas visitas foram feitas ao arquivo, para que alguns lapsos que foram detetados no recenseamento da documentação pudessem ser corrigidos.

A atividade desenvolvida no estágio foi o recenseamento da documentação que, devido ao seu volume e, também, à falta de experiência, revelou-se muito moroso.

### **1.4. Caracterização do Sistema de Informação**

O SIF Azevedo é constituído por 2.620 documentos dispostos em 27 caixas e cinco deles “soltos”. Cada uma das caixas possui um número diferente de documentos. A caixa com maior número de documentos é a *Caixa 23* com 595 documentos. As *Caixas 6* e *8* têm somente um documento cada, a primeira guarda um maço de Procurações de 1769 pertencente a Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá<sup>30</sup> e a segunda um *Livro Mestre dos caseiros que pagam pensoens e foros a esta Casa dos Carneiros de Balazar e Póvoa do Varzim. Feito no anno de 1856*<sup>31</sup>.

As balizas temporais estendem-se desde o século XV ao século XX. O documento mais antigo é “Instituição do Morgado de S. Miguel que institui Gil Lourenço e sua mulher Joana

---

<sup>29</sup> Ver subcapítulo 1.4 Caraterização do Sistema de Informação, p. 19.

<sup>30</sup> Filho primogénito de Leonardo Lopes de Azevedo e D. Margarida Isabel de Sousa, foi 24º Senhor de Azevedo, nasceu e faleceu na Casa-solar de Azevedo. Casou em 21 de outubro de 1764, na Igreja de Lama com D. Inês Rita de Sousa César e Lencastre, não tiveram geração.

<sup>31</sup> Este tomo pertence ao Visconde de Azevedo e Viscondessa de Azevedo, sendo ela a herdeira das ditas casas.

Gonçalves”, com a data de 1430, que se encontra na Secção de Não Identificados com a cota 3427/20 – 16. O documento mais recente trata-se de “Venda de Pedro Barbosa Falcão de Azevedo Bourbon (2º Conde de Azevedo) em Felgueiras”, do ano de 1923 e encontra-se na Subsecção 9.1.1 do SIF Condes de Azevedo com a cota 3427/23 – 570.

Aparentemente não existe nenhuma ordem para a distribuição dos documentos nas caixas.

Quanto aos produtores de informação, seja ela produzida ou recebida, o volume de documentação no SIF Condes de Azevedo e Subsistemas que o integram diferem. Além da Família Azevedo (com cerca de 1000 documentos), no Subsistema Família Duarte Coelho concentra-se um vasto volume de documentos, cerca de 300 documentos<sup>32</sup>. Em relação aos Não Identificados contaram-se 443 documentos.

A tipologia documental concentra-se principalmente em Contratos de Compra e Venda, Contratos de Arrendamento, Sentenças Cíveis, Autos, Procurações, Vedorias e Autos de Apegação, Tombos de Propriedades/ Róis de Rendas, Testamentos, alguns dotes, várias Certidões e Requerimentos, Recibos, Certidões de Legados e Licenças de Missas.

Neste acervo documental, não consta apenas a família Azevedo, a que pertencem os Condes de Azevedo. Resulta da união de várias famílias, entre as quais, a Família dos Carneiros do Porto, da Família dos Falcões Cota de Braga, da Família Queirós do Hospital em Monção, etc.

Como já dissemos, existem várias famílias que se ligam por via do matrimónio com a Família dos Condes de Azevedo, cujo SI aqui estudamos. Daqui decorre também a união desses Arquivos de Família, ou parte deles, que classificamos como Subsistemas de Informação. No entanto, destacamos a informação relativa aos Condes de Margaride, pela qual não identifica uma ligação pela via do matrimónio, o que nos leva a crer na possibilidade de se tratar de uma união artificial de documentos. Lembramos que o Dr. Eugénio da Cunha e Freitas terá adquirido o Fundo dos Condes de Azevedo e desta forma, possa ter também adquirido, por alguma via, a documentação existente neste SIF dos Condes de Margaride.

## **1.5 O SIF Condes de Azevedo e os Condes de Margaride**

Os Condes de Margaride foram uma das famílias nobres que escolheram a praia de Vila do Conde para a suas férias. A beleza, a urbanidade, a experiência, o trato afável, o carácter que

---

<sup>32</sup> Sobre os produtores da informação ver Capítulo 3. Como se pode observar, o SIF Condes de Azevedo é constituído por várias famílias, mas devido à falta de base bibliográfica não foi possível escrever um capítulo considerável para cada uma delas, por exemplo, a família os Falcões Cota de Braga.

Vila do Conde dispunha (e dispõe) faziam dela um local extremamente atrativo para se visitar e, até, para viver. No caso destes fidalgos, Vila do Conde deixa de ser um destino de praia obrigatório para passar a ser um local para o encontro de famílias, encontros estes que ainda hoje perduram. Esta e outras famílias continuam a veranejar em Vila do Conde e “sem descuidar preceitos a que os seus maiores nos habituaram”<sup>33</sup>.

O 1º Conde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, começou a passar férias em Vila do Conde depois do seu amigo Júlio Graça o convidar<sup>34</sup>, comprando seis casas, na Avenida Bento Freitas<sup>35</sup>, bem perto da praia. O Conde de Margaride conta com uma rua com o seu nome – Rua Conde de Margaride – inaugurada em 1918, ou seja, em plena 1ª República, homenagem esta prestada a “uma figura prestigiosa da Colónia Balnear, e, como tal, pelo seu carácter, exemplo e atividade”<sup>36</sup>.

Muito «curiosa» foi a pessoa do 1º Conde de Margaride, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, grande proprietário em Guimarães, sendo senhor das seguintes Casas: Margaride, Veiga e Carmo, foi Governador Civil de Braga (12 de Outubro de 1871 – 15 de Março de 1877) e do Porto (1878 – 1879). Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (por Alvará de 15 de Março de 1862), do Conselho de S.M.F., era Grã Cruz da Ordem de Cristo (8 de Janeiro de 1881) e comendador da de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (14 de Setembro de 1876). Nasceu na Casa da Veiga, em Azurém, no dia 8 de Janeiro de 1836 e faleceu na Casa do Carmo, em Oliveira do Castelo, no dia 30 de Julho de 1919. Casou com Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes a 5 de Julho de 1866. O título de Visconde foi-lhe concedido por D. Luís por Decreto de 1 de Julho de 1872, tendo sido elevado à Grandeza de Conde pelo mesmo soberano, por Decreto de 4 de Março de 1877.<sup>37</sup>

Henrique Cardoso de Macedo nasceu (19 de Agosto de 1795) e faleceu (8 de Dezembro de 1875) na Casa do Carmo, em Oliveira do Castelo, em Guimarães. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real por Alvará de 15 de Novembro de 1850, era senhor da Casa de Margaride e da Casa do Carmo. Pelo seu matrimónio com D. Luísa Ludovina de Araújo Martins nasceram Luís Cardoso

---

<sup>33</sup> PONTES, Celso, *1º Conde de Margaride e a nossa praia*, Facho – Suplemento de “O Comércio de Vila do Conde”, nº 76, Agosto de 1991, p. 1 – 2.

<sup>34</sup> PONTES, cit. 33, p. 3.

<sup>35</sup> PONTES, cit. 33, p. 3.

<sup>36</sup> PONTES, cit. 33, p. 4.

<sup>37</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 720; <http://geneall.net/pt/nome/31958/luis-cardoso-martins-da-costa-macedo-1-conde-de-margaride/> consultado a 26/06/2015.

Martins da Costa Macedo (que viria a ser 1º Conde de Margaride) e Domingos Cardoso Martins da Costa Macedo.<sup>38</sup>

Foi senhor do prazo de Pombal e do Eido das Cartas. Frequentou, até 1820, o Seminário em Braga e terminou, com distinção, o curso de Teologia, tendo chegado a receber as ordens menores pelo Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas, D. José da Costa Torres, a 31 de Maio de 1812. Desistiu da vida eclesiástica quando a sua irmã, D. Rosa Emília de S. José Cardoso, Abadessa do Real Convento de Santa Clara de Vila do Conde, recusou apresentá-lo para a Igreja da Polvoreira, pelo direito de padroado exercido pelo dito convento, devido às divergências políticas entre eles. Henrique Cardoso de Macedo teve, também, muitos conflitos com o seu irmão mais velho, o Capitão-mor Domingos Cardoso de Macedo, por causa das suas ideias liberais<sup>39</sup>

A maioria dos documentos em que consta o nome de Henrique Cardoso de Macedo são vendas e compras referentes às freguesias de S. Martinho de Leitões e S. Paio de Figueiredo, e à Quinta de Fundevila, situada nesta última freguesia<sup>40</sup>.

Ainda ligado aos documentos tidos como de Henrique Cardoso de Macedo, aparece outra figura: o Marquês de Lavradio, como Senhor e Administrador do Passo de Airão<sup>41</sup>.

Os títulos de Condes e Marqueses de Lavradio existiram em duas famílias: primeiro na dos Mendonças Furtados e a seguir, na dos Almeidas, Condes de Avintes<sup>42</sup>. É a última que nos interessa.

A documentação em que consta o nome dos “Marqueses de Lavradio” estende-se de 1750 a 1862, por isso, divide-se em três ou quatro pessoas. O documento de 1750 pertence, claramente, ao 1º Conde e 1º Marquês de Lavradio, o 4º Conde de Avintes, D. António de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo (\*1/5/1701 – +4/6/1760), os documentos do ano 1789 são do 2º Marquês, o 5º Conde de Avintes, D. Luís de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça e Melo (\*27/6/1727 – +2/5/1790)<sup>43</sup> e os documentos datados do século XIX pertencem ao 5º Marquês, o

---

<sup>38</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 720; <http://geneall.net/pt/nome/31958/luis-cardoso-martins-da-costa-macedo-1-conde-de-margaride/> consultado a 26/06/2015.

<sup>39</sup> <http://geneall.net/pt/nome/31958/luis-cardoso-martins-da-costa-macedo-1-conde-de-margaride/> consultado a 26/06/2015.

<sup>40</sup> Por exemplo: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/1 – Doc. Nº 58; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/13 – Doc. Nº 7.

<sup>41</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/1 – Doc. Nº 58.

<sup>42</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 677.

<sup>43</sup> Em 1789, o 3º Marquês de Lavradio, D. António Máximo de Almeida Portugal Soares Alarcão Melo Ataíde Eça Mascarenhas Silva e Lencastre, já seria nascido e adulto, no entanto, só adquiriu o título por Carta de 18 de Janeiro de 1791, concedida por D. Maria II. ZÚQUETE, cit. 18, p. 679.

8º Conde de Avintes, D. António de Almeida Portugal Soares Alarcão Melo Castro Ataíde Eça Mascarenhas Silva e Lencastre (\*11/2/1794 - +15/9/1874)<sup>44</sup>.

Nenhuma destas famílias nobres, a Família dos Condes de Margaride e a Família dos Marqueses de Lavradio, possuem laços familiares com a dos Condes de Azevedo. A presença destes documentos poderá, eventualmente, ser explicada pela ocorrência de negócios entre tais famílias, no entanto, não encontramos qualquer documento de compra ou venda de bens entre a família dos Condes de Azevedo e as outras famílias citadas, o que nos leva a crer numa união artificial de documentos.

Assim, estes documentos vão constituir o Sistema de Informação “Margaride” pois constituem um arquivo autónomo sem qualquer ligação com o Arquivo dos Condes de Azevedo. Para este SI foi elaborado um QOF<sup>45</sup> realizado segundo as mesmas normas do QOF do Sistema de Informação Condes de Azevedo.

---

<sup>44</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 678 – 679.

<sup>45</sup> Ver Volume II - Anexo 3 – Quadro Orgânico-funcional do Sistema de Informação “Margaride”.

## Capítulo 2 – O Tempo e o Espaço

Embora as balizas temporais do Sistema de Informação dos Condes de Azevedo sejam entre os séculos XVI a XX, este trabalho foca-se sobretudo no período de vida dos Condes de Azevedo ao longo dos séculos XIX e XX. Os palcos espaciais serão as cidades de Barcelos e Vila do Conde. A primeira, porque esta família germinou a partir daí e edificou aí a sua principal casa de família; a segunda, porque o arquivo se encontra na posse do AMVC e porque os próprios Condes, tanto o primeiro como o segundo, terão passado temporadas na Vila, nomeadamente por terem possuído lá casas.

Assim, o primeiro subcapítulo trata da cidade de Barcelos em termos administrativos e económicos. O segundo subcapítulo recua um pouco mais no tempo para nos retratar um episódio de um antepassado dos Azevedos acerca do que este poderia significar para a origem de Vila do Conde.

### 2.1. Barcelos

O concelho de Barcelos abrangia, até 1836, um vasto território delimitado a Norte pelo rio Lima e a Sul pelo Ave, confinando a Leste com os termos de Ponte de Lima, Braga e Guimarães<sup>46</sup>.

No final do século XVIII, a população total da vila e termo barcelense estimava 73.686 habitantes e 18.868 fogos, distribuídos pelas 201 freguesias. O território dividia-se em 5 julgados (Neiva, Aguiar, Penafiel, Faria e Vermoim), divisão esta relevante, apenas no que concernia aos impostos<sup>47</sup>.

Barcelos constituía a cabeça da comarca com o mesmo nome, que incluía outros coutos e concelhos da Província, sob a jurisdição da Casa de Bragança. O Ouvidor, o mais alto funcionário de nomeação daquele senhorio, seria quem estava à frente da correição<sup>48</sup>. A Carta de Lei de 19 de julho de 1790 restringiu o poder dos donatários de terras e determinou a abolição da Ouvidoria como também a integração da Comarca no regime geral de Correição, sendo algumas prerrogativas constantes do Regimento da Casa de Bragança anuladas<sup>49</sup>. Os efeitos desta medida

---

<sup>46</sup> CAPELA, José Viriato, e NUNES, João A., “O Concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República – Fontes para o seu estudo”, *Barcellos-Revista*, vol. 1, nº2, 1983, p. 220.

<sup>47</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>48</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>49</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.



não foram relevantes pois a Casa de Bragança já se encontrava unida à Coroa. Para os efeitos fiscais, a Comarca de Barcelos agregava, juntamente com as de Viana e Valença, a Provedoria de Viana<sup>50</sup>. Para efeitos pastorais, as freguesias de Barcelos integravam a Comarca Eclesiástica de Braga, junto com as visitas de Entre-Homem-e-Cávado, Sousa e Ferreira, Vermoim e Faria, Nóbrega e Neiva, Arcediagado do Couto entre outras visitas particulares<sup>51</sup>.

À Câmara presidia o Juiz de fora que era nomeado pela Casa de Bragança, mesmo após a promulgação da Carta de Lei de 1790. Os funcionários da administração municipal eram nomeados segundo as normas gerais, constantes das Ordenações e Regimentos respetivos<sup>52</sup>. A administração municipal era também constituída por três vereadores, um procurador do Concelho, um escrivão da Câmara, um tesoureiro e por outros oficiais. No que toca à administração das freguesias eram nomeados outros funcionários<sup>53</sup>.

Em 1836, no âmbito da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira o Concelho foi desmembrado e formando-se o concelho de Famalicão, sendo algumas freguesias (na realidade, nesta fase eram paróquias, já que só em 1916 estes núcleos populacionais passam a ser designados por freguesias) e anexadas a concelhos já existentes, como Viana do Castelo<sup>54</sup>. Esta reforma administrativa foi a que deu origem à divisão em distritos e o território da antiga comarca de Barcelos integrou os distritos de Braga e Viana<sup>55</sup>. A Câmara Municipal assistiu, então, às suas antigas atribuições serem partilhadas com o administrador do Concelho, que se tornou no novo representante local da Administração Central<sup>56</sup>. O Governo Civil e o Conselho de Distrito tornaram-se instâncias intermédias entre o poder central e o concelho<sup>57</sup>.

Do ponto de vista militar, a Comarca barcelense integrava, no Antigo Regime, a Província de Viana. O Distrito das Ordenanças de Barcelos encontrava-se dividido em várias companhias, cada uma delas constituída por diferentes freguesias. Após a implantação do liberalismo, o serviço militar obrigatório tendeu a generalizar-se<sup>58</sup>.

---

<sup>50</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>51</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>52</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>53</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>54</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>55</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>56</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>57</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

<sup>58</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 221.

Economicamente, Barcelos era considerado o celeiro de Entre-Douro-e-Minho<sup>59</sup>. Este concelho alcançava uma produção excedentária de pão até mesmo nos anos de crise, prestando auxílio às regiões carenciadas<sup>60</sup>.

A atividade dominante era a cerealicultura, que se associou à criação de gado bovino para exportação, que alcançou um “boom” na segunda metade do século XIX<sup>61</sup>. Nos finais do Antigo Regime, o milho grosso constituía um cereal amplamente predominante e assistiu-se a uma quebra do preço do trigo e do centeio, que outrora eram os mais importantes. A batata surge como cultura fundamental apenas em meados do século XIX<sup>62</sup>.

A vinha, à exceção da área do curso médio do Cávado e Ave e nos arrabaldes de Barcelos, não era uma cultura orientada para o mercado e inscrevia-se no regime dominante de policultura intensiva<sup>63</sup>.

O abastecimento local era proporcionado pelo regime de celeiros de freguesia, assegurado através do regime das terças<sup>64</sup>. Os rendeiros estavam obrigados de colocar à disposição da freguesia a terça parte de arrecadação dos dízimos<sup>65</sup>. O sistema estava generalizado a toda a Comarca de Barcelos, bem como a muitas outras, como a de Viana, Valença e Guimarães<sup>66</sup>. Quando uma crise se aproximava, reforçava-se a vigilância ao depósito das terças, levando a Câmara a nomear funcionários nas freguesias, para assegurar o cumprimento do depósito, tal como a sua defesa e a saída ilegal de grãos<sup>67</sup>. Nos finais da década de 1780, teve lugar uma grave crise que levou a um forte condicionamento e regulamentação da circulação de grãos e de venda para o exterior<sup>68</sup>.

Para o abastecimento concelhio, Barcelos contava com um celeiro público municipal, que funcionava desde 1788<sup>69</sup>. No caso de necessidade, parte das terças das freguesias era remetida para esse celeiro público<sup>70</sup>. Tratou-se de um organismo de grande alcance social e económico que se comparava, nesta região, ao celeiro público eclesiástico da Sé de Braga<sup>71</sup>. Esta política de

---

<sup>59</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>60</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>61</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>62</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>63</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>64</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>65</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>66</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>67</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>68</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>69</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>70</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

<sup>71</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 223.

abastecimento era concluída com o levantamento semanal de preços correntes no mercado barcelense, efetuado desde 1822, pelo qual se estabeleciam os preços do fiel da Câmara<sup>72</sup>.

Barcelos era um importante mercado no que toca ao comércio e exportação de cereais<sup>73</sup>. O pão barcelense abastecia os mercados do Porto, Braga, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Guimarães, Famalicão, entre outros locais do interior<sup>74</sup>. O transporte era efetuado por via terrestre e o negócio era efetuado por contratadores e rendeiros.

Em relação à indústria, salientam-se a olaria e louçaria, a moagem, a serração e os trabalhos em madeira e o trabalho com o linho. Estas atividades podem ser consideradas como complemento da agricultura, que conciliava perfeitamente com a policultura de subsistência assente no trabalho do grupo doméstico<sup>75</sup>. Outras profissões, como o vendeiro, tendeiro ou carreteiro realçavam a densidade das redes de circulação e comércio no interior da região<sup>76</sup>.

### **2.1.1. A freguesia de Lama: O berço dos Azevedos**

Depois desta breve introdução do concelho abordemos a freguesia de Lama, onde se situa a Casa-solar de Azevedo. O seu orago é S. Salvador e foi uma vigararia da apresentação do mosteiro beneditino de Tibães<sup>77</sup>.

Esta freguesia situa-se na planície da margem direita do rio Cávado, é fertilizada pelo ribeiro de Gairos, que nasce no monte da Piadela, em Oliveira, e desagua no Cávado<sup>78</sup>. Faz fronteira a norte com Roriz e Oliveira, a este com S. Romão da Ucha, a sul com o rio Cávado e a oeste com S. Vicente de Areias e S. Martinho de Galegos<sup>79</sup>. Em Lama existem os seguintes lugares: Azevedo, Rio, Fonte, Eido de Baixo, Piadela, Santo André, Costa, Estrada, Monte, Lugar de Baixo, Gondomar, Carqueijoso, Outeiral, Gairos, Escampados<sup>80</sup> e Azevedinho.

---

<sup>72</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 224.

<sup>73</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 224.

<sup>74</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 224.

<sup>75</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 224.

<sup>76</sup> CAPELA e NUNES, cit. 46, p. 224.

<sup>77</sup> FONSECA, Teotónio da, *O Concelho de Barcelos Áquem e Além-Cávado. I – Áquem-Cávado*, Barcelos, Reprodução fac-similada da edição de 1948, 1987, p. 271.

<sup>78</sup> FONSECA, cit. 77, p. 276.

<sup>79</sup> FONSECA, cit. 77, p. 276.

<sup>80</sup> FONSECA, cit. 77, p. 276.

Outrora a freguesia de Lama era constituída por duas freguesias: São Salvador de Lama e São Salvador de Sandim, esta última situava-se entre São Vicente de Areias e Lama<sup>81</sup>. Lama provém do latim *lāma, ae*, que significa atoleiro ou lodaçal<sup>82</sup>. Desde as Inquirições de 1258, que a freguesia de Lama é referida como Couto de Azevedo<sup>83</sup>, cujo limite territorial abrangia a freguesia e alguns lugares das freguesias de S. Romão da Ucha e da de Oliveira<sup>84</sup>.

Este Senhorio possuía Juiz anual, que elegia com o povo o sucessor, sempre com a assistência do Senhor da Honra, que correspondia ao Senhor da Casa-solar de Azevedo<sup>85</sup>. O juiz apenas tinha jurisdição sobre coimas e nos negócios municipais, sendo a jurisdição cível e crime competência do juiz de Prado<sup>86</sup>.

Segundo velhos cronistas, o senhorio de Azevedo ascende aos anos 900 ou 950 da era cristã, à pessoa de D. Arnaldo de Baião, que o herdou da sua mãe, D. Ermegenda Gonduzindes, filha de D. Godozindo, Conde de Lugo, que casou com D. Ero Arnaldes, o “povoador de Baião”<sup>87</sup>.

A Honra e Couto de Azevedo foi extinta em 1790, permanecendo a Casa-solar de Azevedo na linha varonil da família, até D. Maria Emília Manuel Lopes de Azevedo, mãe de Francisco Lopes de Azevedo Velho Fonseca de Barbosa, 1º Conde de Azevedo, que falecendo sem descendência legou à sua sobrinha D. Maria Cândida Falcão de Azevedo Pereira Bourbon e Menezes, casada com Francisco Barbosa do Couto Cunha Sottomaior, pais do 2º Conde de Azevedo, Dr. Pedro de Barbosa Falcão Azevedo e Bourbon<sup>88</sup>.

A Casa-solar de Azevedo apresenta características, como as suas varandas, pátios e torre ameados, de um típico solar minhoto da Renascença, ostentando na sua torre e janela da renascença o brasão de armas da família: uma águia negra estendida em campo de ouro<sup>89</sup>. À porta da casa, visualiza-se o mesmo brasão mas encimado por uma coroa de conde<sup>90</sup>. No interior da casa, nos salões, encontram-se verdadeiras preciosidades artísticas e históricas, além da valiosa e grande livraria; pode observar-se também os belos azulejos que revestem as paredes, bem como

---

<sup>81</sup> FONSECA, cit. 77, p. 271.

<sup>82</sup> FONSECA, cit. 77, p. 271.

<sup>83</sup> FONSECA, cit. 77, p. 271 – 272.

<sup>84</sup> FONSECA, cit. 77, p. 272.

<sup>85</sup> FONSECA, cit. 77, p. 272.

<sup>86</sup> FONSECA, cit. 77, p. 272.

<sup>87</sup> FONSECA, cit. 77, p. 272.

<sup>88</sup> FONSECA, cit. 77, p. 272 – 273.

<sup>89</sup> FONSECA, cit. 77, p. 273.

<sup>90</sup> FONSECA, cit. 77, p. 273.

telas a óleo que representam retratos, batalhas e feitos históricos em que participaram senhores da casa<sup>91</sup>.

Na varanda norte, vê-se uma pedra na qual Martim Lopes de Azevedo mandou gravar, em 1536, a seguinte inscrição: ESTA. TORE. CAZAS. E HONRA. DE AZEVEDO. VENCEO. MARTIN. LOPEZ. DAZEVEDO. Fº. DE. DIº. DAZEVEDO. E. DE. DONA. ISABEL. DE. SOVSA. CÕ. SVA. MOLHER. DONA. ISABEL. DE. TAIDE. POR. SER. O. CHEFE. ESTA. CAZA. E. SOLAR. DOS.AZEVEDOS. E. ELE. AVENCER. CÕ. A. DTA. SVA. MOLHER. CÕ. TODAS. AS. PERTECAS. Q. JAZE. NO. DITO. COVTO. DAZEVEDO. E. CÕ. O. CASAL. DA LOVSA. Q. ESTA. E. A. FREIGUESIA. DE. PRADO. TODO. POR. MORGADO. E. ASIA. VECEO. A. QVITA. E. COVTO. DE. SOVTO. CO. TODAS. SVAS. PERTECAS. DETO. E. HO. COVTO. E. TERA. DE. BOVRO. CÕ. AGOA. LEVADA. E. COVAS. E. VILA. E. VARZIELA. TVDO. POR. MORGADO. E. ASI. VECEO. A. IGREJA. DE. SCTA. M. DE. GALEGVOS. COM. SVA. ANEXA .... PADROADO. FEITO. NA. ERA. DE. 1536.

1.5.3.6.<sup>92</sup>

Junto à casa, no terreiro exterior existe uma mesa quadrada de pedra, na qual se lê no rebordo sul = FORAL= no nascente =DA HONRA E COVTO= e no norte =DE AZEVEDO<sup>93</sup>.

A Casa-solar de Azevedo possui uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Leite, mesmo em frente da dita casa. É de arquitetura moderna, com uma fachada simples e uma janela larga no centro<sup>94</sup>. A penha da cruz que encima a capela tem gravada uma águia dos Azevedos<sup>95</sup>. No seu lado esquerdo encontra-se a sacristia<sup>96</sup>. O interior da capela-mor é forrado a madeira pintada, possui um altar de talha simples e no pavimento está uma sepultura rasa brasonada, com a inscrição: “JAZIGO DE FRANCISCO LOPES DE AZEVEDO VELHO DA FONSECA DE BARBOSA PINHEIRO PEREIRA E SÁ, 1º CONDE DE AZEVEDO, nasceu a 21 de fevereiro de 1809, faleceu em 25 de dezembro de 1876.

FRANCISCO BARBOSA SOTTO MAYOR em TESTEMUNHO de GRATIDAO E AFFECTO MANDOU COLOCAR ESTA LAPIDE”<sup>97</sup>.

---

<sup>91</sup> FONSECA, cit. 77, p. 273.

<sup>92</sup> FONSECA, cit. 77, p. 273 -274.

<sup>93</sup> FONSECA, cit. 77, p. 274.

<sup>94</sup> FONSECA, cit. 77, p. 275.

<sup>95</sup> FONSECA, cit. 77, p. 275.

<sup>96</sup> FONSECA, cit. 77, p. 275.

<sup>97</sup> FONSECA, cit. 77, p. 275.

O corpo da igreja é igualmente forrado a madeira e tem dois altares laterais inseridos na parede em talha antiga, púlpito e coro<sup>98</sup>.

Vê-se ainda no pavimento outra sepultura com tampa de pedra, também com brasão: “JAZIGO DE D. MARIA JOSE CARNEIRO DE GRAA MAGRIÇO COELHO MARINHO FALCAO SOTTO MAYOR, 1ª CONDESSA DE AZEVEDO, nasceu em 6 de agosto de 1802 e faleceu em 3 de janeiro de 1886.

FRANCISCO BARBOSA SOTTO MAYOR em TESTEMUNHO de GRATIDAO e AFFECTO MANDOU COLOCAR ESTA LAPIDE”<sup>99</sup>.

As figuras mais destacadas de Lama eram provenientes da Família Azevedo que será abordada no capítulo sobre os Produtores de Informação.

## 2.2. Vila do Conde

Vila do Conde. A pergunta faz-se por si mesma. Que conde? É normal associar a um dos condes que fizeram parte da reconquista<sup>100</sup>. Vários nomes são colocados como hipótese mas vou referir apenas um, visto este trabalho ser sobre a sua família: D. Mendo Pais Bofinho. D. Mendo fora um dos possíveis senhores da Reconquista, a que se atribuía a origem do topónimo. Mas novas investigações colocaram esta ideia de lado<sup>101</sup>. Resta-me aqui reservar um pouco de atenção a este descendente dos senhores de Baião e antepassado dos senhores Condes de Azevedo. D. Mendo foi Rico-Homem da corte de D. Afonso Henriques, Conde de Refoios, Senhor das terras da Estela e da vila de Fão<sup>102</sup>. Viveu na quinta de Azevedo, tendo sido ele que mandou edificar a forma primitiva do dito solar<sup>103</sup>. Casara-se com D. Sancha Pais, filha de D. Paio Curvo, Rico Homem e senhor de Toronho na Galiza e de sua esposa, D. Maria Maranhão<sup>104</sup>. Felgueiras Gayo refere que “chamou-se Conde por assim se chamarem alguns grandes senhores naquele tempo, ou por prémio dos reis, e dele tomou o nome Vila do Conde por ser sua esta terra por dantes se

---

<sup>98</sup> FONSECA, cit. 77, p. 276.

<sup>99</sup> FONSECA, cit. 77, p. 276.

<sup>100</sup> NEVES, Joaquim Pacheco, *Vila do Conde*, Vila do Conde, Edição da Secção Cultural da Câmara de Vila do Conde, 1991, p. 12.

<sup>101</sup> PEREIRA, João Maria dos Reis, “Vila do Conde: As origens”, *ACTAS DO 2º Encontro de História de Vila do Conde – Vila do Conde. 1050 anos de história. A Memória dos séculos monásticos*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, p. 9.

<sup>102</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 10.

<sup>103</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p.10.

<sup>104</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p.11.

chamar Castro<sup>105</sup>, que é o mesmo que Castelo, o que consta das memórias antigas das Freiras de Santa Clara chamar-se assim por ser deste Conde<sup>106</sup>. A escassez de documentos leva à dúvida e estudos recentes tendem a seguir na direção de que Afonso Betote, Conde de Deza, presor no tempo de Afonso III de Leão, terá sido o “Conde da Vila”<sup>107</sup>.

Após ter sido vendida por Flâmula Pais<sup>108</sup> à Colegiada de Guimarães em 953<sup>109</sup>, *Villa Comite*<sup>110</sup> é recuperada pela coroa<sup>111</sup>. D. Sancho I doou a vila a Maria Pais Ribeiro, a Ribeirinha, que deu cartas de aforamento e fundou novos lugares, como Mata e Regufe<sup>112</sup>. Algumas décadas mais tarde, Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, juntamente com a sua esposa D. Teresa Martins, descendente da Ribeirinha<sup>113</sup>, manda construir o Mosteiro de Santa Clara, cujas obras foram concluídas em 1318<sup>114</sup>. Este monumento, que é genuinamente característico no perfil desta cidade, foi dotado com vários padroados de igrejas, benefícios, propriedades, não apenas pelos fundadores, Afonso e D. Teresa, mas também pelo rei D. Dinis<sup>115</sup>.

Vila do Conde torna-se num senhorio eclesiástico. O Mosteiro de Santa Clara constituiu uma poderosa força, possuiu total jurisdição e controlava a sua própria alfândega. A jurisdição que o Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde detinha sobre a Vila encontra-se em documentos régios, de D. João I e D. Afonso V, onde se expressa a proibição da entrada de corregedores e, também, em confirmações régias, concedidas por D. João II, D. Manuel I e D. João III<sup>116</sup>.

Mas, em 1540, o quadro altera-se. D. João III reduz o poderio e controlo das Abadessas e Vila do Conde passa a ser de novo um senhorio laico. As freiras viram-se obrigadas a dar o senhorio à penhora, depois vendido em hasta pública e adquirido pelo irmão do rei, D. Duarte<sup>117</sup>.

---

<sup>105</sup> Antes de ser *villa* romana, Vila do Conde começou por ser um Castro, situado onde hoje estão o Mosteiro de Santa Clara e o Convento de Nossa Senhora da Encarnação.

<sup>106</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 10.

<sup>107</sup> Mas também Vimara Peres ou Hermenegildo Guterre. NEVES, Joaquim Pacheco, *Vila do Conde*, p. 12; PEREIRA, cit. 101, p. 9.

<sup>108</sup> A mãe de Flâmula é neta de Afonso Betote. PEREIRA, cit. 101, p. 9.

<sup>109</sup> NEVES, cit. 100, p. 20.

<sup>110</sup> PEREIRA, cit. 101, p. 9.

<sup>111</sup> REIS, António do Carmo, *Nova História de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2000, p. 51.

<sup>112</sup> REIS, cit. 112, p. 51; NEVES, cit. 100, p. 24.

<sup>113</sup> POLÓNIA, Amélia, “Fontes para o estudo de Vila do Conde: o Arquivo do Mosteiro de Santa Clara”, *ACTAS DO 2º Encontro de História de Vila do Conde – Vila do Conde. 1050 anos de história. A Memória dos séculos monásticos*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, p. 20.

<sup>114</sup> NEVES, cit. 100, p. 25.

<sup>115</sup> POLÓNIA, cit. 113, p. 20.

<sup>116</sup> POLÓNIA, Amélia – *Relações poder central/poder local: A permanência da jurisdição senhoriais no Portugal Moderno. O estudo de um caso: Vila do Conde*, p. 109.

<sup>117</sup> POLÓNIA, cit. 113, p. 20.

No final do século XVIII, Vila do Conde situava-se, em termos administrativos, na Província do Minho, na comarca e ouvidoria de Barcelos, na Provedoria do Porto e era um senhorio da «Sereníssima» Casa de Bragança<sup>118</sup>.

O século XIX é uma época inundada pela inovação, política, ideológica, geográfica, entre outros aspetos. Os ideais liberais fermentam por toda a Europa e a vaga revolucionária não poupa nenhum país, até Portugal, que foi palco de uma luta que opôs liberais e absolutistas.

Logo no início do século, Bonaparte enceta um projeto de conquista e invasão da Europa, sob o signo da libertação dos povos, mas que, rapidamente, entronca em uma ideologia imperialista e autoritária.

Em Vila do Conde, reflete-se o processo atribulado da implantação do Liberalismo, numa retardada rejeição do Miguelismo, e ao ritmo da Revolução, no balançar inconstante entre Setembristas e Cartistas, observa-se também a prevalência notória da componente aristocrática na Administração Local<sup>119</sup>. Não de membros da família dos Azevedos, mas de outras famílias influentes na Vila, como os Amorim Coelho, os Carneiro Brandão, os Carneiro Sá Barbosa, os Coutinho de Vilhena, os Faria Gayo, entre outras associadas sempre aos solares existentes em Vila do Conde<sup>120</sup>. Assim, de 1785 a 1800, podemos encontrar na vereação alguns indivíduos que se ligam à família dos Azevedos, como Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva, da Quinta da Espinheira e Martinho Carneiro de Sá Barbosa, da Casa da Praça<sup>121</sup>.

### **2.2.1. Vila do Conde e os Condes de Azevedo**

Esta nobre Família dos Azevedos, embora originária de Barcelos, teve contacto com Vila do Conde. Tanto o 1º Conde de Azevedo, Francisco Lopes de Azevedo Velho de Barbosa como o seu sobrinho neto, o 2º Conde de Azevedo, Dr. Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon adquiriram, através dos seus casamentos, duas casas situadas na Vila. Respetivamente, a Casa dos Coelhos e a Casa da Praça.

A Casa do Vinhal também consta da lista de património dos Azevedos por via do casamento de Maria Júlia Falcão Pinheiro Bourbon e Menezes, sobrinha e uma das herdeiras do

---

<sup>118</sup>PINTO, António Ventura, “O século XVIII em Vila do Conde: enquadramento político e institucional”, *Atas do 3º Encontro de História de Vila do Conde: vetores de desenvolvimento económico. As feiras – da idade média à época contemporânea*, Vila do Conde, 2005, p. 120.

<sup>119</sup> REIS, António do Carmo, *Vila do Conde, 1808 – 1846. Das invasões francesas ao Liberalismo*, p. 14.

<sup>120</sup> PINTO, cit. 118, p. 129 – 130.

<sup>121</sup> PINTO, cit. 118, p. 128.



1º Conde de Azevedo e tia do 2º Conde com o mesmo nome, com José de Azevedo Meneses Cardoso Barreto, senhor da Casa do Vinhal.

#### A Casa dos Coelhos

O matrimónio de Francisco Lopes de Azevedo com Maria José Carneiro da Grã Magriço, herdeira do património dos seus pais e de seu primo<sup>122</sup>, não foi um simples casamento, mas sim um verdadeiro contrato entre as duas famílias (Azevedo e Carneiros da Grã Magriço). Neste caso, a família da noiva prova uma situação de promoção social casando com um dos mais importantes fidalgos portugueses, herdeiro de numerosos solares e legítimo descendente de uma das cinco gerações fundamentais da nobreza portuguesa<sup>123</sup> embora ela mesma tenha herdado um vastíssimo património. A Casa dos Coelhos é uma das maiores casas em Vila do Conde, situada no gaveto entre as Ruas de Santa Luzia e Vela da Cordoaria, atualmente Rua Comendador A. F. da Costa e Rua António José de Sousa Pereira<sup>124</sup>. Pertencera, em 1758, a Manuel Coelho Duarte, que aí habitava, sendo também dono da Capela de Santo António situada na Quinta da Espinheira em S. Simão da Junqueira<sup>125</sup>. Manuel Coelho Duarte foi bisavô do Gregório Duarte Coelho Fiúza Falcão, primo de Maria José Carneiro da Grã Magriço. Na casa sobressai um escudo com as armas dos Coelhos (campo de ouro com um leão púrpura fachado com três fachtas xadrezadas de oiro e azul, orla azul com sete coelhos de prata manchados a preto, elmo de prata, aberto; o timbre um leão com um coelho nas garras<sup>126</sup>).

Os Viscondes de Azevedo venderam o imóvel, em 1873, com o intuito de aí se estabelecer um Colégio para a educação de meninas<sup>127</sup>. Com efeito, ainda hoje persiste como Colégio de S. José, pertencente às Irmãs Doroteias<sup>128</sup>.

---

<sup>122</sup> D. Maria José Carneiro da Grã Magriço foi filha herdeira de seus pais, José Carneiro da Grã Magriço e D. Francisca Henriqueta Coelho Fiúza Ferreira Marinho Falcão Sottomaior do seguinte património por parte do pai: Casa e Quinta de D. Benta em Balasar, Casa dos Carneiros, na Póvoa de Varzim, Morgado dos Reis Magos em Rio Tinto, Esposende; por parte da mãe herdou a Quinta de Xate, em Vila Cova, Barcelos e a Casa dos Coelhos. O seu primo Gregório Duarte Coelho, Senhor da Quinta da Espinheira, em S. Simão da Junqueira, faleceu solteiro sem descendência, por isso fez sua herdeira a sua prima, que herdou a Quinta da Espinheira e mais tarde o Palacete de Santo António do Penedo, no Porto. TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15; AZEVEDO, cit. 17, p. 208.

<sup>123</sup> Os Azevedos descendem, como já referido, dos de Baião. NÓBREGA, Artur Vaz Osório da, e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, *A Heráldica e Genealogia no Concelho de Barcelos- II- Aquém Cávado, Barcelos Revista*, vol. II, Nº1, (pp. 111-176) p. 160.

<sup>124</sup> MIRANDA, Marta, *Vila do Conde*, Lisboa, Presença, 1998, p. 50.

<sup>125</sup> SOLLA, Conde Castro e, “Notas d'um antiquário”, *Ilustração Villacondense*, nº31, Setembro de 1912, p. 4.

<sup>126</sup> SOLLA, cit. 125, p. 4.

<sup>127</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 208.

<sup>128</sup> SOUSA, Eliana, *Heráldica de Vila do Conde – Heráldica de Família*, pp. 8 – 9.

Os Condes de Azevedo não são naturais de Vila do Conde mas são evidentes as suas ligações à mesma. Francisco Lopes de Azevedo Velho, 1º Conde de Azevedo, contribuiu mesmo para o incremento educativo da Vila com a venda e estabelecimento do Colégio (de S. José). Sabe-se que ele também habitava na sua casa da Póvoa – Casa dos Carneiros que é hoje o Museu Municipal de Póvoa do Varzim<sup>129</sup> – e no Porto, no Palacete de Santo António do Penedo, onde faleceram o 1º Conde e Condessa de Azevedo.



Foto 1: Casa dos Coelhos, atualmente Colégio S. José das Irmãs Doroteias, em Vila do Conde. *Gabinete de Fotografia – AMVC.*

### A Casa da Praça

A Casa da Praça pertenceu ao 2º Conde de Azevedo, Dr. Pedro Lopes de Azevedo Barbosa Bourbon, pelo seu casamento com D. Maria da Purificação de Queirós Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena, filha de António Carneiro de Sá Pereira Coutinho de Vilhena Rangel, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, senhor da Casa da Praça e de sua esposa D. Maria do Carmo Queirós Machado de Vasconcelos (filha do 1º Barão do Hospital). O início da construção do edifício ronda

<sup>129</sup>

[http://www.cm-pvarzim.pt/areas-de-atividade/povoa-cultural/museu-municipal/suportes-informativos/GUIA\\_Museu\\_Municipal.pdf](http://www.cm-pvarzim.pt/areas-de-atividade/povoa-cultural/museu-municipal/suportes-informativos/GUIA_Museu_Municipal.pdf)

os finais do século XVIII e inícios do seguinte<sup>130</sup>. O brasão, de forma oval, representa as famílias dos Carneiros, Pereiras, Sás e Coutinhos<sup>131</sup>. Foi a residência de inverno do 2º Conde de Azevedo<sup>132</sup>. Atualmente é o Centro Paroquial de S. João Batista de Vila do Conde.

Esta Casa da Praça pertenceu a Luís Carneiro de Sá Barbosa, Tenente – Coronel das Milícias de Vila do Conde. Foi casado com D. Isabel Margarida Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena.



Foto 2: Casa da Praça. *Gabinete de Fotografia – AMVC.*

---

<sup>130</sup> MIRANDA, cit. 124, p. 51.

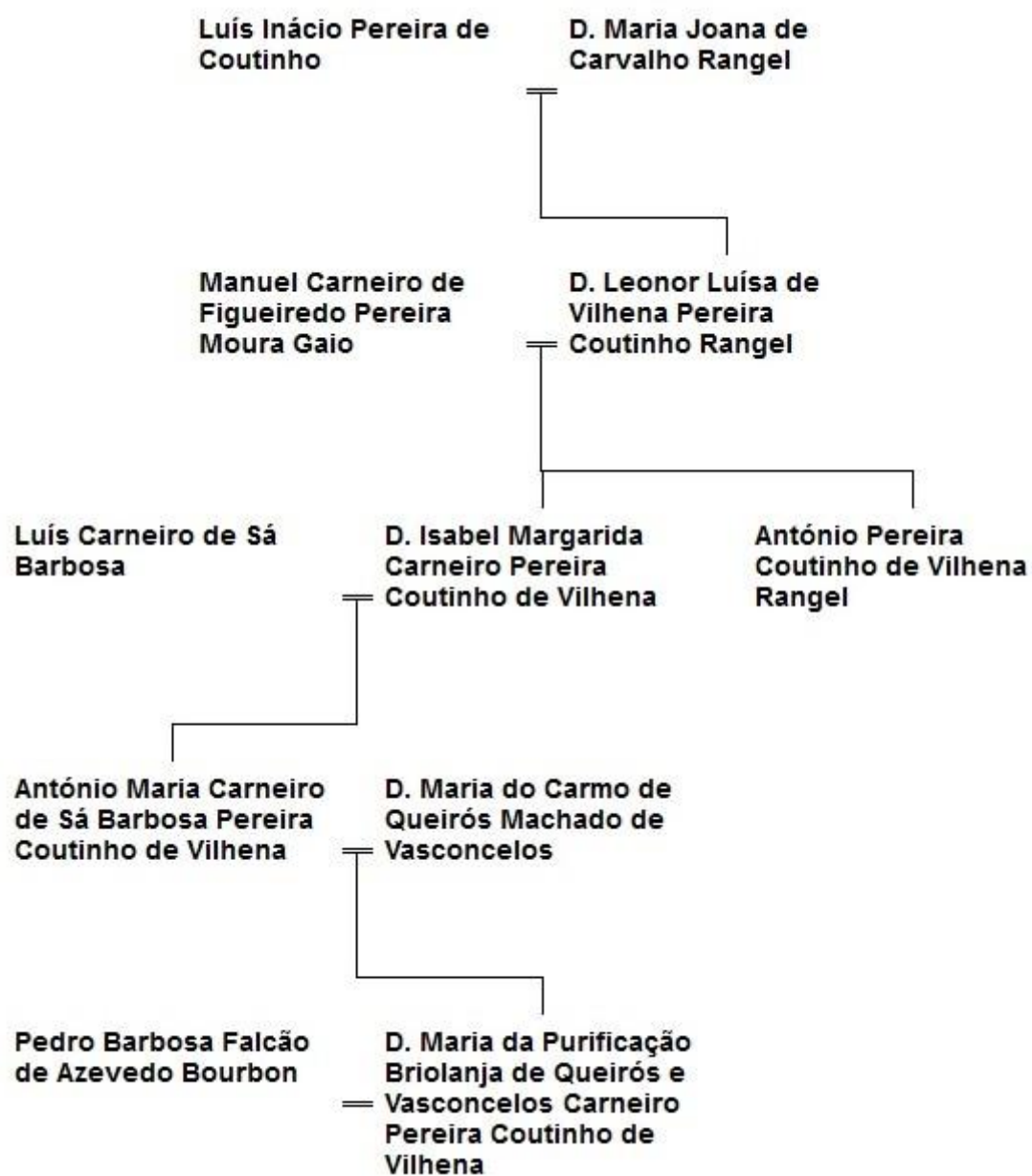
<sup>131</sup> SOLLA, cit. 125, p. 3 – 4.

<sup>132</sup> FERREIRA, Monsenhor José Augusto, *Villa do Conde e seu alfoz*, Porto, Ateliers Marques Abreu, 1921, Fotografia entre as p. 64 – 65.

No Jazigo da Casa da Praça, localizado cemitério da Paróquia de S. João Batista de Vila do Conde, é visível um brasão que representa os Carneiros e Azevedos. Aqui estão sepultados António Carneiro de Sá Pereira Coutinho de Vilhena – falecido a 30 de Dezembro de 1879 – e sua filha Maria da Purificação de Queirós Vasconcelos Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena – nascida a 12 de Maio de 1867 e falecida a 2 de Março de 1929 – que como sabemos foi a 2ª Condessa de Azevedo.



Foto 3: Jazigo da Casa da Praça, Cemitério de Vila do Conde.



Genealogia 1: Ascendência de D. Maria da Purificação Briolanja de Queirós e Vasconcelos Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena.

### A Casa do Vinhal

A Casa do Vinhal, sita na Rua de S. Bento em Vila do Conde, é atualmente a Escola e Museu de Rendas de Bilros. Preserva na sua fachada um brasão, esquartelado, representando: no 1º quartel, os Barros, no 2º quartel, os Farias, no 3º os Coutos e no 4º os Azevedos, sendo o timbre também uma águia estendida<sup>133</sup>.

No nosso SIF em estudo encontramos um documento de emprazamento de uma bouça em Tougues, lavrado entre Manuel Carlos de Menezes Cardoso e sua mulher D. Teresa Maria de Azevedo Faria Couto de Barros, moradores na sua Casa e Quinta do Vinhal, Vila Nova de Famalicão, e Tomás Cerqueira e mulher Ana Francisca<sup>134</sup>. Manuel Carlos Cardoso de Menezes da Fonseca Barreto (\*1797) e D. Teresa Clara de Azevedo Barros Faria (+1857) são pais de José de Azevedo Meneses Cardoso Barreto (\*1849 – +1938) que se casou com Maria Júlia Falcão Pinheiro Bourbon e Menezes (\*1853 – +1925), Senhora do Solar dos Pinheiros, em Barcelos e da Quinta de Pouve, filha de D. Maria José do Livramento de Azevedo Velho Fonseca Barbosa Pinheiro e Sá e de Estevão Silvério Falcão Cota de Bourbon e Menezes, o que faz dela sobrinha do 1º Conde de Azevedo e tia do 2º Conde de Azevedo.

José de Azevedo Meneses Cardoso Barreto, Moço Fidalgo com exercício no Paço, por sucessão a seus maiores (alvará de 12 de Março de 1870), foi comendador da Ordem Pontifícia de S. Gregório Magno (breve apostólico de 20 de Abril de 1904), antigo presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (no triénio de 1896 a 1898), 1º substituto do Juiz da Comarca de Vila do Conde. Foi sócio correspondente da Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses – com diploma de 25 de Maio de 1908 – também foi escritor, sendo considerado um dos primeiros genealogistas do nosso país<sup>135</sup>. Herdou de seu pai a Casa da Portela, em Guimarães, e de sua mãe a Casa do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão e a Casa com o mesmo nome em Vila do Conde<sup>136</sup>.

A fundação da Casa do Vinhal de Vila do Conde não é precisa, mas no século XVII, já era habitada pelos quintos e sextos avós, do lado da mãe, de José de Azevedo Menezes.

O seu 6º avô, Francisco do Couto Azevedo, era Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de S. Tiago. Serviu 12 anos na Índia e casou com D. Ângela da

---

<sup>133</sup> D'ALVA, Aprígio, “Notas d'um antiquário”, *Ilustração Villacondense*, nº33, Novembro de 1912, p. 4 – 5.

<sup>134</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 114.

<sup>135</sup> D'ALVA, cit. 133, p. 4.

<sup>136</sup> D'ALVA, cit. 133, p. 4.

Costa, filha de António Álvares da Costa, descendente dos Costas de Alpedrinha, e de sua mulher D. Maria de Oliveira Gayo, dos Gayos de Vila do Conde<sup>137</sup>.

Francisco do Couto Azevedo, o seu filho Manuel do Couto de Azevedo e o filho deste Francisco de Barros Azevedo compraram várias casas na Rua de S. Bento<sup>138</sup>.

### 2.2.2. Os Azevedos e o Convento de Santa Clara de Vila do Conde

Não são apenas as casas que ligam os Azevedos a Vila do Conde: a religião também toma parte neste processo. Além de ser um marco arquitetónico muito importante no perfil da atual cidade de Vila do Conde, o prestígio do Convento de Santa Clara não pode ser esquecido. Meninas e moças de vários pontos do país ingressavam no referido convento, que fora um dos mais importantes do país.

D. Luísa Gertrudes de Luna e Azevedo, filha de Leonardo Lopes de Azevedo, 23º Senhor de Azevedo, bisavô do 1º Conde de Azevedo, foi abadessa no Convento de Santa Clara de Vila do Conde, entre 1777 – 1780<sup>139</sup>. Juntamente com seu pai e suas irmãs freiras, D. Bernarda Luísa e D. Isabel Margarida, foi responsável pela construção da majestosa fachada que ainda hoje dá forma ao nosso Convento<sup>140</sup>. Assim, no dia 29 de Junho de 1778, abençoou-se e lançou-se a primeira pedra para a construção da fachada sul do Mosteiro de Santa Clara, que desde 1650 se encontrava em condições precárias<sup>141</sup>.

Recuando um pouco mais no tempo, encontramos ainda D. Bárbara Micaela de Ataíde e suas irmãs D. Ângela e D. Antónia, da Honra de Barbosa, descendentes de Lopo Dias de Azevedo (14º Senhor de Azevedo)<sup>142</sup>. Com a colaboração do seu irmão, D. Manuel de Azevedo e Ataíde, que pertencia ao governo geral das armas da província do Minho<sup>143</sup>, foram os responsáveis pela obra de construção do Aqueduto de Vila do Conde, que transporta água desde Terroso (freguesia da Póvoa de Varzim) até ao Mosteiro de Vila do Conde. A obra foi iniciada no Abadessado de D.

---

<sup>137</sup> D'ALVA, cit. 133, p. 4.

<sup>138</sup> D'ALVA, cit. 133, p. 4.

<sup>139</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 225.

<sup>140</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 225.

<sup>141</sup> *Boletim Municipal de Vila do Conde*, nº 54, Junho de 2005, p. 8.

<sup>142</sup> São descendentes do Bispo do Porto, D. João de Azevedo, filho de D. Filipa de Azevedo e Luís Gonçalves Malafaia, neto de Lopo Dias de Azevedo. Eram filhas de D. Francisco de Azevedo e Ataíde, Senhor da Honra de Barbosa, e de Maria de Brito.

<sup>143</sup> AZEVEDO, José de, *Subsídios para a História do Aqueduto de Vila do Conde*, Póvoa de Varzim, Caixa de Crédito Agrícola de Póvoa de Varzim e Vila do Conde, 1988, p. 16.

Bárbara (1704 – 1707) e continuada nos das suas irmãs D. Antónia (1707 – 1710) e D. Ângela (1710 – 1713)<sup>144</sup>.

A *Ilustração Villacondense* traz-nos ainda notícia de uma freira bibliófila<sup>145</sup>. Madre Francisca exerceu, no Convento de Santa Clara de Vila do Conde, vários cargos, entre os quais o de professora e mestra de confissões. Possuiu uma boa coleção de livros e nas suas capas mandava imprimir a fio de ouro a sua marca de propriedade – o seu “super-libros”. Madre Francisca nasceu a 23 de dezembro de 1756 e faleceu a 4 de agosto de 1802, filha legítima de Estevão Falcão Cota e D. Paula de Lira de Menezes. É, portanto, descendente dos Falcões Cota de Braga que fazem parte deste SIF.

---

<sup>144</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 225 – 226.

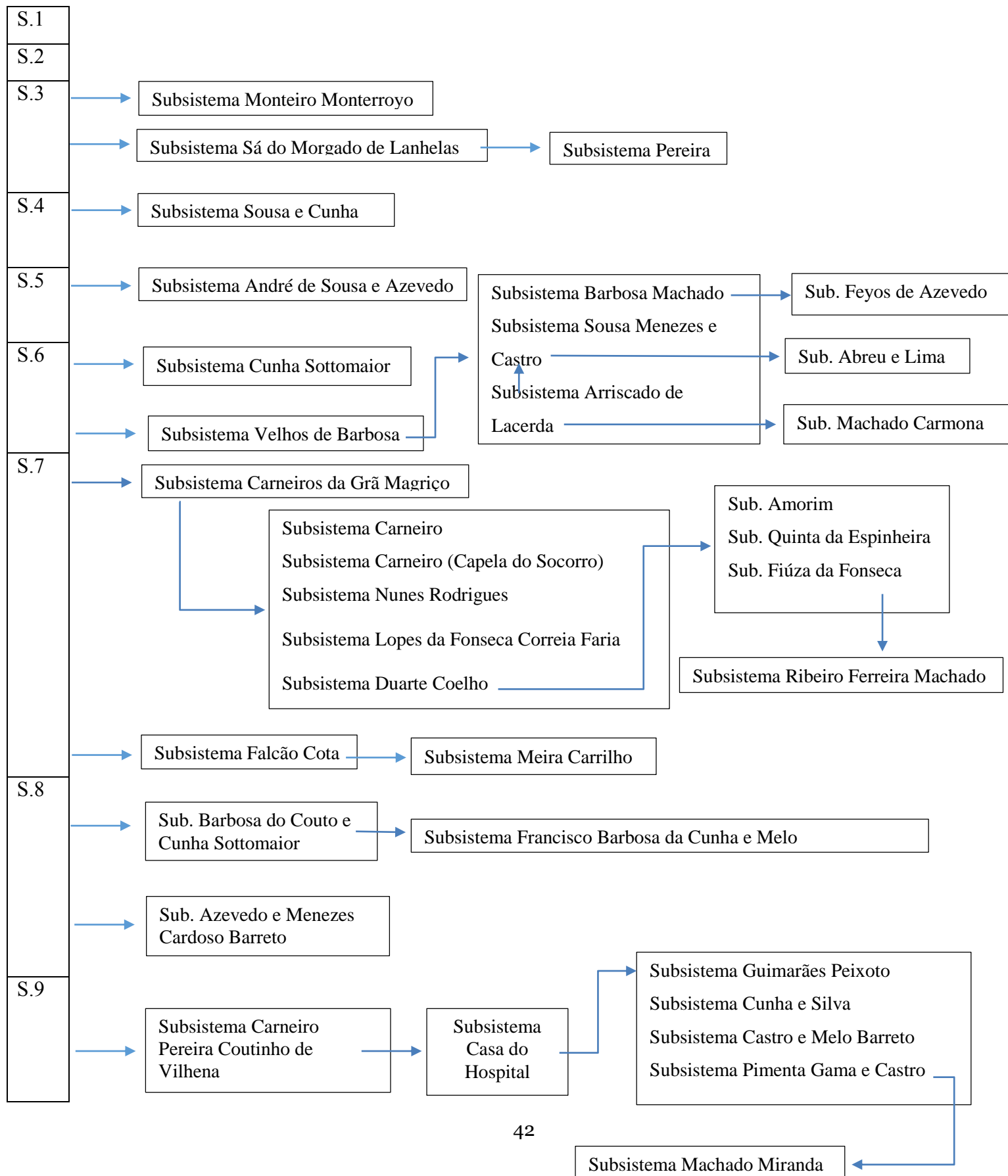
<sup>145</sup> D’ALVA, cit. 133, p. 5.



## Capítulo 3 - Os Produtores de Informação

Neste SIF, como em muitos outros, ocorre a confluência de várias famílias. Considerando como tronco principal do SI a Família Azevedo, outras não descuram de igual relevância, como os Coelho Duarte, visto o volume considerável de documentação que lhes assiste. Assim, dentro do possível, foram elaborados textos para algumas famílias, outras como os Falcões Cota, devido à falta de bibliografia, não foi exequível a produção de um texto. No entanto, o QOF mostra-nos informações biográficas acerca dos indivíduos que o integram, informações essas retiradas dos documentos que se lhes referem.

Na página que se segue mostra-se o Fluxograma dos Subsistemas que compõem este Arquivo.



### 3.1. A Família Azevedo

Os Azevedo descendem de umas das principais linhas da Nobreza Portucalense<sup>146</sup> – os de Baião – o que faz com que esta família tivesse grande prestígio. No *Índice Heráldico ou Descrição Completa de Armas de todas as Famílias*, do Visconde de Sanches de Baena, depois de referir as ilustres casas que a família Azevedo tem no reino, refere “que quase toda a fidalguia tem sangue de Azevedos”<sup>147</sup>. Várias obras lhes fazem referências, como *O Senhor do Paço de Ninães* da autoria de Camilo Castelo Branco, amigo de Francisco Lopes de Azevedo Velho, que diz: “Os Azevedos são tão ricos das tradições que desprezam a recompensa dos que hoje as dão e servem os que noutro tempo as deram”<sup>148</sup>. Ainda em relação a Camilo, a sua obra *A Divindade de Jesus* é dedicada ao Visconde de Azevedo<sup>149</sup>. Também na *Epanaphora Bellica*<sup>150</sup>, referindo – se à Casa de Azevedo diz: “...para que se saiba, que a Nobreza que segue a Corte, ainda conserva nos solares, que deixou nas Províncias, os antigos troncos, de que nasceu, para claros monumentos da sua antiguidade...”<sup>151</sup>. Outras são oferecidas aos membros desta família como *Villa do Conde e seu alfoz* do Monsenhor José Augusto Ferreira, oferecida ao 2º Conde de Azevedo, os quais eram amigos e conhecidos, talvez, em Vila do Conde.

O Couto e Honra de Azevedo, sito na freguesia de Lama, Barcelos, conta vários séculos. Remonta à época medieval e o apelido de Azevedo consta no Livro Velho de Linhagens, sendo utilizado pela primeira vez por D. Guido Viegas de Azevedo, rico-homem do tempo do conde D. Henrique. Constitui uma honra patrimonial que é transmitida pelos antepassados onde o senhor administra os seus domínios hereditários exercendo os poderes estatais, sem qualquer interferência do rei<sup>152</sup>. Os Azevedos e também os Velhos eram duas famílias que dominavam territórios no além Cávado até Braga e em Lanhoso<sup>153</sup>.

---

<sup>146</sup> Já tratado na Introdução deste trabalho os Azevedos, segundo alguns autores, descendem de uma das cinco grandes famílias que fundaram a nacionalidade portuguesa – os Baiões, Braganções, Gascos, Maías e Sousões – mencionadas no *Nobiliário* apenso ao *Livro Velho de Linhagens*. AZEVEDO, cit. 17, p. 217; NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 160.

<sup>147</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 216.

<sup>148</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 207.

<sup>149</sup> FIGUEIREDO, Maria do Pilar, “Barcelos na vida e obra de Camilo Castelo Branco”, *Barcelos – revista*, Câmara Municipal de Barcelos, 1991, p. 92.

<sup>150</sup> A *Epanaphora Bellica* foi escrita por José Freire Monterroyo Mascarenhas, editado em Lisboa em 1735 e foi dedicado a Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá. AZEVEDO, cit. 17, p. 210. (<http://www.abebooks.com/Epanaphora-bellica-referem-gloriozos-progressos-Armas/819545006/bd>)

<sup>151</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 207.

<sup>152</sup> MATTOSO, cit. 12, p. 73.

<sup>153</sup> MATTOSO, cit. 12, p. 73.

A Casa-solar de Azevedo foi o lar ancestral desta família dos Condes de Azevedo. Um marco de memória que perdurou durante os séculos. Integra uma construção dos primórdios da nossa nacionalidade, o berço desta família que em Barcelos se estabeleceu e se vinculou, que entregou à Pátria o esforço do seu braço, da sua inteligência e da sua fé<sup>154</sup>. Desta família surgiram valerosos cavaleiros que ajudaram a construir o Reino, quer em Portugal, em África ou na Índia; dela saíram eminentes embaixadores que firmaram alianças e tratados nas várias cortes europeias; dela saíram devotos religiosos que foram expandindo a Fé e a Cruz, por terras inóspitas, sendo beatificados<sup>155</sup> uns e martirizados outros<sup>156</sup>.

Não se consegue precisar a construção do solar, considerado “a mais monumental das torres solarengas do Norte.”<sup>157</sup> Pinho Leal inclina-se para que a construção seja obra de D. Mendo Pais



Foto 4: Casa-solar de Azevedo, Lama, Barcelos. Pormenor da Torre.

<sup>154</sup> SILVA, António Lambert Pereira da, *Nobres Casas de Portugal*, p. 159 *apud* TRIGUEIROS, cit. 4, p. 9.

<sup>155</sup> No seu *Agiologio Lusitano*, Jorge Cardoso inclui breves “notícias” de São Teotónio e o Beato Inácio de Azevedo. Em relação ao primeiro, considerado o primeiro santo português e de quem existe uma estátua em Valença, foi o primeiro Prior de Santa Cruz de Coimbra e neto de D. Arnaldo de Baião. O segundo, que pertenceu à Companhia de Jesus, foi terceiro neto do XIV senhor de Azevedo, Lopo Dias de Azevedo, faleceu quando era Provincial, em uma viagem com destino ao Brasil, na nau *Santiago*, em 15 de julho de 1570, tendo sido martirizado, juntamente com mais 39 companheiros, por calvinistas, comandados por Jacques Sorie, de La Rochelle, vice-almirante da rainha de Navarra. AZEVEDO, cit. 17, p. 221.

<sup>156</sup> SILVA, cit. 154, p. 159 *apud* TRIGUEIROS, cit. 4, p. 9.

<sup>157</sup> AZEVEDO, cit. 7, p. 111.

Bofinho, por este ser o primeiro a fixar-se em Azevedo <sup>158</sup>. Desta forma, atribui-se o núcleo primitivo desta casa ao século XI. Passados alguns séculos, talvez no final do século XV ou início do século XVI, D. Isabel de Sousa, esposa de Diogo de Azevedo terá reedificado a torre e terá mandado construir a janela da Renascença que ostenta na sua balaustrada o escudo com as armas dos Azevedos, escudo que se repete na aresta sudeste da Torre<sup>159</sup>.

As armas desta família, visíveis em diversos pontos da sua Casa-solar, em Lama, e noutras casas<sup>160</sup>, são representadas por uma águia solitária. Todos os descendentes da Casa de Azevedo usam nas suas armas a águia sem mistura, mesmo os do senhorio de S. João de Rei<sup>161</sup>, que constituíram casa à parte, embora utilizem apenas a águia até ao século XV<sup>162</sup>. Na Torre do Tombo estão registadas e na Sala dos Brasões do Paço de Sintra estão pintadas as armas usadas pelos senhores de S. João de Rei, desde Diogo de Azevedo<sup>163</sup>.

O Bispo do Porto<sup>164</sup>, D. João de Azevedo, filho de D. Filipa de Azevedo<sup>165</sup> e Luís Gonçalves Malafaia, usou no seu escudo esquartelado as armas dos Azevedos (1º e 4º quartéis) e Malafaias (2º e 3º)<sup>166</sup>.

---

<sup>158</sup> SILVA, cit. 154, p. 159 *apud* TRIGUEIROS, cit. 4, p. 9.

<sup>159</sup> SILVA, cit. 154, p. 159 *apud* TRIGUEIROS, cit. 4, p. 9.

<sup>160</sup> Como por exemplo na casa da Rua do Carvalhal.

<sup>161</sup> Este senhorio entrou na posse do chefe dos Azevedos, Lopo Dias de Azevedo, em 1385, por mercê de D. João I. O seu filho primogénito, Martim Lopes de Azevedo, sucede-lhe no Couto, Honra e Casa de Azevedo e o seu filho, João Lopes, sucede-lhe no senhorio de S. João de Rei, cujo senhorio segue na linha sucessória de João Lopes. AZEVEDO, cit. 17, p. 213.

<sup>162</sup> A partir deste século, os Azevedos de S. João de Rei passam a usar, em conjunto com a águia, as estrelas dos Coutinhos (campo azul e estrelas de prata) talvez pelo casamento de Diogo de Azevedo com D. Maria de Vilhena Coutinho, filha de Fernão Coutinho, Senhor de Celourico de Basto. AZEVEDO, cit. 17, p. 214.

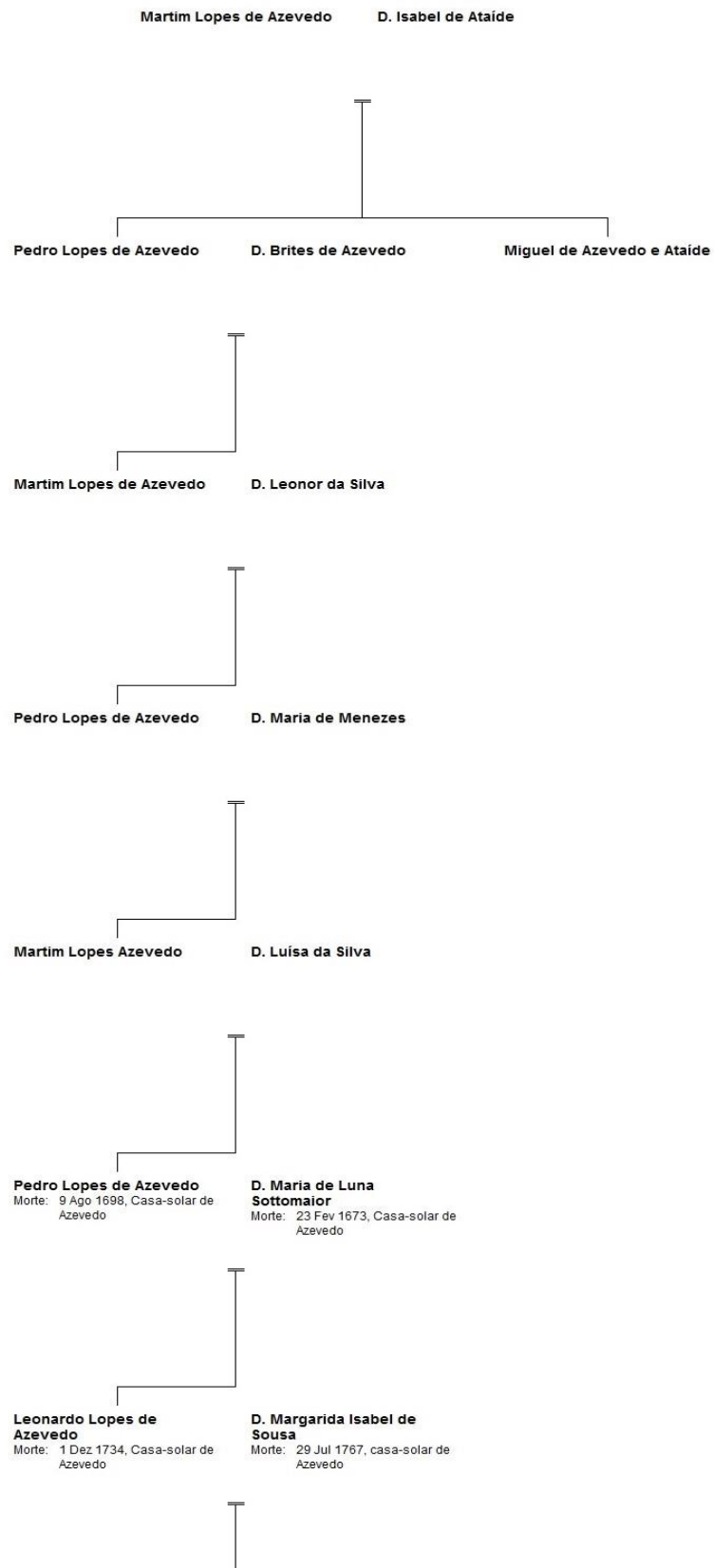
<sup>163</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 212.

<sup>164</sup> Na Religião distinguiram-se também, além de D. João de Azevedo, Bispo do Porto, Frei Jerónimo de Azevedo, filho de Martim Lopes de Azevedo (19º senhor), que foi monge beneditino, grande pregador e abade dos Mosteiros de Carvoeiro (1611), do de S. Romão de Neiva (1623), ambos situados em Viana, e do do Salvador do Paço de Sousa, no bispado do Porto (1632). AZEVEDO, cit. 17, p. 225.

<sup>165</sup> D. Filipa foi filha de Lopo Dias de Azevedo, 14º Senhor de Azevedo e 1º Senhor de S. João de Rei, dados os seus feitos heroicos foi-lhe concedido o título de grande. Foi 6º donatário da Vila de Souto, senhor das Terras de Bouro, e Padim, bem como da Casa do Castro, do Solar dos Vasconcelos, em Amares, e das terras de Pereira, etc. Alcaide-mor de Lindoso e Padroeiro das Abadias de S. Clemente de Basto e das igrejas da sua jurisdição, confirmadas em Melgaço, em 1426, por mercê de D. João I. Assistiu à eleição do Mestre de Avis para Rei de Portugal em 1385. Combateu em Aljubarrota e esteve em Ceuta com os seus filhos, sendo Capitão dessa Armada. Foi Escudeiro da lança, com seu tio D. Nuno Alvares Pereira, sendo armado cavaleiro por D. João I, na Batalha de Aljubarrota. TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>166</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 215.

## Genealogia 2: Família Azevedo, desde Martim Lopes de Azevedo.



## Continuação da Genealogia 2: Família Azevedo.

Todos os descendentes honram a insígnia da águia inclusive as senhoras como nos diz Frei Fernando da Soledade na *História Seráfica*, tomo IV (1709), apontando ao tumulo de D. Isabel de Azevedo<sup>167</sup>, fundadora do Convento de Nossa Senhora dos Campos em Montemor-o-Velho, viúva de D. João de Castro, vice-rei da Índia, sem filhos, que era chegado ao altar mostrando duas águias, com pés e asas abertas, com as cabeças viradas uma para a outra, águias essas que aludem ao cognome de Azevedo<sup>168</sup>.

O 1º Conde de Azevedo é direto descendente das linhas primogénitas dos Azevedos e Coelhos, “os bons homens filhos d’algos do Reino de Portugal, dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o Reino de Portugal”<sup>169</sup>. Representava a “quarta geração”, os de Baião, netos de D. Gozendo Arnaldes, que são os Azevedo e a “quinta geração” que veio para Portugal da Gasconha, os Gascos ou os de Riba do Douro, que são os Coelhos<sup>170</sup>. Assim, Francisco Lopes de Azevedo Velho foi senhor do Couto, Honra e Casa de Azevedo e de Souto de Riba de Homem que constitui o senhorio mais antigo dos Coelhos, doado por D. Afonso III, no ano de 1262, D. João Soeiro Coelho, seu décimo sexto avô<sup>171</sup>. Este senhorio manteve-se na família Azevedo desde Diogo de Azevedo, 13º Senhor do Couto, Honra e Casa de Azevedo, pelo seu casamento com a herdeira do dito senhorio, D. Maria (ou Aldonça) Coelho<sup>172</sup>. Assim, os senhores da Casa de Azevedo sucederam sempre na linha primogénita no Souto de Riba de Homem até ao 1º Conde de Azevedo.

Em todos os Nobiliários constam nomes que ilustram a alta estirpe dos Azevedos, que são abaixo mencionados.

D. Paio Soares de Azevedo, 10º Senhor, foi rico homem dos reis D. Afonso III e D. Dinis, tendo sido embaixador deste em Castela e Aragão<sup>173</sup>. Esteve presente na conquista de Sevilha com Fernando II de Castela em 1248<sup>174</sup>. Casou com D. Teresa Gomes Correia, filha de Gomes Correia, Senhor da Honra de Fralães<sup>175</sup>.

---

<sup>167</sup> Na província do Minho, muitas senhoras desta Casa se notabilizaram pelas suas virtudes, beneméritas iniciativas e caridade enquanto preladas nas suas Ordens, como: Dona Luísa Gertrudes de Luna e Azevedo, D. Bárbara Micaela de Ataíde e suas irmãs D. Ângela e D. Antónia. Ver subcapítulo 2.2.2 – Os Azevedos e o Convento de Santa Clara de Vila do Conde, p. 39.

<sup>168</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 215.

<sup>169</sup> *Livro Velho das Linhagens, Nobiliário apenso*, apud AZEVEDO, cit. 17, p. 217.

<sup>170</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 217.

<sup>171</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 217.

<sup>172</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11; AZEVEDO, cit. 17, p. 219.

<sup>173</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 222.

<sup>174</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 222.

<sup>175</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 222.



D. Vasco Pais de Azevedo, 11º Senhor, rico-homem, acompanhou D. Afonso IV na Batalha do Salado em 1340 e apoiou D. Dinis nas diferenças que tinha com seu pai<sup>176</sup>. Casou com D. Maria Rodrigues de Vasconcelos<sup>177</sup>, filha que foi de D. Rodrigo Anes de Vasconcelos, Senhor de Penela e trouxe em dote as quintas de Castro e dos Vasconcelos, situadas em Amares<sup>178</sup>.

Gonçalo Vasques de Azevedo, 12º Senhor, acompanhou o seu pai na mesma batalha e na tomada de Algeciras, em 1344 com Afonso XI de Castela<sup>179</sup>. Casou com D. Berenguela da Cunha, filha do rico homem Vasco Martins da Cunha, Senhor de Tábua, Chefe dos Cunhas e Alcaide-mor de Lisboa<sup>180</sup>.

Lopo Dias de Azevedo, 14º Senhor e 6º Senhor da Vila de Souto de Riba de Homem, Senhor da Casa de Castro e 1º Senhor de S. João de Rei<sup>181</sup>, por mercê de D. João I, foi armado cavaleiro em Aljubarrota pelo mesmo rei, no ano de 1385. Foi Alcaide-mor de Lindoso e Padroeiro das Abadias de S. Clemente de Basto<sup>182</sup>. Acompanha os filhos na tomada de Ceuta em 1415<sup>183</sup>. Casou com D. Joana Gomes da Silva, filha do rico homem Gonçalo Gomes da Silva, Senhor de Vagos, Unhão, Tentúgal, Sinde, Buarcos, Gestaço, foi Alcaide-mor de Montemor-o-Velho e chefe dos Silvas<sup>184</sup>.

Martim Lopes de Azevedo, filho de Lopo Dias de Azevedo, permaneceu na linha varonil do Couto de Azevedo, sendo 15º Senhor, enquanto o seu irmão João Lopes de Azevedo, sucedeu nas terras de S. João de Rei e nas Terras de Bouro<sup>185</sup>. Foi contado por entre os Doze de Inglaterra<sup>186</sup>. Foi armado cavaleiro em Ceuta, pelo Infante D. Pedro e acompanhou os infantes, em 1434, na infeliz jornada de Tânger, onde veio a falecer com o seu filho Lopo de Azevedo<sup>187</sup>. Casou com a

---

<sup>176</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 222.

<sup>177</sup> A sua irmã, D. Constança Rodrigues de Vasconcelos, casou com Gomes Pais de Azevedo, que era irmão de Vasco Pais de Azevedo, 11º senhor de Azevedo. Deles descendem os Almirantes do Reino, cuja representação passou para os Condes de Resende, os quais utilizam como armas a “águia” para recordar a sua procedência da Casa de Azevedo. AZEVEDO, cit. 17, p. 214.

<sup>178</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11

<sup>179</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 222.

<sup>180</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 222; TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>181</sup> Foi também 1º Senhor de Aguiar de Pena, Jalles, Victoreiras, e de Vila Nova de Anços. E ainda das Terras de Bouro, Padim, das terras de Pereira e do Solar dos Vasconcelos em Amares. AZEVEDO, cit. 17, p. 223; TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>182</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>183</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223.

<sup>184</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223; TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>185</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>186</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223.

<sup>187</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223.

sua prima D. Leonor Dias de Azevedo, filha de seu tio senhor de Tabuadelo e Passos, Rui Dias de Azevedo<sup>188</sup>.

Diogo de Azevedo, 16º Senhor, foi Moço Fidalgo da Casa Real por alvará de 6 de abril de 1462, concedido por D. Afonso V<sup>189</sup>. Foi o primeiro Padroeiro de Santa Maria de Galegos e do Salvador de Quiraz, em Braga, por doação dos habitantes daquelas freguesias, em 22 de maio de 1480, confirmada pelo Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, tio de sua esposa<sup>190</sup>. Casou com D. Isabel de Sousa, filha do senhor de Ponte da Barca, Castelo de Nóbrega, Fonte Arcada e Souto de Rebordões, João de Magalhães<sup>191</sup>. Diogo de Azevedo faleceu a 15 de maio de 1514 e foi sepultado no Mosteiro do Salvador de Vilar (de Frades)<sup>192</sup>.

Martim Lopes de Azevedo<sup>193</sup> foi 17º senhor de Azevedo, 9º donatário da vila de Souto, 2º padroeiro de Santa Maria de Galegos, Comendador da Ordem de Cristo, Provedor dos Resíduos de Entre-Douro-e-Minho e Moço Fidalgo da Casa Real<sup>194</sup>. Serviu vinte anos em África e foi um dos cinco que escapou ao avanço do Mouros em Tânger<sup>195</sup>. Casou com D. Isabel de Ataíde, filha de Pedro de Ataíde, chamado o *Inferno*, “pelo estrago que fez aos Mouros em África”<sup>196</sup> tendo sido um dos Capitães das Naus que passaram a Índia em 1500<sup>197</sup>.

Pedro Lopes de Azevedo, 18º Senhor de Azevedo, foi 10º donatário da Vila de Souto, Padroeiro de Santa Maria de Galegos, e Moço Fidalgo da Casa Real<sup>198</sup>. Vivera no tempo dos reis D. João III e D. Sebastião<sup>199</sup>. Obteve sentença contra o seu primo Pedro Lopes de Azevedo, senhor de S. João de Rei acerca de ser chefe da Família Azevedo, a qual venceu, mandando colocar um letreiro sobre a porta da Casa de Azevedo (atualmente na varanda) que diz:

ESTA. TORE. CAZAS. E HONRA. DE AZEVEDO. VENCEO. MARTIN. LOPEZ.  
DAZEVEDO. Fº. DE. DIº. DAZEVEDO. E. DE. DONA. ISABEL. DE. SOVSA. CÕ.  
SVA. MOLHER. DONA. ISABEL. DE. TAIDE. POR. SER. O. CHEFE. ESTA. CAZA.  
E. SOLAR. DOS. AZEVEDOS. E. ELE. AVENCER. CÕ. A. DTA. SVA. MOLHER. CÕ.

---

<sup>188</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223.

<sup>189</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223.

<sup>190</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>191</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223; TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11 – 12.

<sup>192</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 11.

<sup>193</sup> Martim Lopes de Azevedo, 17º Senhor de Azevedo, é a primeira geração do QOF.

<sup>194</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>195</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>196</sup> FELGUEIRAS GAYO, cit. 8, p. 100.

<sup>197</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>198</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>199</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

TODAS. AS. PERTECAS. Q. JAZE. NO. DITO. COVTO. DAZEVEDO. E. CÕ. O. CASAL. DA LOVSA. Q. ESTA. E. A. FREIGUESIA. DE. PRADO. TODO. POR. MORGADO. E. ASIA. VECEO. A. QVITA. E. COVTO. DE. SOVTO. CO. TODAS. SVAS. PERTECAS. DETO. E. HO. COVTO. E. TERA. DE. BOVRO. CÕ. AGOA. LEVADA. E. COVAS. E. VILA. E. VARZIELA. TVDO. POR. MORGADO. E. ASI. VECEO. A. IGREJA. DE. SCTA. M. DE. GALEGVOS. COM. SVA. ANEXA .... PADROADO. FEITO. NA. ERA. DE. 1536.

1.5.3.6.<sup>200</sup>

Casou com D. Brites Pereira, filha de Jorge Pereira que foi senhor do Couto de Mazarefes, Paradela e Castro, em Viana do Castelo e padroeiro *in sollidum* das Igrejas de S. Nicolau de Mazarefes e S. João da Ribeira<sup>201</sup>.

O 19º senhor de Azevedo, Martim Lopes de Azevedo, foi 12º donatário da vila de Souto, Padroeiro de S. Maria de Galegos, Moço Fidalgo da Casa Real por mercê de Filipe III, em 27 de novembro de 1623<sup>202</sup>. Foi ainda administrador do Morgado do Passo, em Semelhe, Braga<sup>203</sup>. Foi amigo dedicado de D. António, Prior do Crato, tendo sido preso, os seus bens sequestrados, alcançando mais tarde o perdão<sup>204</sup>. Casou com D. Leonor da Silva, filha do Alcaide-mor de Barcelos, Álvaro Pinheiro de Lacerda, que era padroeiro de S. Salvador de Cristelo e senhor do Solar dos Pinheiros e do Morgado de Pouve<sup>205</sup>.

Pedro Lopes de Azevedo sucedeu em toda a casa de seus pais, Martim Lopes de Azevedo (21º senhor) e D. Luísa da Silva, sendo 22º senhor de Azevedo, 15º da vila de Souto e 7º Padroeiro da Abadia de Santa Maria de Galegos<sup>206</sup>. Foi Comendador de Cervães, Comendador da Ordem de Cristo e Moço Fidalgo da Casa Real por alvará de 26 de abril de 1663<sup>207</sup>. Serviu, voluntariamente, na guerra de Aclamação e faleceu na sua casa-solar de Azevedo em 9 de agosto de 1698<sup>208</sup>. Casou com D. Maria de Luna Sottomaior, filha de D. Maria de Luna Sottomaior e Francisco Monteiro Monterroyo, desembargador, Fidalgo da Casa Real, Corregedor da Corte, Comendador da Ordem

---

<sup>200</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 13; FONSECA, cit. 77, p. 273 -274.

<sup>201</sup> Estes Coutos passarão para a posse dos Azevedo com Leonardo Lopes de Azevedo. TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>202</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>203</sup> TRIGUEIROS, cit. 4 p. 12.

<sup>204</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 223 – 224.

<sup>205</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>206</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>207</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>208</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

de Cristo, Juiz das Justificações do Reino, Conselheiro da Fazenda e ouvidor das terras da Rainha<sup>209</sup>. Faleceu na Casa-solar de Azevedo, em 23 de fevereiro de 1673<sup>210</sup>.

Este casal teve Leonardo Lopes de Azevedo e D. Margarida Manuel de Azevedo<sup>211</sup>, entre outros.

Leonardo Lopes de Azevedo (Pinheiro Pereira e Sá) nasceu na Quinta de Jou, na Província de Trás-os-Montes<sup>212</sup>. Era filho de Pedro Lopes de Azevedo e de D. Maria de Luna Sottomaior. Foi Moço Fidalgo da Casa Real por Alvará de 9 de Dezembro de 1699. Foi 23º Senhor do Couto de Azevedo e 16º do Morgado da Vila de Souto, 8º Padroeiro da Abadia de Galegos, administrador do Morgado do Passo e de outras Capelas. Completou a demanda do Morgado de Pouve principiada pelo seu pai, adquirindo também o Padroado de S. Salvador de Cristelo, passando a ser o senhor do Solar dos Pinheiros, em Barcelos e do dito Morgado de Pouve (atualmente situado no concelho de Vila Nova de Famalicão). Com a morte do seu parente Jorge Pessanha Pereira herdou os Morgados de Mazarefes, Paradela e Castro, bem como os Padroados de S. Nicolau de Mazarefes e de S. João da Ribeira com o Morgado de Gemieira, no termo de Ponte de Lima. Faleceu a 1 de Dezembro de 1734, sem testamento. Foi sepultado na Capela da Casa de Azevedo “e fez-se-lhe um ofício de corpo presente geral de cento e nove padres e religiosos da Companhia dos Capuchos e do Convento de Vilar de Frades e também assistiu a música da vila de Barcelos”<sup>213</sup>.

Casou com D. Margarida Isabel de Sousa, natural da Sé, Viseu, filha de Fradique Lopes de Sousa, Senhor de Bordonhos (Viseu) e de Pinheiro (Alheira, Barcelos), padroeiro *in sollidum* das Igrejas e Abadias de S. João de Bordonhos e de S. Maria de Várzea, e de sua mulher D. Isabel Maria de Azeredo Cerqueira, natural de Mesão Frio. Faleceu, viúva, na Casa Solar de Azevedo a 29 de Julho de 1767 e foi sepultada na Capela Mor da dita Casa com o hábito de Nossa Senhora do Carmo<sup>214</sup>.

Tiveram dezassete filhos<sup>215</sup>, entre os quais o herdeiro e 24º senhor de Azevedo, Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, o Reverendo Francisco Lopes de Azevedo – que foi 25º

---

<sup>209</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 12.

<sup>210</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 13.

<sup>211</sup> D. Margarida Manuel de Azevedo casou com o Desembargador Jerónimo da Cunha Pimentel.

<sup>212</sup> TRIGUEIROS, António Júlio Limpo; FREITAS, Eugénio da Cunha e; LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira, *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1998, p. 255.

<sup>213</sup> ADB, Registos Paroquiais de Salvador de Lama.

<sup>214</sup> ADB, Registos Paroquiais de Salvador de Lama; TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 255 – 256.

<sup>215</sup> Leonardo Lopes de Azevedo teve mais cinco filhos naturais. TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 257.

senhor de Azevedo –, o Reverendo Bento de Sousa e Azevedo<sup>216</sup>, D. Maria Manuel de Azevedo<sup>217</sup>, D. Bernarda Luísa de Azevedo<sup>218</sup>, Fradique José Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá – 26º Senhor de Azevedo –, José Lopes de Azevedo (falecido menor), D. Isabel Margarida de Azevedo<sup>219</sup>, D. Luísa Gertrudes de Azevedo<sup>220</sup>, Agostinho (faleceu duas horas após o parto), D. Ana (faleceu com um ano de idade), Reverendo André de Azevedo e Sousa<sup>221</sup>, João Lopes de Azevedo<sup>222</sup>, D. Teresa, D. Antónia e D. Isabel<sup>223</sup>.

Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, 24º Senhor de Azevedo, nascido em 20 de julho 1701, sucedeu na casa de seu pai. Foi Fidalgo da Casa de Sua Majestade e casou, no dia 21 de outubro de 1764, com D. Inês Rita de Sousa César e Lencastre, nascida na Casa de Vila Pouca, em Guimarães, e faleceu na Casa-solar de Azevedo a 23 de setembro de 1767<sup>224</sup>. Pedro Lopes de Azevedo faleceu nove anos depois, em 12 de outubro de 1776. Não tiveram descendência<sup>225</sup>.

---

<sup>216</sup> Nascido em 1703 e falecido em 1783, na Rua Nova, em Barcelos, deixando uma filha bastarda. Foi Moço Fidalgo da Casa Real, habilitado por inquirição *de genere* de 25 de junho de 1727 (ADB, *Inquirições de genere*, Processo nº 31169), tendo sido Abade de Santa Maria de Galegos. TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 256.

<sup>217</sup> Casou, em 6 de janeiro de 1725, com Pantaleão Alvo Brandão Pereira Perestrelo, natural da Campanhã, Porto. Era Fidalgo da Casa Real, Senhor de Coreixas, Administrador do Morgado de Coreixas e dos Alvos Perestrelo, padroeiro da Capela-mor de Santo Elói, no Porto, e da Igreja de Perozelo. Tiveram geração de onde descenderam os Condes de Balsemão. TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 256.

<sup>218</sup> Nascido em 1706, foi freira em Santa Clara de Vila do Conde. TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 256.

<sup>219</sup> Nascida em 1711 e freira em Santa Clara de Vila do Conde. TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 256.

<sup>220</sup> Nascida em 1713. Foi Abadessa de Santa Clara no triénio 1777 – 1780, responsável pelas obras na fachada do mesmo Mosteiro. TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 256; AZEVEDO, cit. 17, p. 225.

<sup>221</sup> Nascido em 1716 e faleceu em 1800, no Solar dos Pinheiros. Foi Abade Reservatário de S. Clemente de Basto (AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/14 – Doc. Nº 7; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/14 – Doc. Nº 9; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/14 – Doc. Nº 42; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/15 – Doc. Nº 43; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/16 – Doc. Nº 14: 1.6). TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 257.

<sup>222</sup> Nasceu a 1 de novembro de 1720, na Casa-solar de Azevedo. Fidalgo da Casa Real, foi Abade reservatário de Santa Maria de Galegos e de Cristelo. Casou, em 28 de abril de 1787, com Maria Teresa Pereira de Faria Vilas Boas, nascida a 20 de dezembro de 1756, natural do lugar de Lavandeiras, Barcelinhos e faleceu em 11 de fevereiro 1841, no Recolhimento das Beatas do Menino Deus, em Barcelos. João Lopes de Azevedo faleceu uma semana após o casamento, em 6 de maio de 1787. O casamento serviu para legitimar os dois filhos que teve com Maria Teresa, são eles João Lopes de Azevedo, que foi 27º Senhor de Azevedo e D. Maria Emília Manuel Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, 28ª Senhora de Azevedo e mãe do primeiro conde de Azevedo. TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 257; TRIGUEIROS, cit. 4, p. 13 – 14.

<sup>223</sup> TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 257.

<sup>224</sup> Era filha de Francisco Filipe de Sousa e Silva Alcoforado, Moço Fidalgo da Casa Real e de D. Rosa Maria de Viterbo de Lencastre. TRIGUEIROS, cit. 4, p. 13.

<sup>225</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 13; TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 257.

Sucedeu-lhe o seu irmão o Reverendo Francisco Lopes de Azevedo, sendo o 25º senhor de Azevedo. Nasceu a 15 de agosto de 1702. Foi Fidalgo da Casa Real e bacharel formado em Coimbra. Habilitou-se a ordem por inquirição *de genere*, de 12 de dezembro de 1730, e foi abade de S. João da Ribeira, que era padroado da Casa de Azevedo. Faleceu em 26 de agosto de 1781, com testamento, e foi sepultada na Capela da Casa-solar de Azevedo. Deixou bastardos mas não lhe puderam suceder<sup>226</sup>.

Fradique Lopes de Azevedo sucedeu o seu irmão Francisco, tornando-se no 26º senhor de Azevedo. Nasceu em 19 de julho de 1709. Foi Fidalgo da Casa Real e Capitão de Infantaria<sup>227</sup>. Casou em S. Tomé, no Bispado de Tuy, Galiza, com D. Manuela Osores da Silva Ponce de Leão de Sequeiros Montenegro, filha dos sextos Condes de Plieque, recebendo as bênçãos na Capela da Casa-solar de Azevedo, a 8 de julho de 1783, pelo Reverendo João Evangelista de Sousa e Azevedo<sup>228</sup>, Abade de S. João da Ribeira<sup>229</sup>. Fradique faleceu a 16 de janeiro de 1793, com testamento, mas sem descendência<sup>230</sup>.

O 27º senhor da Casa-solar e Honra de Azevedo foi João Lopes de Azevedo, filho de João Lopes de Azevedo e D. Maria Teresa Pereira Faria Vilas Boas, legitimado após o casamento destes. Nasceu na Colegiada de Barcelos em 21 de junho de 1786. Foi Moço Fidalgo da Casa Real. Casou em primeiras núpcias com D. Francisca Inácia Pereira das Caldas, que nasceu na Casa de Sende, em Monção, filha herdeira de Gonçalo Pereira Caldas, General de Viana do Castelo e Senhor da Casa de Sende, e de sua esposa, D. Inácia Antónia Micaela de Castro Bacelar e Vasconcelos. João Lopes de Azevedo ter-se-á casado em segundas núpcias mas desse casamento nasceu um filho que morreu com cinco anos<sup>231</sup>.

Quebra-se aqui a linha varonil que persistia desde a fundação da Casa de Azevedo, sucedendo ao 27º senhor a sua irmã, D. Maria Manuel Emília Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, que foi a 28ª Senhora de Azevedo.

D. Maria Manuel Emília nasceu a 28 de maio de 1787 em Barcelos e foi batizada a 6 de abril de 1787, pelo seu primo João Evangelista, Abade de S. João da Ribeira, sendo padrinho o

---

<sup>226</sup> TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 257.

<sup>227</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 13.

<sup>228</sup> João Evangelista de Azevedo era filho do Reverendo André de Sousa e Azevedo, Abade de S. Clemente de Basto. TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>229</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 13.

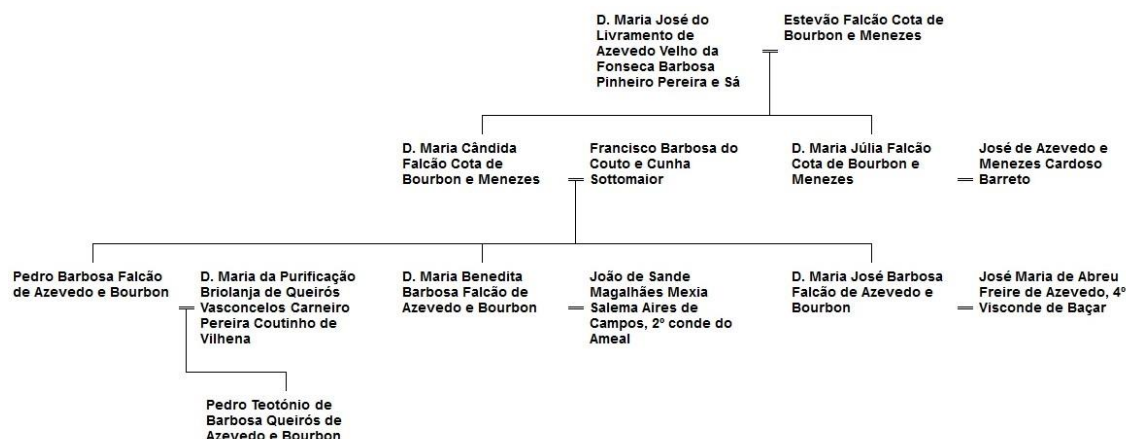
<sup>230</sup> TRIGUEIROS; FREITAS e LACERDA, cit. 212, p. 257.

<sup>231</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

seu tio Fradique Lopes de Azevedo e madrinha a esposa deste, D. Manuela, por procuração de André de Azevedo, tio da batizada<sup>232</sup>. Faleceu a 7 de fevereiro de 1828, na sua Casa<sup>233</sup>.

Casou a 13 de maio de 1807, com António Martinho Velho de Barbosa da Fonseca<sup>234</sup>. Deste casamento nasceram dois filhos: Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho e D. Maria José do Livramento de Azevedo Velho da Fonseca Barbosa Pinheiro e Sá.

D. Maria José do Livramento de Azevedo Velho da Fonseca nasceu a 27 de julho de 1817 e faleceu a 4 de agosto de 1873<sup>235</sup>. Casou, a 8 de junho de 1837, com Estevão Silvério Falcão Cota de Bourbon e Menezes, nascido a 17 de julho de 1810 e falecido a 26 de dezembro de 1869<sup>236</sup>. A família dos Falcões Cota eram “pessoas de conhecida nobreza” na freguesia de S. Tiago da Cidade em Braga<sup>237</sup>.



### Genealogia 3:Descendência de D. Maria José do Livramento de Azevedo Velho da Fonseca.

<sup>232</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

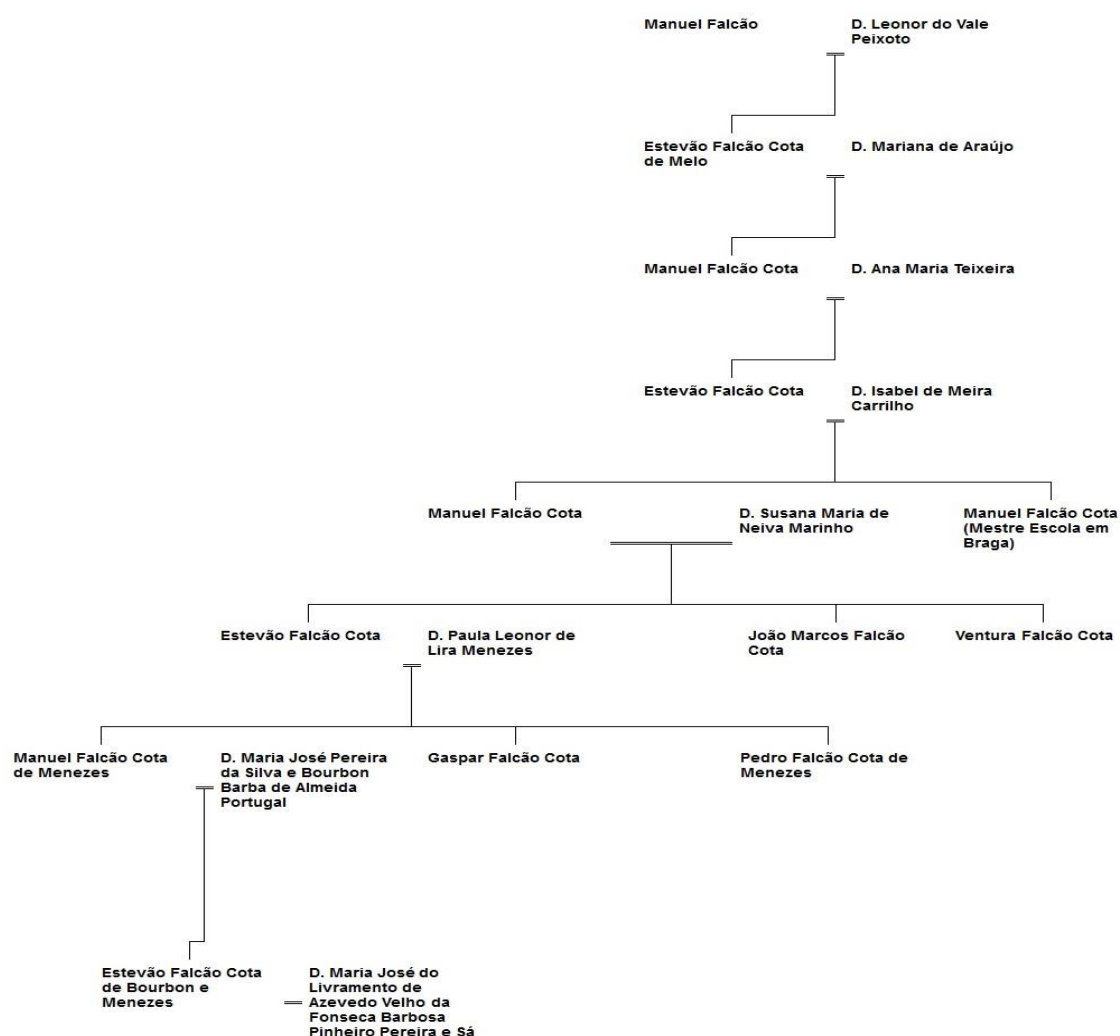
<sup>233</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>234</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>235</sup> <http://geneall.net/pt/nome/135129/maria-jose-do-livramento-de-azevedo-velho-da-fonseca-barbosa-pinheiro-pereira-de-sa/>

<sup>236</sup> <http://geneall.net/pt/nome/135128/estevao-falcao-cota-de-bourbon-azevedo-e-menezes/>; TRIGUEIROS, António J. Limpo, “Casa Solar e Honra de Azevedo”, *Concelho de Barcelos. Freguesias: Lama*, p. 15.

<sup>237</sup> Nesta condição também se encontravam os Feyos de Azevedo e os Macedo Portugal. MACEDO, Ana Maria Costa, “O Arquivo da Casa Avelar (Braga) – da construção da familiar à (re)construção da história social”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII – XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – FCSH, IEM, 2012, p. 265.



Genealogia 4: Família Falcão Cota.

### 3.1.1. Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca, 1º Conde de Azevedo

Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho, 1º Visconde de Azevedo por Decreto de 19 de agosto e Carta de 9 de setembro de 1846, concedida por D. Maria II, foi elevado à grandeza de 1º Conde de Azevedo por Decreto de 23 de novembro e Carta de 5 de dezembro de 1876, outorgados por D. Luís<sup>238</sup>.

<sup>238</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.



Nasceu no dia 21 de fevereiro de 1809, no Paço-solar de Marrancos<sup>239</sup>. Foi Moço Fidalgo da Casa Real com exercício no Paço por alvará de 10 de março de 1823<sup>240</sup>. Tornou-se no 30º Senhor da Casa-solar, Couto e Honra de Azevedo, 21º donatário do Morgado dos Coelho na Vila de Riba de Souto de Homem, Senhor dos Coutos de Mazarefes, Paradela e Castro com seus Padroados, S. Nicolau de Mazarefes (Viana do Castelo) e S. João da Ribeira (Ponte de Lima), o Morgado de Pouve (em Famalicão) e Solar dos Pinheiros (Barcelos)<sup>241</sup>. Foi o 22º Senhor da Casa de Marrancos por sucessão de seu pai<sup>242</sup>. Foi padroeiros das Igrejas de Santa Maria de Galegos e do Salvador de Cristelo, em Barcelos<sup>243</sup>.

Casou em 25 de agosto de 1827 com D. Maria José Carneiro da Grã Magriço, grande herdeira universal dos Carneiros da Grã Magriço e dos Coelho Duarte<sup>244</sup>.

Francisco Lopes de Azevedo foi político, literato e bibliófilo<sup>245</sup>. Era católico extremo, escrevia jocosamente poesia e traduzia Vergílio<sup>246</sup> e Cervantes.

Foi defensor da causa miguelista, mas quando D. Miguel, Regente do reino, dissolveu a Câmara dos Deputados Francisco Lopes de Azevedo manteve-se alheio ao que se passava. No entanto, em virtude da Carta Convocatória dos Três Estados, foi eleito procurador pela cidade de Braga, a 10 de maio de 1828<sup>247</sup>. Ao estalar a revolta no Porto, que aclamou D. Miguel como Rei, não pôde tomar parte na reunião dos Três Estados, só podendo deslocar-se a Lisboa em junho do mesmo ano<sup>248</sup>. Não tomou parte nas perseguições aos liberais, porém, por instância do Conde de Santa Marta, tomou posse do cargo de Coronel Agregado dos Voluntários Realistas, que se encontrava em Viana do Minho, em 25 de abril de 1832<sup>249</sup>. O Batalhão que comandava passa a fazer parte da 4ª Divisão Realista e depois da Coluna Móvel do Norte do Douro<sup>250</sup>. Recebeu o Hábito da Torre-e-Espada e a Comenda da Ordem de Cristo, pelos serviços prestados na guerra civil<sup>251</sup>.

---

<sup>239</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>240</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 207.

<sup>241</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14; AZEVEDO, cit. 17, p. 207.

<sup>242</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>243</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>244</sup> Ver Capítulo 3.3 Os Carneiro da Grã Magriço.

<sup>245</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>246</sup> VASCONCELOS, Victor Blanco de, “O Conde de Azevedo segundo Camilo Castelo Branco”, *Diário do Minho*, 4 de maio de 2011, p. 5 - 6.

<sup>247</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>248</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>249</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361; TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>250</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>251</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 208.

Após a Convenção de Évora Monte, retirou-se para a sua Casa-solar<sup>252</sup>, indo viver depois, em dezembro de 1843<sup>253</sup>, para a sua casa armoriada, situada na Rua do Carvalhal (22 – 28), em Braga<sup>254</sup>. Alheado da política, é instado por Silva Passos Teixeira de Vasconcelos a unir-se ao Partido Progressista na campanha eleitoral de 1845<sup>255</sup>. Em 1846, ocupou o cargo de Governador Civil de Braga, no período conturbado da Revolta da Maria da Fonte, tomando posse em 1 de junho e demitindo-se em 6 de julho do mesmo ano<sup>256</sup>.

É agraciado com o título de Visconde e destacando-se pela sua cultura, em 11 de outubro de 1846, nas eleições para deputados é eleito no Porto tanto pelos Cabralistas como pelos Setembristas<sup>257</sup>. Nunca tomou posse devido à revolta que estalou naquela cidade e que constituiu a Junta Provisória do Supremo Governo do Reino<sup>258</sup>.

Na legislatura de 1851 – 52, foi eleito Deputado da Nação por Braga. Porém, a sua saúde foi-se deteriorando, o que o levou a afastar-se da política, abandonando-a definitivamente. Assim, pôde dedicar-se aos seus trabalhos literários<sup>259</sup>.

Foi Presidente da comissão permanente do Congresso Católico, em 1871<sup>260</sup>, e da Associação Católica, sendo um dos fundadores. Fez parte, ainda, da “Comissão d’estatística agrícola”, na qual ocupou um dos lugares de vice-presidência da Mesa da Comissão, na 1ª Exposição Agrícola do Porto de 1857<sup>261</sup>. Foi diretor da Real Sociedade Humanitária e sócio efetivo da Sociedade Agrícola do Distrito do Porto em 1856<sup>262</sup>. Foi, ainda, sócio fundador do Club Portuense<sup>263</sup>.

---

<sup>252</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>253</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>254</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>255</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>256</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>257</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>258</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361; TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>259</sup> Nos últimos anos de vida Francisco Lopes de Azevedo cegou. ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>260</sup> Numa assembleia dos Oradores e Escritores Católicos, no Palácio de Cristal, no dia 1 de janeiro de 1872, discursa: “Bem sei que não falta quem tenha dito que esta nossa reunião era inútil e desnecessária por isso que os ministros sagrados do culto aí estavam todos os dias pregando dentro dos nossos templos as coisas da religião, tornando-se assim escusado o vir escutá-las aqui. É exatamente por esse dito que estas reuniões me parecem necessárias e utilíssimas: no século passado Voltaire, chefe dos incrédulos do seu tempo, para ridicularizar a religião católica chamava-lhe a religião dos Padres, e os seus discípulos desde então até hoje não se têm esquecido de lhe dar a mesma denominação; pois [...] eu afirmo que é tudo pelo contrário, que a religião católica não é a religião dos Padres, mas os Padres é que são da religião católica [...]; é portanto coisa evidente que, sendo a religião, a Igreja Católica, e os Padres coisas coevas na sua fundação e criação por Jesus Cristo, não são aquelas que derivam destes, mas sim estes que derivam daquelas...”; <http://quinbala.blogspot.pt/2009/12/qb4.html>.

<sup>261</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>262</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14; AZEVEDO, cit. 17, p. 208.

<sup>263</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

Em maio de 1857, foi designado para associado provincial da Academia Real das Ciências e, por proposta de Tomás Ribeiro, passou, em 11 de maio de 1876, a sócio correspondente<sup>264</sup>.

“Senhor de uma vasta cultura e de uma excelente biblioteca”<sup>265</sup>, tinha um tal gosto pelas obras antigas, que reeditou várias na sua tipografia, inicialmente instalada na sua Casa-solar, que foi depois transferida para o Porto e Póvoa de Varzim<sup>266</sup>. Nestas residências, reunia cenáculos culturais<sup>267</sup>. Entre as suas obras, salientam-se: *Atreo e Thiestes*, tragédia em 5 atos, *Amor e Receio*, na *Revista Literária do Porto*, t. I, 1838, *Castelo de Lanhoso – Crónica do Tempo de D. Sancho II*, id., t. II, que foi novamente publicada com leves modificações no texto, no folheto intitulado *Cartas Notáveis de Camilo Castelo Branco – O Patriotismo de Frei Bartolomeu dos Mártires – O Castelo de Lanhoso – O Mosteiro de Tibães – Apresiações de J. C. A. Mota Júnior*, Porto, 1867, *Diálogo Político*, id., t. V, 1840, *Sobre Filosofia Social*, id., t. X e XI, 1843, *Sobre os Duelos*, id., t. XI, 1851, *Juízo Crítico Acerca dos Romanos “Arco de Sant’Ana” e “Eurico”*, na *Revista Universitária Lisbonense*, t. V, 1846 e t. X, 1851, *Um Trintanário Cerrado*, na *Época*, t. II, 1849, *Tributo de Saudade à Memória do Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Visconde Almeida Garrett, Príncipe dos Poetas Portugueses*, publicado em vários jornais nacionais, em dezembro de 1854, e incluída nas *Distrações Métricas do Visconde de Azevedo*, Porto, 1868, *Cartas ao Redator da “Gazeta de Portugal” confundando o que a respeito da “Vida de Jesus”, por Mr. Renan, e do Papa, escrevera o Senhor Pinheiro Chagas, etc.*, no referido jornal, julho a setembro de 1864<sup>268</sup>. Foi colaborador na redação do *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva, o qual é um monumento da cultura portuguesa<sup>269</sup>.

Francisco Lopes de Azevedo estabeleceu com Camilo Castelo Branco uma prezada amizade. Além de se corresponderem assiduamente, Camilo referenciava-o diversas vezes. Para além das obras d’*O Senhor do Paço de Ninães* e da *Divindade de Jesus*, no seu livro *Narcóticos*, de 1882, num texto intitulado “O Conde de Azevedo”, Camilo escreve: “O Conde de Azevedo tinha tão boa alma que podia deixar de ser católico apostólico romano”; “Há catorze anos que ele, então visconde, imprimiu em sua casa e repartiu por os seus amigos as poesias da sua mocidade. Parece que tirou um cento de exemplares que noventa e oito dos seus amigos com certeza não

---

<sup>264</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>265</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>266</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>267</sup> FERREIRA, José, *Balasarenses*, Balasar, Edição do Autor, p. 45.

<sup>268</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 361.

<sup>269</sup> “O Dicionário Bibliográfico Português, da autoria de Inocêncio Francisco da Silva mas continuado por Brito Aranha, seu testamentário, que lhe acrescentou vários volumes, é uma obra de referência sobre as obras publicadas em Portugal até finais do século XIX e seus autores”. FERREIRA, cit. 267, p. 44; ZÚQUETE, cit. 18, p. 361 – 362.

abriram. Eu sou um dos dois que o leram; o outro seria o erudito José Gomes Monteiro, já também falecido, a quem a obra era dedicada.<sup>270</sup> Na *Divindade de Jesus*, acerca da carta do Visconde de Azevedo que prefacia a obra, escreve Camilo: “Pertencem [as páginas] ao sr. Visconde de Azevedo. Elas aí vêm, espelhando a nobilíssima alma e esclarecida inteligência do modesto escritor que, nas raras vezes que se amostra ao público com as suas pensadas e primorosas lucubrações, revela sempre quão bom seria para as letras pátrias que o sr. Visconde de Azevedo vivesse nas estreitezas da má fortuna, para então ser obrigado a trocar as jóias do seu alto espírito pela moeda cerceada com que os trabalhos do entendimento são galardoados. Ainda bem que não. Se por lado as letras pátrias perdem, por outro ganhou o bem-estar do amigo a quem muito prezo, e cuja vida tem sido e será sempre lição mais proveitosa que a dos livros.”<sup>271</sup>

A sua livraria foi legada ao 2º Conde de Samodães<sup>272</sup>, da qual foi elaborado um *Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notáveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e Samodães enriquecido de notas bibliográficas e notícias de várias edições de muitas obras descritas. E também numerosos fac-similes de portadas, frontispícios, páginas, gravuras, registos de lugar e de data de impressão das mesmas obras, etc.* redigido por José dos Santos e com introdução pelo erudito escritor e bibliófilo Anselmo Braamcamp Freire, editado em 1921 pela Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica no Porto, disponível na Biblioteca Nacional<sup>273</sup>. Francisco Lopes de Azevedo também doou vários manuscritos à Biblioteca Pública do Porto<sup>274</sup>.

Um mês antes de falecer, foi elevado a Conde. Morreu a 25 de dezembro de 1876, às quatro horas da tarde, no Palacete de Santo António do Penedo, freguesia da Sé, no Porto, com todos os sacramentos, e foi sepultado na Capela de Nossa Senhora do Leite, em Lama, onde o seu sobrinho afim mandou colocar uma lápide armoriada<sup>275</sup>. Por disposição testamentária, nomeou por herdeiras as suas sobrinhas, D. Maria Cândida de Azevedo Falcão Cota de Bourbon e Menezes e D. Maria Júlia do Patrocínio Falcão Cota de Bourbon e Menezes<sup>276</sup>. A representação da casa

---

<sup>270</sup> FIGUEIREDO, cit. 149, p. 94.

<sup>271</sup> BRANCO, Camilo Castelo, *Divindade de Jesus*, Lisboa, *Parceria A. M. Pereira, Lda.*, 1971, p. 5.

<sup>272</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 361.

<sup>273</sup> Na Biblioteca Nacional encontra-se também um *Índice da Biblioteca da Casa de Azevedo feito por ordem de Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca, Senhor da dita Casa, e organizador desta biblioteca* de 1843, que fora escrito por várias mãos, contém pelo menos quatro caligrafias diferentes, uma delas será do Visconde de Azevedo. Na Biblioteca Municipal de Barcelos existe um *Fundo* da Biblioteca do Conde de Azevedo, no entanto, não foi possível datar a incorporação.

<sup>274</sup> Na BPMP existe um conjunto de documentos (694) que pertencem ao 2º Conde de Azevedo e que dão, de certa forma, continuidade ao legado deixado pelo seu tio. ZÚQUETE, cit. 18, p. 362; *Espólios da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Porto, 2010, p. 15.

<sup>275</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>276</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

com o Morgado de Mazarefes, entre outros bens, passou para D. Maria Cândida, que se tornou na 31ª Senhora da Casa-solar, Couto e Honra de Azevedo, casada com Francisco Barbosa do Couto e Cunha Sottomaior, Fidalgo da Casa Real, Senhor da Casa da Fontinha, em Estarreja<sup>277</sup>, e da Quinta de Sampaio, em Vila Real<sup>278</sup>. D. Maria Júlia era casada com José de Azevedo Menezes Cardoso Barreto, Senhor da Casa do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão<sup>279</sup>, e herdou o Solar dos Pinheiros e o Morgado de Pouve.



Foto 5: Capela de Nossa Senhora do Leite, Casa-solar de Azevedo.

---

<sup>277</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 362.

<sup>278</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 227.

<sup>279</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

### 3.1.2 Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo Bourbon, 2º Conde de Azevedo

Pedro Barbosa Falcão de Azevedo Bourbon nasceu na casa da Fontinha, em S. Pedro de Beduído, em Estarreja, a 8 de abril de 1875, e foi 2º Conde de Azevedo por Decreto de 14 de julho 1905<sup>280</sup>. Era filho da sobrinha do 1º Conde de Azevedo, D. Maria Cândida de Azevedo Falcão Cota de Bourbon e Menezes e de Francisco Barbosa do Couto da Cunha Sottomaior<sup>281</sup>.

Foi Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, tempo em que fez várias amizades. Além de sócio de várias associações literárias, científicas e artísticas, interessou-se pela genealogia, nomeadamente a da sua família, sendo autor de uma obra vital para este estudo: *Cartas de Camilo Castelo Branco ao 1º Conde de Azevedo*, publicada em Coimbra no ano de 1927.

Casou, em primeiras núpcias, com D. Maria da Purificação Briolanja de Queirós e Vasconcelos Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena<sup>282</sup>, na igreja de Carapeços, em Barcelos, no dia 4 de novembro de 1897<sup>283</sup>. Deste casamento nasceram seis filhos<sup>284</sup>. O herdeiro Pedro Teotónio de Barbosa Queirós de Azevedo e Bourbon, a 10 de novembro de 1905<sup>285</sup>. Foi licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Faleceu, no Porto, a 10 de junho de 1979.

Entre 1908 e 1910 foi deputado da Nação. Interessou-se pelo movimento desenvolvido pela Liga Naval Portuguesa, entre 1904 – 1905, no Norte do país, em favor das pescas fluviais e o repovoamento dos rios<sup>286</sup>. Criou em Monção e em Vila do Conde juntas locais da Liga Naval. Presidiu à primeira por ser grande conhecedor desta região, pois habitou na Casa do Hospital, em Ceivães, casa que pertenceu à primeira esposa<sup>287</sup>.

Por Decreto de 22 de outubro de 1908, foi designado vogal da Comissão de Inquérito Vinícola e Vitícola, criada por carta de lei de 8 de setembro de 1907, ficando responsável pelos inquéritos dos distritos de Braga e de Viana do Castelo<sup>288</sup>.

---

<sup>280</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>281</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>282</sup> Ver subcapítulo 3.5 A Casa do Hospital, p. 91.

<sup>283</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 16.

<sup>284</sup> <http://geneall.net/pt/nome/55388/pedro-barbosa-falcao-de-azevedo-e-bourbon-2-conde-de-azevedo/>

<sup>285</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 363.

<sup>286</sup> Sobre o primeiro debate do 2º Conde de Azevedo, veja-se “*Multiplicar os peixes é poupá-los quando se reproduzem...*” - O debate parlamentar de um filho de Estarreja”, artigo da autoria de António Pedro de Sottomayor, saído na revista *Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº4 – Ano 4 – 2010.

<sup>287</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 362; SOTTOMAYOR, António Pedro, “*Multiplicar os peixes é poupá-los quando se reproduzem...*” - O debate parlamentar de um filho de Estarreja”, *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*, nº 4, Ano 4, 2010.

<sup>288</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 362;

Criou, juntamente com outros lavradores, o Sindicato Agrícola e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Monção, em setembro de 1905. Promoveu, ainda, a criação de Sindicatos Agrícolas noutras localidades, como Viana do Castelo, Barcelos, etc., participando, para isso, em conferências e escrevendo artigos na imprensa nortenha para fins de propaganda.

Aquando da Implantação da República, exilou-se em Espanha, de onde regressou no ano de 1914. Volta, então, a interessar-se pelo associativismo sindical agrícola. Fomentou a criação da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte, que começaram a funcionar em 1917.

Foi Senador monárquico, quando Sidónio Pais era Presidente<sup>289</sup>. Quando se proclamou a “Monarquia do Norte”, foi chamado para as pastas da Instrução e da Agricultura, Comércio e Indústria do Governo Provisório instalado no Porto. Falhado o movimento, acabou preso e condenado, sendo amnistiado em 1921. Permaneceu em plena atividade política e ingressou no Conselho Superior de Política Monárquica.

Ligado às letras como o seu tio, colaborou na Revista *Ex-libris*, de que era diretor o Conde de Castro e Solla, bem como no *Correio da Manhã*, no *Dia*, na *Palavra*, e em outros jornais políticos de Lisboa, Porto, Braga, etc. Contribuiu ainda para a elaboração do *Dicionário Portugal* e da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Entretanto, no dia 2 de março de 1929, ficou viúvo, casando em segundas núpcias com D. Amélia de Freitas Torres, filha do Dr. Abílio Torre e de sua esposa, D. Maria de Freitas, não havendo descendência deste casamento.

O 2º Conde de Azevedo foi o último senhor da Casa-solar de Azevedo, que estava na sua família há mais de mil anos, sendo obrigado a vendê-la em 1936 em hasta pública, para fazer face a uns compromissos que tomou, juntamente com o Visconde de Pindela, para a defesa dos sindicatos, aos quais se dedicara devotamente e fizeram comprometer a sua fortuna e a milenar Casa-solar de Azevedo<sup>290</sup>.

No dia 20 de setembro de 1962, faleceu Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, na freguesia de S. João das Caldas de Vizela, em Guimarães<sup>291</sup>.

---

<sup>289</sup> *Anuário da Nobreza*, vol. I, Braga, 1950, p. 157.

<sup>290</sup> A Casa-solar de Azevedo foi comprada em hasta pública, em 1936, pelo Dr. Abel de Sousa Pacheco, médico do Porto. TRIGUEIROS, cit. 4, p. 16.

<sup>291</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 16.

### 3.2. Os Velhos de Barbosa do Paço de Marrancos

António Martinho Velho de Barbosa Fonseca, casado com D. Maria Emília Manuel Lopes Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, pais do 1º Conde de Azevedo, era descendente dos Barbosas da Casa de Marrancos, senhores da Honra de Barbosa, em Penafiel, e dos Velhos<sup>292</sup>. Nascera no Paço de Marrancos, em Vila Verde, no dia 14 de agosto de 1785<sup>293</sup>. A sua 4ª avó, D. Ana de Barbosa e Azevedo, era filha de Bartolomeu de Barbosa Machado, Senhor da Casa de Marrancos e de D. Mariana de Azevedo, descendente da família Feyo de Azevedo, a qual também surge no SIF Azevedo. D. Ana de Barbosa e Azevedo instituiu, juntamente com seu marido Matias Velho da Fonseca e o seu irmão Francisco de Barbosa Machado, o vínculo e capela de Nossa Senhora da Conceição do Paço de Marrancos<sup>294</sup>.

O Paço de Marrancos, situa-se na freguesia de S. Mamede de Marrancos em Vila Verde e pertencia então aos Barbosa Machado, passando, com o casamento de D. Ana e Matias Velho da Fonseca<sup>295</sup>, para a família dos Velhos de Barbosa<sup>296</sup>.

Sucedeu nesta casa Francisco Velho de Barbosa, filho do casal acima referido, que casou, em Viana, a 15 de fevereiro de 1696<sup>297</sup> com D. Maria Francisca Pereira Sottomaior. Estes tiveram pelo menos seis filhos, entre os quais: Paulo Velho de Barbosa e Fonseca, que foi Capitão-mor de Portela<sup>298</sup>, o Freire maltês António Velho da Fonseca<sup>299</sup> e Martim Velho de Barbosa, que sucedeu na casa.

---

<sup>292</sup> AZEVEDO, cit. 17, p. 209.

<sup>293</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>294</sup> VELHO, Ernesto, *Velhos de Barbosa do Paço de Marrancos*, Porto, Tipografia Progresso, 1930, p. 28.

<sup>295</sup> Foi Capitão de Infantaria da Província do Minho. AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 57.

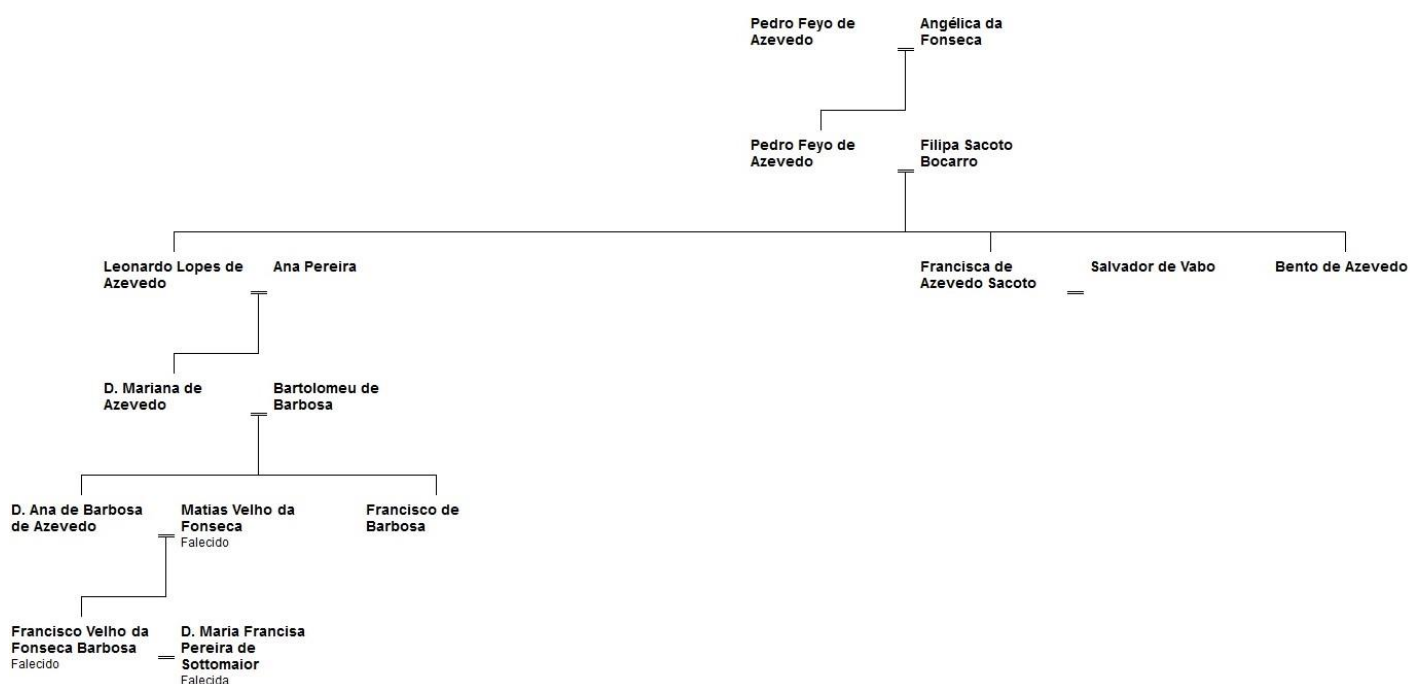
<sup>296</sup> VELHO, cit. 294, p. 28.

<sup>297</sup> <http://geneall.net/pt/nome/168962/maria-francisca-pereira-de-sotomayor/>

<sup>298</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/21 – Doc. Nº 48.

<sup>299</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 86.





#### Genealogia 5: Dos Feyo aos Velhos.

Martim Velho de Barbosa e Fonseca, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real por sucessão dos seus maiores, foi Capitão Mor de Penela, Senhor da Quinta de Santa Marinha e respetiva Capela da Nossa Senhora da Ajuda, em Prado, 4º Administrador do Morgado dos Velhos (Casa das Torres), em Ponte de Lima. Foi ainda Senhor da Quinta da Torre, em Arcozelo, 19º donatário do Paço-solar, Torre e Quinta de Marrancos, antiga Honra de Marrancos e 3º administrador do Morgado e Vínculo da Capela de Nossa Senhora da Conceição, ambos em Vila Verde<sup>300</sup>, e senhor de todos os vínculos, morgados, prazos e senhorios dessa Casa, por falecimento de seu irmão, Paulo Velho de Barbosa e Fonseca. Casou com D. Páscoa Antónia Xavier de Castro de Sousa e Menezes<sup>301</sup>, filha de Diogo de Menezes e de D. Agostinha Antónia de Abreu e Lima<sup>302</sup>, que, por morte de seu irmão João António Caetano de Castro Sousa Abreu e Menezes, foi a 6ª administradora e herdeira do Morgado da Casa e Quinta de Campos de Lima, do Vínculo da

<sup>300</sup> VELHO, cit. 294, (Genealogia final).

<sup>301</sup> VELHO, cit. 294, (Genealogia final).

<sup>302</sup> <http://geneall.net/pt/nome/221676/pascoa-antonia-de-souza-e-menezes/>

Capela de S. Simão, dos Morgados de S. Vicente, Cestães, S. Pedro do Souto e Távora (com Torre, Casa e Capela vinculada do Picouço), todos localizados em Arcos de Valdevez<sup>303</sup>.

Sucedeu em todos os bens acima referidos o filho, Francisco Velho de Barbosa da Fonseca e Castro, 20º Senhor de Marrancos que casou com sua prima co-irmã D. Maria Luísa Arriscado de Lacerda de Sousa e Vasconcelos, filha de João Leite da Cunha Arriscado e de D. Luísa de Sousa e Menezes, irmã de D. Páscoa Antónia<sup>304</sup>. D. Maria Luísa Arriscado de Lacerda foi senhora da Casa do Bárrio, em Barcelos e Senhora da Quinta do Faial, em Prado<sup>305</sup>. Deste casamento nasceu António Martinho Velho de Barbosa e Fonseca, 21º Senhor de Marrancos, Fidalgo da Cavaleiro da Casa Real por alvará de 12 de maio de 1797, Senhor da Casa de Campos de Lima, em Paçô, Arcos de Valdevez<sup>306</sup>. Foi Tenente Coronel agregado (1805) e efetivo (1806) do Regimento de Milícias da Barca e efetivo do de Barcelos (1811), sendo condecorado com a Medalha pelas duas Campanhas de Guerra Peninsular<sup>307</sup>. Depois de enviudar em 1828, casou em segundas núpcias com D. Maria Joaquina da Costa e Silva Pedreira<sup>308</sup>. Faleceu a 19 de julho de 1859 na casa do Campo de Sant'Ana, na freguesia de S. Victor em Braga<sup>309</sup>.

---

<sup>303</sup> VELHO, cit. 294, (Genealogia final).

<sup>304</sup> <http://geneall.net/pt/antepassados/133655/francisco-velho-da-fonseca-barbosa/>

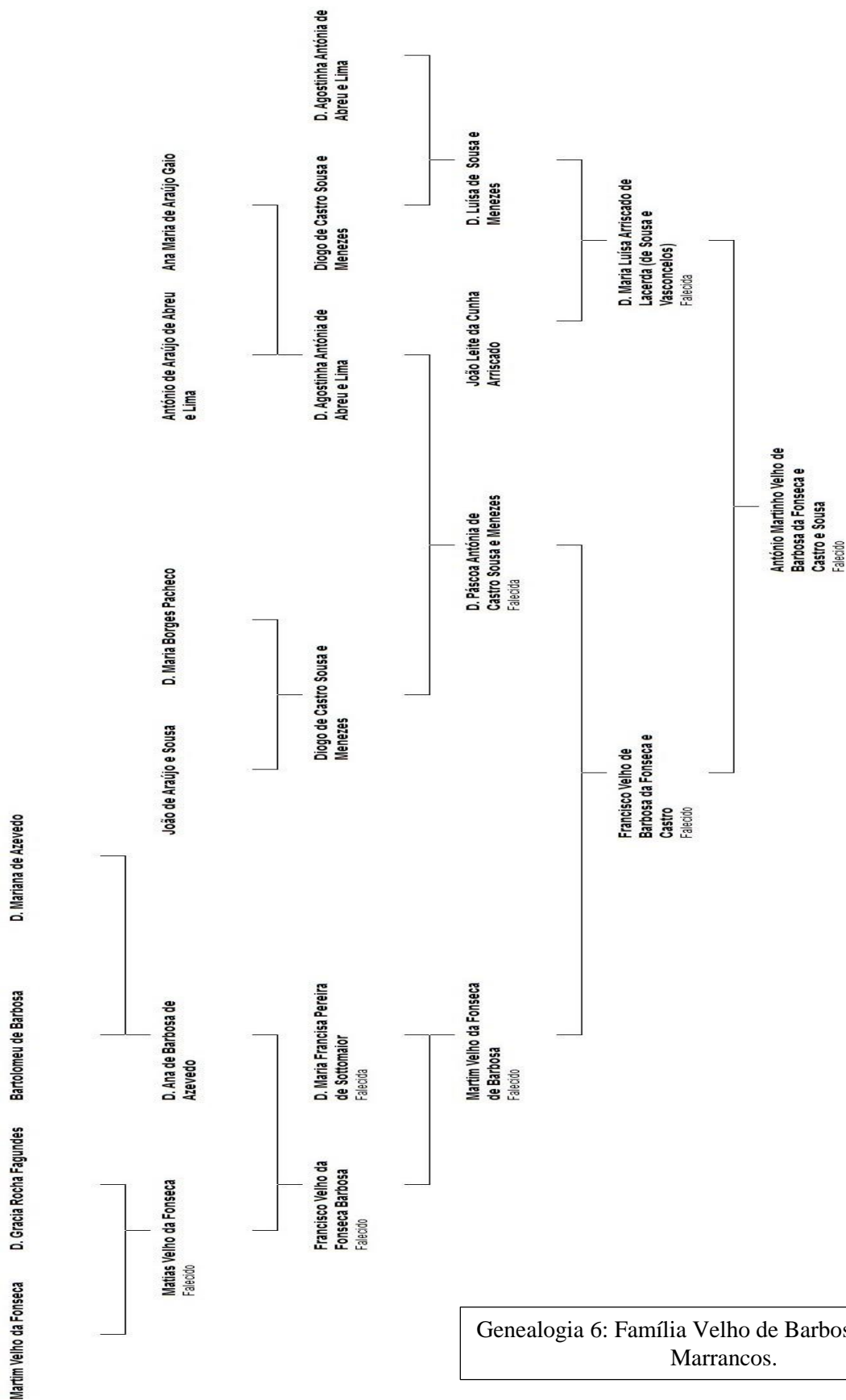
<sup>305</sup> VELHO, cit. 294, (Genealogia final).

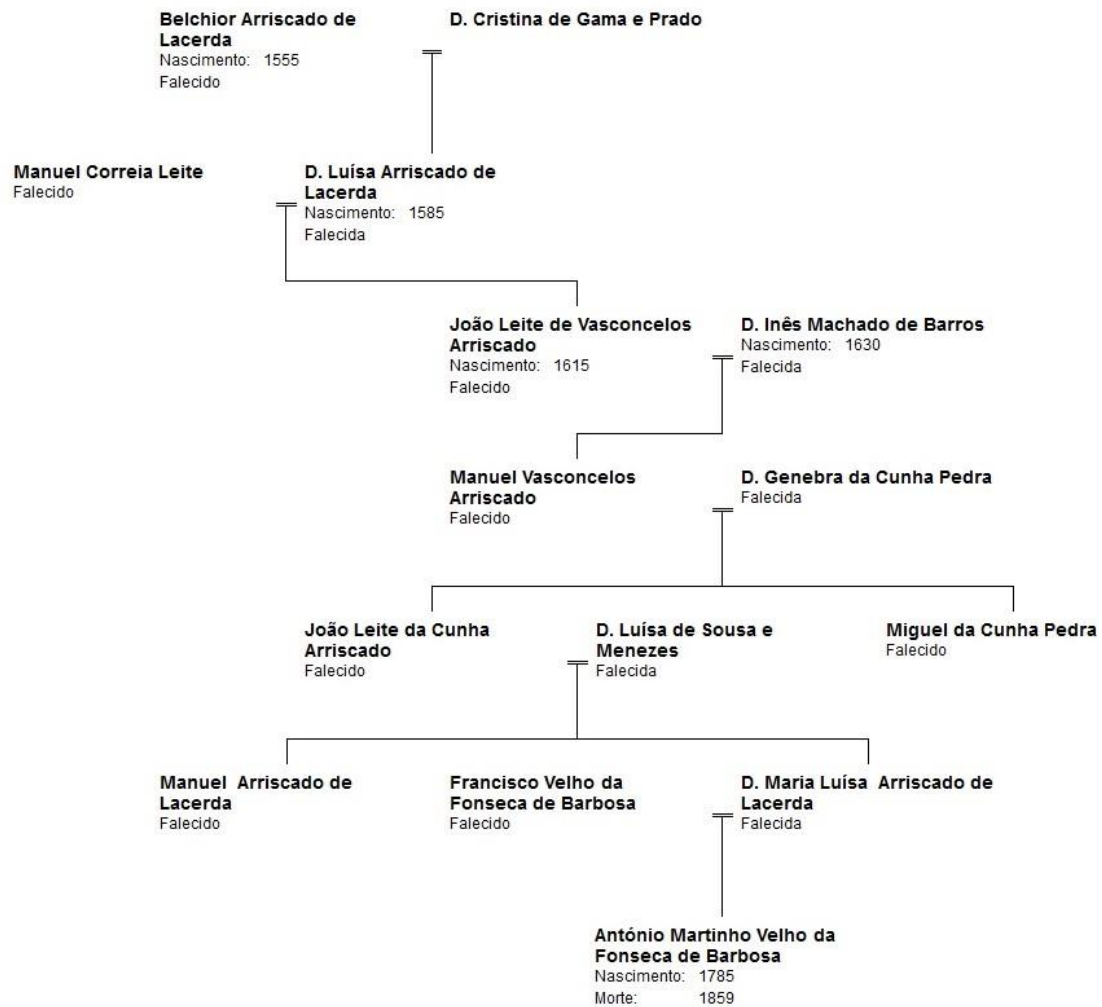
<sup>306</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>307</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14; AZEVEDO, cit. 17, p. 209.

<sup>308</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.

<sup>309</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 14.





Genealogia 7: Família Arriscado de Lacerda.

### 3.3 Os Carneiro da Grã Magriço

A família dos Carneiro da Grã Magriço entraram no SIF Azevedo pelo matrimónio entre Francisco Lopes de Azevedo Velho e D. Maria José Carneiro da Grã Magriço em 1827. Por entre o património por ela herdado, encontra-se a Quinta D. Benta ou de Balasar, cuja fundação remonta possivelmente ao século XVI. Neste capítulo abordamos a evolução da família desde o início do ramo até ao nascimento de D. Maria José Carneiro da Grã Magriço, Viscondessa e Condessa de Azevedo.

Podemos afirmar que o ramo da família de D. Maria José se inicia no Abade Manuel Gonçalves, Pároco de Balasar desde cerca de 1535 durante 30 anos<sup>310</sup>. Após afastar-se da sua abadia, veio residir em Vila do Conde, onde foi pai de duas filhas: Margarida Vaz e Joana Manuel<sup>311</sup>.

Margarida Vaz casa-se com Gomes Carneiro, um piloto ligado ao comércio ultramarino<sup>312</sup> que era também morgado do Santíssimo Sacramento com Capela de S. João Batista no Convento de S. Francisco no Porto<sup>313</sup>. Gomes Carneiro exerceu vários cargos a nível municipal e parece ter sido uma pessoa abastada com bens em Balasar<sup>314</sup>. Tiveram pelo menos dez filhos<sup>315</sup>.

A Quinta de Balasar foi herdada por Catarina Carneiro, filha do casal referido acima, que casou com Bento Teixeira Magriço, falecido em Angola talvez em 1608<sup>316</sup>. Ambos viveram em Vila do Conde.

Pedro Carneiro da Grã, um “cidadão da cidade do Porto”, foi o primeiro a residir permanentemente em Balasar e trouxe o apelido de Grã para a família<sup>317</sup>. Foi proprietário em Vila do Conde e em Santa Eulália de Balasar<sup>318</sup>. Era filho de João Carneiro e Antónia da Grã. Casa com Benta Carneiro Magriço, a 10 de setembro de 1634, filha de Catarina Magriço e Bento Teixeira Magriço. Pedro Carneiro da Grã e Benta Carneiro Magriço eram primos e netos de Margarida Vaz<sup>319</sup>. Pedro herdou de seu tio, o beneficiado Manuel Carneiro, o morgado do Santíssimo Sacramento com Capela de S. João Batista no Convento de S. Francisco no Porto<sup>320</sup>.

---

<sup>310</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 6.

<sup>311</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 6.

<sup>312</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 6 – 7.

<sup>313</sup> <http://geneall.net/pt/nome/40606/gomes-carneiro/>

<sup>314</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 7.

<sup>315</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 7.

<sup>316</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 8.

<sup>317</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 8.

<sup>318</sup> <http://geneall.net/pt/nome/266999/pedro-carneiro-da-gram/>

<sup>319</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 8.

<sup>320</sup> <http://geneall.net/pt/nome/266999/pedro-carneiro-da-gram/>

Existe uma escritura de doação de Pedro e Benta ao seu filho Manuel Carneiro da Grã do prazo de Balasar de 1668<sup>321</sup>. Foi lavrada com o fim de tornar Manuel Carneiro da Grã Magriço como único herdeiro e sucessor do morgado da casa<sup>322</sup>. Os bens doados foram os seguintes: a Quinta de Balasar, prazo foreiro à Comenda de Cristo do mesmo nome; a metade do Campo de Santiago, que receberam por sentença contra seu cunhado e irmão Gomes Carneiro Magriço; a metade das casas que ficaram de seu avô, Gomes Carneiro; o casal na freguesia de Joane, foreiro aos frades Lóios do Porto; o Casal de Regufe, do qual prometeram em dote a sua filha Mariana, casada com António de Castro, 50.000 réis por morte deles dotadores ou onze medidas das que se pagam do dito casal<sup>323</sup>. Dada esta lista de bens, Pedro Carneiro da Grã parece ter sido um bom administrador. José Ferreira afirma que a ida de Pedro Carneiro da Grã para Balasar pode ter sido para melhor gerir os seus interesses<sup>324</sup>.

A 14 de agosto de 1665, realiza-se o casamento de Mariana Carneiro, filha de Pedro Carneiro da Grã, com António de Castro, do Couto de Cambeses<sup>325</sup>. Este casamento deverá ter sido importante pois teve uma grande afluência por parte dos habitantes de Balasar<sup>326</sup>.

Deste casamento nasce Manuel Carneiro da Grã Magriço que recebe por doação de seu tio Manuel Carneiro da Grã a Quinta de Balasar<sup>327</sup>. Manuel Carneiro da Grã Magriço nasceu em Arentim, Braga, em 1670 e faleceu em Balasar em 1761, já idoso, sem testamento<sup>328</sup>. Casou, em Balasar, com D. Paula de Sousa Barbosa, proveniente de Meixedo, em Viana<sup>329</sup>. Deste casamento foram frutos Alexandre Carneiro da Grã Magriço e duas filhas, Ana e Ludovina<sup>330</sup>.

---

<sup>321</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 72. Esta escritura também se encontra na Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, num dossiê com o título de “Documentos referentes à família Carneiro da Grã Magriço. Casa dos Carneiros, P. de Varzim. Casa da Ponte (ou casa da Quinta da D. Benta), Balasar. Séculos XVII – XIX”. Trata-se de um caderno de cópias dos documentos originais, constituído por 130 páginas.

<sup>322</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 9.

<sup>323</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 72; FERREIRA, cit. 267, p. 9.

<sup>324</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 9.

<sup>325</sup> No SIF Azevedo temos algumas referências a este couto. António de Castro Reimonde e Mariana Carneiro Magriço foram moradores no Couto de Arentim, que também aparece no SIF Azevedo – AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/16 – Doc. Nº 111.

<sup>326</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 10.

<sup>327</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 11 – 12.

<sup>328</sup> <http://geneall.net/pt/nome/267005/manuel-carneiro-da-gram-magrico/>; FERREIRA, cit. 267, p. 12 – 13.

<sup>329</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 12.

<sup>330</sup> D. Ludovina Josefa Magriço de Sottomaior, nasceu em 13 de novembro de 1705 e casou-se, no dia 4 de fevereiro de 1730, com Cristóvão Babo Machado da Silva e Bulhões, de S. Pedro de Esmeriz. D. Ludovina foi madrinha de D. Benta Carneiro Magriço. FERREIRA, cit. 267, p. 13.

Alexandre Carneiro da Grã Magriço nasceu em 1699 e terá falecido antes de 1737<sup>331</sup>. Casou, em Outiz, Famalicão, no ano de 1722, com D. Maria Carneiro de Sá.

Chegamos, assim, a D. Benta Carneiro da Grã Magriço, nascida em 17 de fevereiro de 1727<sup>332</sup>, filha de Alexandre Carneiro da Grã Magriço e D. Maria Carneiro de Sá, que foi uma figura importante na história de Santa Eulália de Balasar, não só por ter dado o seu nome à Quinta que herdou.

D. Benta casou com Manuel Nunes Rodrigues, filho de João Nunes e Domingas Rodrigues, da freguesia de Santa Lucrécia da Ponte do Louro, em Famalicão<sup>333</sup>. No registo batismal de D. Benta são padrinhos o Padre D. António Gavião, vigário de S. Simão [da Junqueira] e Ludovina, sua tia. O Mosteiro de S. Simão da Junqueira atravessava um período edificador no século XVII e possuía propriedades em Balasar, no entanto, desconhece-se a origem da relação dos pais de D. Benta com D. António Gavião<sup>334</sup>.

Em 1755, registou-se uma informação sobre Manuel Nunes Rodrigues no Roteiro dos Culpados<sup>335</sup> “por armar arruídos na igreja e descompor o reitor dela e chamar nomes injuriosos a várias pessoas, causando motins na mesma”<sup>336</sup>. O pároco injuriado era o Padre António da Silva e Sousa, que esteve à frente da paróquia durante cinquenta anos e escreveu as Memórias Paroquiais<sup>337</sup>. A mãe de D. Benta também surge nos registos do Roteiro dos Culpados<sup>338</sup>. Primeiro, em 1739, por ter sido “admoestada pelo pároco” e segundo, em 1742, por ter sido cúmplice do moleiro Custódio dos Santos<sup>339</sup>.

Manuel Nunes Rodrigues fez o seu testamento no Porto, em 1756, quando se achou doente<sup>340</sup>. Nele estabeleceu uma cruel disposição - que, aquando a sua morte, o tutor dos seus

---

<sup>331</sup> Como faleceu novo, poucas notícias se tem dele. No Arquivo Distrital do Porto, está guardado um “Prazo do casal chamado de Pampelido que fez o Morgado Alexandre Carneiro da Gram Magriço e sua mulher de Balasar a Domingos Gonçalves da Silva e sua mulher da freguesia da Perafita”. FERREIRA, cit. 267, p. 13. Sobre Perafita, no SIF Azevedo, encontra-se um “Livro de Propriedades”, onde consta a freguesia de Perafita, datado com as datas extremas de 1882 – 1891: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 92. No SIF Azevedo, relativo ao Prazo de Pampelido, temos AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/22 – Doc. Nº 16, embora já pertencendo a Francisco de Barbosa do Couto Cunha e Melo.

<sup>332</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 15.

<sup>333</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 15 e 17. Manuel Nunes Rodrigues tinha um irmão que era pároco no Louro, chamado Remígio Nunes Rodrigues, que foi testamenteiro e administrador do vínculo deixado por seu irmão. 3427/16 – 127.

<sup>334</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 15 – 16.

<sup>335</sup> SOARES, Franquelim Neiva, “Subsídios para a História de Santa Eulália de Balasar”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XV, nº 2, 1976, p. 199 – 236 *apud* FERREIRA, cit. 267, p. 16 – 17.

<sup>336</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 17.

<sup>337</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 17.

<sup>338</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 18.

<sup>339</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 18.

<sup>340</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 17.

filhos os retirasse da companhia da mãe, D. Benta - , mas em 1770 alterou essa ordem<sup>341</sup>. Em 1756, D. Benta tinha 29 anos e era bastante rica... Pensa-se que Manuel Nunes foi um emigrante brasileiro bem sucedido e quando regressou do Brasil, casou com uma jovem mulher nobre<sup>342</sup>. Trata-se de um episódio de ascensão social, ele enriqueceu D. Benta e ela nobilita a sua descendência. Os antepassados próximos de D. Benta possuíram um estatuto social elevado, casando com gente do mesmo estatuto e convidavam para padrinhos pessoas igualmente distintas<sup>343</sup>.

Foi sepultado na Capela da Nossa Senhora da Lapa, a qual mandou erigir<sup>344</sup>. Faleceu em 1760, antes do avô paterno e da mãe da sua esposa, amortalhado num hábito de S. Francisco<sup>345</sup>. No seu testamento apenas refere a construção da capela<sup>346</sup>, não mencionando a Casa de Balasar<sup>347</sup>. Era um homem com uma riqueza significativa, além da dispendiosa capela, emprestou dinheiro ao sargento-mor, tencionava comprar o património do irmão e deixou vários legados<sup>348</sup>. (Ele assume os bens de D. Benta como seus: a *minha* quinta, o *meu* túmulo na Capela da Senhora do Socorro em Vila do Conde...<sup>349</sup>)

A Quinta de D. Benta foi descrita, em 1830, no Tombo da Comenda de Balasar, da seguinte forma: *uma quinta murada sobre si, com umas grandes e nobres casas-torre, com sua capela unida às mesmas casas, com a frente para o lado do poente, tendo as mesmas casas sua entrada por um grande portal, com as suas armas por cima do mesmo portal, e dentro tem sua eira, casas térreas e terras lavradas, com árvores de fruto e sem ele, e também terra de mato com pinheiros e carvalhos (...)*<sup>350</sup>.

---

<sup>341</sup> O testamento e respetivo codicilo de Manuel Nunes Rodrigues encontram-se no SIF Azevedo. AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 17.

<sup>342</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 18.

<sup>343</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 23.

<sup>344</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 18.

<sup>345</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 18 – 19. A vontade de ser sepultado envolto no hábito de S. Francisco tem a ver com uma visita de uns franciscanos missionários à Capela de Nossa Senhora da Lapa e a atenção que esta família tomou à sua pregação. FERREIRA, cit. 267, p. 22.

<sup>346</sup> A inscrição da lápide funerária de Manuel Nunes Rodrigues diz o seguinte:

ESTA CAPELA E SA MDO FAZER MEL NVNES  
RZ~ E NELA qER SER EMTERADO SE FALE-  
SER NESTA qVINTA OV PERTO DELA ANO D  
1758.

Como no nome dos filhos não existe referência aos apelidos paternos, foi importante que Manuel deixa-se este registo. FERREIRA, cit. 267, p. 18 – 19.

<sup>347</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 18.

<sup>348</sup> FERREIRA cit. 267, p. 18.

<sup>349</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 18.

<sup>350</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 19.



Monsenhor Manuel Amorim, no seu opúsculo *O Culto Mariano no Arciprestado de Vila do Conde e Póvoa de Varzim*, diz numa nota sobre a casa: *quase em frente ao cruzeiro paroquial e ao edifício escolar, já nas proximidades do rio Este, encontra-se uma casa sobradada com o seu janelante corrido, idêntica a tantas outras casas agrícolas do Minho se não fosse a porta nobre encimada por um brasão de armas. Foram picadas as armas mas sabe-se que ostentavam no escudo as insígnias dos Carneiros da Grã Magriço, senhores do Solar da Póvoa de Varzim. Em 1758 habitavam a casa Manuel Nunes Rodrigues do Louro Nobre<sup>351</sup>, casado com D. Benta Carneiro da Grã, senhora que deixou fama na freguesia pelas suas benemerências. Deve-se a este casal a construção da capela em honra de Nossa Senhora da Lapa, conforme se lê na sepultura rasa lá existente<sup>352</sup>.*

Como se tratava de pessoas de elevado estatuto social, era natural que construíssem um portal que se ajustasse a tal estatuto<sup>353</sup>. A imponência do portal da Quinta de D. Benta e a Capela da Senhora da Lapa são semelhantes e se se compara o portal da Quinta com o da Quinta da Espinheira ou a da cerca do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, pondera-se que tenha sido concebido para uma função arquitetónica autónoma<sup>354</sup>. Como se disse, Manuel Nunes Rodrigues não era nobre mas orgulhava-se da nobreza dos filhos e contribuiu para que isso se notasse, já que possuía largas posses<sup>355</sup>.

D. Benta foi responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Este “para a passagem do povo e dos carros”<sup>356</sup>. Não terá sido a primeira ponte no lugar, visto D. Benta ter nascido no lugar da Ponte, embora esta primeira ponte fosse só para peões<sup>357</sup>.

D. Benta nasceu aos 17 dias de fevereiro de 1727 e faleceu com 47 anos, a 14 de abril de 1774<sup>358</sup>. Quando se aproximava o final da sua vida, veio residir para Vila do Conde e acabou por falecer na Póvoa de Varzim, em casa do seu filho, sendo sepultada na Igreja Matriz local<sup>359</sup>.

O herdeiro da casa foi Manuel Carneiro da Grã Magriço, filho de D. Benta e Manuel Nunes Rodrigues, nascido em Balasar, no dia 14 de fevereiro de 1747 e veio a falecer com 48

---

<sup>351</sup> Em relação aos apelidos “do Louro Nobre” de Manuel Nunes Rodrigues, não têm fundamento nos nomes dos pais. FERREIRA, cit. 267, p. 15.

<sup>352</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 20.

<sup>353</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 23.

<sup>354</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 23 – 24.

<sup>355</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 24.

<sup>356</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 22.

<sup>357</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 22.

<sup>358</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 22.

<sup>359</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 23.

anos, na sua Casa dos Carneiros, na Póvoa de Varzim, a 9 de março de 1795<sup>360</sup>. Fidalgo cavaleiro da Casa Real, foi senhor da Casa de Balasar. Reconstruiu a casa da Póvoa de Varzim<sup>361</sup>, que pertencia à sua esposa, que passou a ser conhecida como Casa dos Carneiros, tal como se tornou senhor do Morgado de Rio Tinto<sup>362</sup>, em Esposende pelo casamento<sup>363</sup>. Exerceu os cargos de juiz ordinário e vereador da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, embora Balasar, no século XVIII, pertencesse ao concelho de Barcelos<sup>364</sup>.

Foi vereador da Câmara da Póvoa de Varzim até abril de 1794, um ano antes de falecer, no tempo em que o concelho da Póvoa era apenas constituído por uma freguesia<sup>365</sup>. Não se sabe ao certo quando começou a exercer funções, mas sabe-se que em 1780 já exercia o cargo, porque o seu nome constava no termo de abertura do livro das atas do Senado<sup>366</sup>. A deliberação da construção de um novo edifício camarário, cujo projeto data de 1790-1791, surge no tempo deste vereador<sup>367</sup>.

Casou, em 1767, com D. Maria Josefa Lopes Correia da Fonseca e Faria, filha de João Lopes da Fonseca, Morgado de Rio Tinto e de D. Josefa Maria Correia da Fonseca<sup>368</sup>.

Manuel Carneiro da Grã Magriço e D. Maria Josefa Lopes da Fonseca Correia Faria foram pais de D. Maria Vitória Carneiro e de José Carneiro da Grã Magriço. O filho José Carneiro sucedeu aos pais na Casa dos Carneiros, na Póvoa, na Casa e Quinta de Balasar e no morgado de Rio Tinto<sup>369</sup>. Foi cavaleiro fidalgo da Casa Real, oficial de ordenanças e em 1794, foi nomeado almotacé<sup>370</sup>.

José casou com D. Francisca Henriqueta Coelho Fiúza Ferreira Marinho Falcão Sottomaior, filha de Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva<sup>371</sup>, senhor da Quinta da Espinheira,

---

<sup>360</sup> O seu testamento encontra-se no SIF Azevedo com a cota AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 53. NÓBREGA, Artur Vaz Osório da, “Pedras de Armas no Concelho da Póvoa de Varzim”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. II, nº2, 1959, p. 335 – 408 *apud* FERREIRA, cit. 267, p. 34.

<sup>361</sup> A construção desta residência apalaçada teve repercussões nos planos urbanísticos posteriores. Para essas obras Manuel Carneiro contraiu um empréstimo mas esta casa passou a ser o melhor edifício particular da Póvoa. FERREIRA, cit. 267, p. 37.

<sup>362</sup> Ou Morgado dos Reis Magos.

<sup>363</sup> NÓBREGA, cit. 360, p. 335 – 408 *apud* FERREIRA, cit. 267, p. 34 – 35.

<sup>364</sup> NÓBREGA, cit. 360, p. 335 – 408 *apud* FERREIRA, cit. 267, p. 35.

<sup>365</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 35.

<sup>366</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 35.

<sup>367</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 37.

<sup>368</sup> <http://geneall.net/pt/nome/267238/maria-josefa-lopes-da-fonseca-correia-e-faria/>; NÓBREGA, cit. 360, p. 335 – 408 *apud* FERREIRA, cit. 267, p. 35.

<sup>369</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 37.

<sup>370</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 37.

<sup>371</sup> Ver subcapítulo 3.4 Os Duarte Coelho da Quinta da Espinheira, p. 79.

em S. Simão da Junqueira, capitão-mor e vereador de Vila do Conde, e de sua esposa, D. Maria Rosa Fiúza de Faria Marinho Ferreira Falcão Machado Sottomaior<sup>372</sup>.

A irmã de José Carneiro da Grã Magriço, D. Maria Vitória, casou, a 24 de setembro de 1800, na Capela de Santo António, da Quinta da Espinheira, com Manuel Duarte Coelho Fiúza Ferreira Falcão Sottomaior de Amorim e Silva, irmão mais novo de D. Francisca Henriqueta Coelho Fiúza<sup>373</sup>.

José Carneiro da Grã Magriço e D. Francisca Henriqueta foram os pais da Viscondessa de Azevedo, D. Maria José Carneiro da Grã Magriço, filha única e herdeira universal de todo o património de seus pais que inclui: a Casa e Quinta de D. Benta, em Santa Eulália de Balasar, a Casa dos Carneiros, na Póvoa de Varzim, o Morgado dos Reis Magos em Rio Tinto, Esposende, por parte do pai; por parte da mãe herdou a Quinta da Espinheira, em S. Simão da Junqueira<sup>374</sup>, a Quinta de Xate, em Vila Cova, Barcelos e a Casa dos Coelhos em Vila do Conde<sup>375</sup>.

D. Maria José nasceu no dia 6 de agosto de 1804, na Casa dos Carneiros, freguesia de Nossa Senhora da Conceição na Póvoa de Varzim<sup>376</sup>. Foi batizada no dia 16 do mesmo mês e ano, na Igreja Matriz da Póvoa de Varzim, tendo como padrinhos o Padre José Duarte, da Congregação do Oratório do Porto, seu tio-avô e a avó materna, D. Maria Rosa Fiúza Faria da Fonseca Ribeiro Ferreira Machado Marinho Falcão Sottomaior<sup>377</sup>.

Casou, a 25 de agosto de 1827, com Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca Barbosa, futuro Visconde de Azevedo, no “oratório das Casas do Ilustríssimo António Martinho Velho da Fonseca”, pai do nubente, na freguesia de S. Vitor, tendo recebido as benções nupciais no dia 28 de setembro do mesmo ano, no Oratório das Casas de D. Francisca Henriqueta, na Póvoa de Varzim<sup>378</sup>. O seu casamento pode se considerar como um contrato, pois a junção dos patrimónios dos dois com os pergaminhos de nobreza dele fizeram deles um casal riquíssimo e distinto.

Faleceu em 3 de janeiro de 1886, no Porto, no Palacete de Santo António do Penedo<sup>379</sup>. Segundo a disposição testamentária, quis ser enterrada envolta no hábito de Santa Teresa (de

---

<sup>372</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 37.

<sup>373</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 171.

<sup>374</sup> D. Maria José herdou a Quinta da Espinheira por seu primo, Gregório Duarte Coelho Fiúza Falcão, morrer sem descendência.

<sup>375</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>376</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>377</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 174.

<sup>378</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>379</sup> Crê-se que em jovem foi muito atraente, mas por altura da sua morte escreveu-se que tinha um porte apumado e vigoroso sendo uma senhora de constituição física “forte e enérgica, que parecia zombar dos anos”. Segundo *O Primeiro*

Ávila), em caixão de chumbo e sepultada no jazigo da família na freguesia de Balasar, onde se encontram seus pais<sup>380</sup>. Contrariamente ao que dispôs no seu testamento, foi sepultada em Barcelos, na Capela de Nossa Senhora do Leite, capela essa da Casa-solar de Azevedo<sup>381</sup>. A inscrição do seu túmulo diz o seguinte:

Jazigo de D. Maria José Carneiro de Grã Magriço Coelho Marinho Falcão Sotto Maior, 1ª Condessa de Azevedo, nasceu em 6 de agosto de 1802 (ou 1804) e faleceu em 3 de Janeiro de 1886.

Francisco de Barbosa Sotto-Maior em testemunho de gratidão e affecto mandou colocar esta lápide.

No testamento, mandou repartir 400\$000 pelos pobres e miseráveis da Póvoa de Varzim; doou outros 400\$000 ao Hospital e 300\$000 à Misericórdia. Deixou 100\$000 para dar aos pobres das freguesias onde possuía propriedades como S. Simão da Junqueira, Balasar e Lama<sup>382</sup>.

Quanto à Quinta de Balasar, foi herdada pela sobrinha dos condes, D. Maria Cândida de Azevedo Falcão Cota de Bourbon e Menezes<sup>383</sup> sendo vendida pelo seu marido, Francisco de Barbosa do Couto da Cunha Sottomaior a António Joaquim Leitão<sup>384</sup>. D. Maria Cândida de Azevedo Falcão Cota de Bourbon e Menezes e Francisco de Barbosa do Couto da Cunha Sottomaior foram os pais do Dr. Pedro Barbosa de Azevedo Falcão e Bourbon, 2º Conde de Azevedo.

No Tombo da Comenda de Balasar, encontra-se uma procuração dos futuros Viscondes, de 21 de agosto de 1830, que nos diz o seguinte:

*Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira de Sousa, Moço Fidalgo da Casa Real, Senhor de Azevedo e dos coutos de Mazarefes e Paradela, com minha mulher, D. Maria José Carneiro da Grã Magriço, Senhora da Quinta e Prazo de Balasar, atualmente assistentes na nossa Casa-solar de Azevedo, etc., por esta por nós feita e por ambos assinada, fazemos nosso bastante procurador ao nosso capelão, o Ver, José Joaquim de Oliveira, para que possa em nosso nome e como se presentes fôssemos assistir à medição do nosso prazo em Balasar, pertencente a uma das comendas*

---

de Janeiro de 12 de janeiro de 1886, o “ cadáver da Senhora Condessa de Azevedo foi sexta-feira depositado no mausoléu do Sr. Mendanha, no cemitério de Barcelos”. No dia 13, a Misericórdia de Vila Nova de Famalicão anunciara que ia mandar dizer duas missas pela Condessa, em virtude de ter sido contemplada por ela no seu testamento com avultada quantia. FERREIRA, cit. 267, p. 40.

<sup>380</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 40 – 41.

<sup>381</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 41.

<sup>382</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 41 – 42.

<sup>383</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>384</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 42.

*da Ordem de Cristo, assim como também assinar o auto de reconhecimento do referido prazo e fazer tudo o mais que em tal caso e para o mesmo objeto de nós possa ou haja de ser exigido; que para tudo lhe concedemos amplos poderes e todos os que em direito se requerem e só para nós reservamos toda a nova citação.*

*Dado na nossa Casa-solar de Azevedo, 21 de agosto de 1830 anos.*

*Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira de Sousa  
Maria José Carneiro da Grã Magriço.*

No mesmo tombo existe um documento de 15 de março de 1832 que chama Quinta D. Benta à Quinta de Balasar<sup>385</sup>.

Num requerimento que a Junta de Paróquia enviou, em 1876<sup>386</sup>, ao Paço, em Braga, confirma-se o apego da Viscondessa à terra dos seus antepassados balasarenses. Nele se pede autorização para vender aos Viscondes de Azevedo a sepultura de D. Francisca, na Igreja Paroquial, sobre a qual eles pretendiam “colocar uma pedra de mármore, com o seu respetivo dístico ou letreiro indicador”. A autorização foi concedida e até há algumas dezenas de anos guardou-se no cemitério uma lápide com inscrição que mencionava nomes Grã Magriço; hoje desconhece-se o seu paradeiro. Era o jazigo mencionado no testamento.”<sup>387</sup>

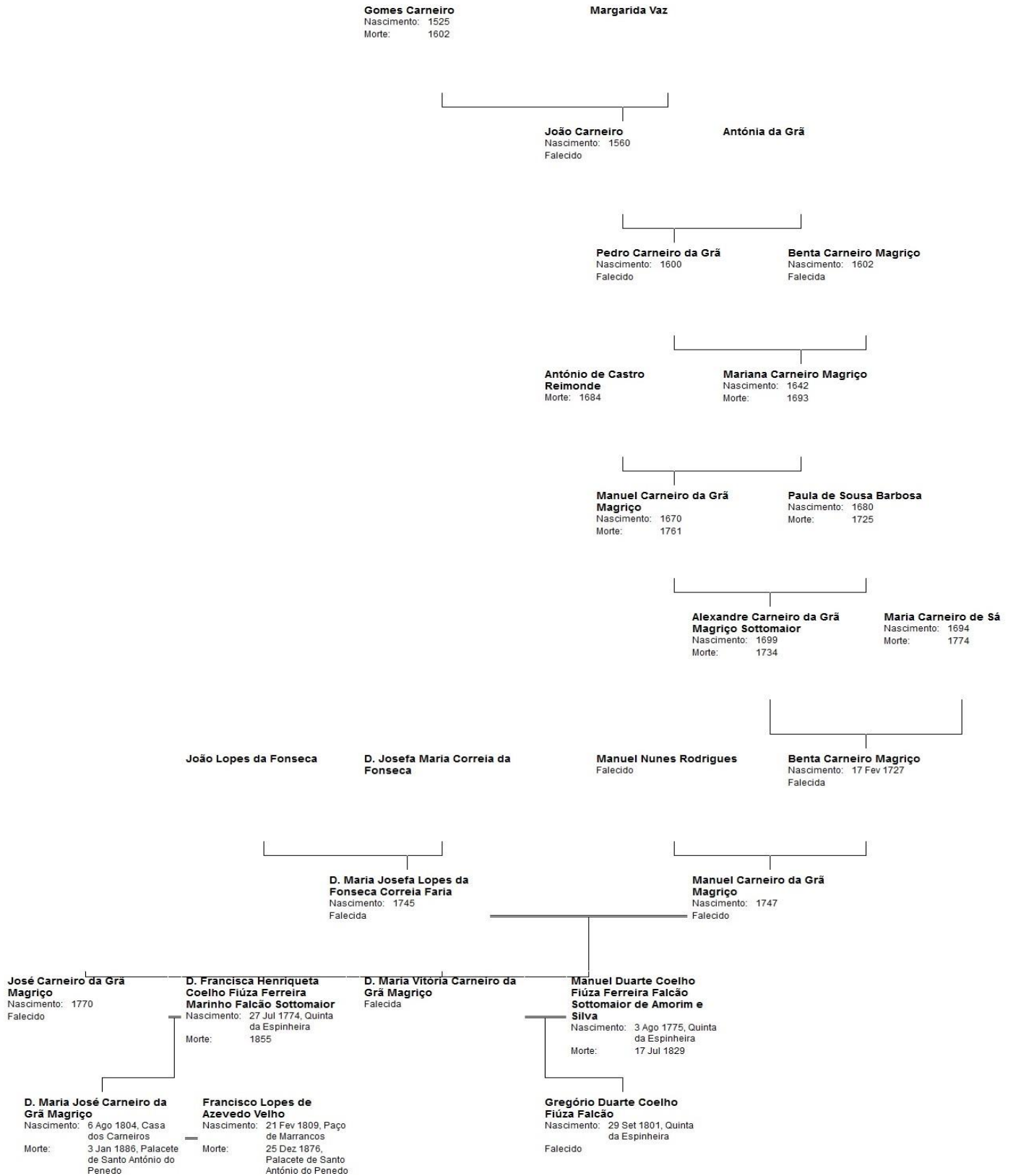
---

<sup>385</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 43.

<sup>386</sup> Nesta data morre o Conde de Azevedo. Era presidente da Junta de Paróquia o Padre António Martins de Faria. Alguns anos depois a Viscondessa iria ajudar a custear as obras da estrada municipal cuja construção se iniciou em 1878. FERREIRA, cit. 267, p. 43.

<sup>387</sup> FERREIRA, cit. 267, p. 44.

## Genealogia 8: Família Carneiro da Grã Magriço.



### 3.4 Os Duarte Coelho da Quinta da Espinheira

Antes de nos debruçarmos sobre os Duarte Coelho, abordemos uma outra família que também surge no SIF Condes de Azevedo: os Ferreira Ribeiro Machado Marinho Falcão. Possuíram uma Quinta, chamada do Lameiro, ou de Santo António de Enchate ou do Xate, localizada na freguesia de Vila Cova do concelho de Barcelos<sup>388</sup>. No portão, à entrada, pode ver-se um brasão esquartelado com as armas dos Ferreira, no primeiro e quarto quartéis, e dos Marinho, no segundo e terceiro<sup>389</sup>. O timbre é dos Ferreira, “uma ema com uma ferradura no bico, a qual foi representada sainte e voltada para a esquerda para ficar em concordância com a posição do elmo”<sup>390</sup>. Crê-se que a pedra de armas foi mandada construir pelo Capitão Francisco Ribeiro Ferreira Machado, senhor da dita Quinta quando casou com D. Luísa Maria Marinho Falcão Sottomaior, sua segunda esposa<sup>391</sup>.

As notícias sobre esta família remontam ao século XVI. Os seus membros, pertencentes à nobreza provinciana, possuíam propriedades rurais, foreiras por emprazamento a ordens religiosas e, mais tarde, vinculadas em morgadio. O morgadio também se aplicou por meio de afetação de domínios e seus rendimentos a serviços religiosos, como as capelas e certas dotações como a celebração de “aniversário”, isto é, sufrágio por alma dos indivíduos, por exemplo os instituidores<sup>392</sup>. Exemplificando nesta família, veja-se o vínculo da Cabana com a sua Capela de Nossa Senhora da Ajuda, o prazo do Lameiro com sua Capela de Santo António e a Quinta da Espinheira, com uma Capela do mesmo patrono<sup>393</sup>.

No século XVII, a situação da família vai evoluindo, estando agora integrada na nobreza de corte, cujos elementos são fidalgos de Cota de Armas, Moços Fidalgos e Fidalgos Cavaleiros da Casa Real<sup>394</sup>. O filho primogénito continua a suceder no morgado, enquanto os filhos segundos irão dar origem a uma nova nobreza, uma nobreza de interesses ultramarinos, que imigraram para a Índia e aí ficaram a exercer cargos na administração das terras conquistadas<sup>395</sup>. Em relação às filhas, ou casavam com alguém aparentado a elas, ou permaneciam solteiras na casa dos pais e,

---

<sup>388</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 157.

<sup>389</sup> Os Ferreira têm por armas quatro faixas e os Marinho quatro faixas ondadas, sendo que na pedra em questão foram esculpidas três em pala. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 157 - 158.

<sup>390</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 158.

<sup>391</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 157.

<sup>392</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 158.

<sup>393</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 158.

<sup>394</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 158.

<sup>395</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 158.

se já falecidos, na companhia do irmão morgado, que tinha a obrigação de as sustentar até à morte<sup>396</sup>.

A partir do século XVIII, o casamento vai assumir uma dimensão socioeconómica muito importante, porque além da junção de interesses económicos – a união de fortunas, através do dote da noiva, que lhe garante a subsistência no caso de viuvez, junta-se à do noivo, de forma a aumentá-la – ocorre uma conveniência social – os nubentes eram usualmente aparentados ou pelo menos tinham o mesmo estatuto social<sup>397</sup>. O casamento funcionava como um contrato entre as duas famílias, antecedido de uma escritura de dote, lavrada por um tabelião<sup>398</sup>.

No caso desta família, mas como em muitas outras, constata-se a preocupação no incremento dos matrimónios realizados, que promove a ascensão social da família e terminou quando a sua última representante se une por matrimónio, no início do século XIX, com um dos mais distintos fidalgos da aristocracia portuguesa, herdeiro de numerosos solares e legítimo descendente de umas das cinco gerações que dão origem à nobreza portuguesa – são eles D. Maria José Carneiro da Grã Magriço e Francisco Lopes de Azevedo Velho<sup>399</sup>.

A Quinta de Xate foi emprazada, em 1564, ao Mosteiro beneditino do Divino Salvador de Palme, por Diogo Anes que constituiu a 1ª vida do prazo<sup>400</sup>.

D. Maria Ferraz de Andrade foi herdeira da casa de seu pai, Martim Ferreira da Costa, que fora nomeado por Diogo Anes, seu pai, na 2ª vida do prazo da Quinta do Lameiro<sup>401</sup>. Em 1622, fez doação, com o seu marido, de certas terras para fábrica da Capela de Santo António, da sua Quinta de Xate, em Vila Cova<sup>402</sup>. Faleceu no dia 24 de setembro de 1656, na mesma quinta e no dia em que foi enterrada fez-se-lhe um ofício na Confraria do Lago<sup>403</sup>. Casou com Francisco Ribeiro, natural de S. Cosme do Vale<sup>404</sup>, em Famalicão, filho de D. Jerónima Furtado de Mendonça (bastarda da Casa de Argemil, em Mariz) e cuja paternidade se duvida entre Rodrigo Ferreira, Guarda Roupas do rei Filipe III e António Gonçalves<sup>405</sup>. Usufruiu do foro de Moço da

---

<sup>396</sup> Por disposições testamentárias do pai. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 158.

<sup>397</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 160.

<sup>398</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 160.

<sup>399</sup> Como abordado anteriormente, o Visconde de Azevedo descende dos Baiões. Os Baiões, Braganções, Gascos, Maias e Sousões foram as gerações consideradas originariamente nacionais. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 160.

<sup>400</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 160.

<sup>401</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 160 - 161.

<sup>402</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 161.

<sup>403</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 161.

<sup>404</sup> Sobre S. Cosme do Vale existe no SIF Azevedo um “Livro de Prazos de 1712 – 1860” (AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/ 15 – Doc. Nº 79) e um “Livro de Propriedades (com Preços de 1882-1891)” (AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 92).

<sup>405</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 161.



Câmara passado em 1609 e foi Fidalgo da Casa Real<sup>406</sup>. Faleceu a 19 de setembro de 1658, na Quinta de Xate, já viúvo, com testamento, no qual dispunha que lhe fizessem três ofícios na Confraria do Lago<sup>407</sup>.

Sucedeu na casa de seus pais Martim Ferreira da Costa, nascido na Casa da Quinta do Lameiro, Escudeiro-fidalgo e acrescentado a Cavaleiro-Fidalgo a 2 de abril de 1631. Faleceu na sua casa a 4 de junho de 1662<sup>408</sup>. Casou com D. Maria de Araújo Novais Machado, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Quintiães, Barcelos<sup>409</sup>. A nubente fora batizada a 12 de janeiro de 1607, na mesma igreja, pelo Vigário Manuel da Grã e faleceu na Quinta do Lameiro, com 42 anos de idade, aos 7 dias de novembro de 1659<sup>410</sup>. Era filha de Manuel Álvares Machado, Senhor da Casa da Quinta da Cabana, na dita freguesia, e de D. Madalena de Araújo Novais<sup>411</sup>. Manuel Álvares Machado instituiu um vínculo, em 14 de março de 1652, com obrigação de missas na Capela de Nossa Senhora da Ajuda, situada na mesma Quinta. O irmão de D. Maria de Araújo, o Reverendo Manuel Novais Machado, Cónego na Sé da Guarda e Arcediago de Celorico, reedificou a Capela<sup>412</sup>.

Martim Ferreira da Costa e D. Maria de Araújo Novais, foram pais, entre outros, de D. Jerónima Ferreira Ferraz, batizada em 1639, aos 17 de dias de novembro, na Igreja Paroquial de Vila Cova, pelo seu tio Padre Manuel Novais Machado<sup>413</sup>. Foi a herdeira dos bens de seus pais, falecendo, já viúva, no dia 2 de novembro de 1703, na sua Casa da Quinta do Lameiro<sup>414</sup>. Casou na igreja onde se batizou com Baltasar Correia Rego, no dia 23 de abril de 1663, batizado a 2 de março de 1641, na Igreja Paroquial de S. Mamede da Seara, em Ponte de Lima, filho de Belchior Correia de Puga, Senhor do Paço do Olival, em S. Mamede da Seara, e de D. Leonor Barbosa Fagundes, de Santo Estevão da Facha. Foi herdeiro da casa dos seus pais<sup>415</sup>. Morreu, abintestado, na Casa do Lameiro, em 19 de julho de 1685<sup>416</sup>.

---

<sup>406</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 161.

<sup>407</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 161.

<sup>408</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 162.

<sup>409</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 162.

<sup>410</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 162.

<sup>411</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 162.

<sup>412</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 160 e 162.

<sup>413</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 163.

<sup>414</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 163.

<sup>415</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 163.

<sup>416</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 163.

Este casal teve seis filhos, entre os quais Francisco Ribeiro Ferreira Machado batizado a 21 de julho de 1675, na Igreja de Vila Cova. Francisco Ribeiro foi senhor da Casa e Quinta do Lameiro ou de Xate, em Vila Cova e do Prazo de Santa Maria de Abade do Neiva. Do seu sogro, Pedro Marinho Brandão herdou o Prazo da Quinta do Outeiro, em Santa Maria do Outeiro em Arcos de Valdevez. O Padre Manuel Novais Machado, seu tio-avô, legou-lhe o Prazo do Rodo. Herdou dos seus segundos primos, D. Vitória Correia Machado e seu marido Diogo Pereira da Cunha Rangel, o Vínculo da Cabana, da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, em Quintiães, por ambos falecerem sem descendência. Por nomeação do seu sogro, Pedro Marinho Brandão, foi senhor do ofício da escrivãzinha na Vila de Chaves<sup>417</sup>.

Casou em primeiras núpcias com D. Francisca da Cunha que faleceu poucos dias depois de casar, na Quinta de Xate, aos 10 dias de julho de 1706, sem receber os sacramentos, expirando antes de ser ungida<sup>418</sup>.

Casou novamente, em 15 de setembro de 1713, com D. Luísa Maria Marinho Falcão Sottomaior, na Igreja Paroquial de S. Mamede de Seara, em Ponte de Lima. D. Luísa era prima e co-irmã, tendo sido batizada em 6 de janeiro de 1686, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Távora, pelo Licenciado Francisco Barbosa Eiró, Abade de S. Pedro do Souto, tendo como padrinhos, Pedro de Freitas de Araújo, morador na Quinta das Barbas, em Távora, Arcos de Valdevez e António Brandão, morador na Quinta da Ínsua. Era filha de Pedro Marinho Brandão<sup>419</sup> Senhor da Casa e Quinta do Outeiro, em Távora e de D. Catarina Barbosa Aranha<sup>420</sup>, Senhora da Casa e Quinta de Seara, em S. Mamede de Seara, Ponte de Lima.

Após o seu segundo casamento, o Capitão Francisco Ribeiro mandou esculpir o brasão que se pode visualizar num dos portões da Quinta de Xate, com as armas dos Ferreiras e Marinhos<sup>421</sup>.

Em 1743, aos 27 dias de março, Francisco Ribeiro manda fazer o seu testamento. Dispõe que pretende ser sepultado na Igreja Paroquial de Vila Cova, em hábito de S. Francisco, determina que se digam três ofícios, de vinte padres cada um, por sua alma e que se celebre cem missas de 80 réis, na Capela de Santo António, da Quinta de Xate. Institui como sua herdeira universal a filha, D. Josefa Luísa, nomeando nela o seu Prazo do Lameiro na Quinta de Xate, o qual é foreiro

---

<sup>417</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 166.

<sup>418</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 167.

<sup>419</sup> Filho de Diogo Falcão Marinho Brandão e de D. Violante da Fonseca. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 167.

<sup>420</sup> Filha de Belchior Correia de Puga e de D. Leonor Barbosa Fagundes, os quais eram avós do Capitão Francisco Ribeiro Ferreira Machado. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 167.

<sup>421</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 166.

ao Convento de Palme<sup>422</sup>. No caso de a sua filha não casar até aos 32 anos e não dar à luz filhos legítimos ou não, desse reserva à sua mãe, o prazo passava a ser nomeado em seu filho, João Félix e se este não desse reserva, passava então à sua filha D. Violante. Josefa Maria ficava, ainda, obrigada de alimentar as suas irmãs D. Antónia Maria e D. Violante, se estas não se casassem, e dar-lhes-ia, a cada uma, um carro de pão, dez almudes de vinho e um de azeite<sup>423</sup>. Em seu filho, João Félix, ficou nomeado os prazos de Santa Maria do Abade<sup>424</sup>, da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, na Quinta da Cabana, com todas as suas pertenças e o do Rodo, bem como todos os bens que lhe pertencessem. Para o pagamento de dívidas que por sua morte existissem e para os seus bens de alma, deixa o seu terço de alma e o que sobrasse que se aplicasse na veneração da sua Capela de Santo António<sup>425</sup>. Manda redigir um codicilo, a 6 de abril de 1743, para a nomeação do ofício de escrivania que tinha em Chaves e do Prazo da Quinta do Outeiro, em Távora, que era foreiro ao Convento de Santa Maria do Abade<sup>426</sup>, em seu filho João Félix. Neste codicilo nomeia também algumas dívidas, posse de documentos e assuntos a tratar para que o seu filho resolvesse<sup>427</sup>. Pereceu no dia 8 de abril de 1743, na sua Casa da Quinta de Xate e foi sepultado como determinou no seu testamento<sup>428</sup>.

Como já referido, o Capitão Francisco Ribeiro Ferreira Machado e D. Luísa Maria Marinho Falcão Sottomaior tiveram quatro filhos: D. Antónia Maria Marinho Falcão Sottomaior (nascida em 1 de novembro de 1714), D. Josefa Luísa Ribeiro Ferreira Machado Marinho Falcão Sottomaior (nascida a 3 de janeiro de 1716), D. Violante Marinho Falcão Sottomaior (nascida a 31 de janeiro de 1718) e João Félix Marinho Falcão Machado (nascido em 25 de junho de 1720)<sup>429</sup>. Vejamos a descendência de D. Josefa.

D. Josefa Luísa Ribeiro Ferreira Machado Marinho Falcão Sottomaior herdeira, por testamento de seu pai, da Quinta de Xate, casou duas vezes.

---

<sup>422</sup> Com a condição de dar dois carros de pão a sua mãe, D. Luísa Maria e a metade da Casa da Quinta do Lameiro e metade da horta. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 166.

<sup>423</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 166.

<sup>424</sup> Com a obrigação de pagar a dívida das recolhidas e a pensão à Misericórdia de Barcelos, caso contrário, a nomeação passava para a sua irmã, D. Violante. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 166.

<sup>425</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 166-167.

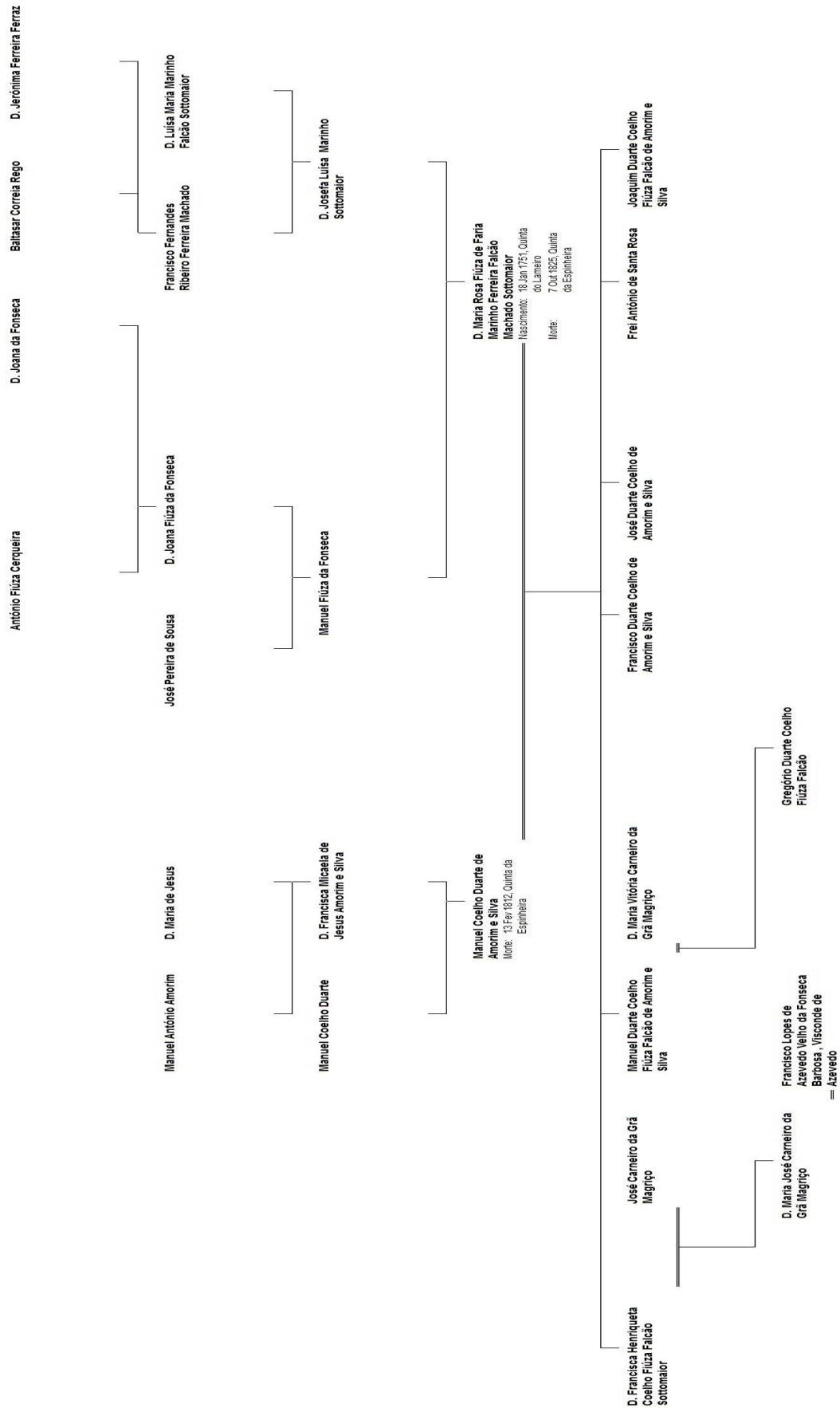
<sup>426</sup> Com a obrigação de pagar a dívida à filhas do Licenciado Manuel Martins da Fonseca. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 167.

<sup>427</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 167.

<sup>428</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 167.

<sup>429</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 167 - 168.

Genealogia 9: Família Duarte Coelho da Espinheira.



Primeiro, contraiu matrimónio, no dia 9 de junho de 1743, aos vinte e sete anos de idade, com Frei Domingos Fiúza da Fonseca, que era mais velho que ela vinte e nove anos. Frei Domingos foi batizado em 9 de agosto de 1687, na Igreja Matriz da Colegiada de Barcelos, tendo como padrinhos Domingos de Faria Leite e Bartolomeu Martins<sup>430</sup>, de Vilar de Figos. Era filho de António Fiúza Cerqueira e Faria e de D. Joana da Fonseca, de Barcelos<sup>431</sup>. Foi Cavaleiro das Ordens de S. Tiago e do hábito de de Avis. Faleceu 10 meses depois do casamento, com 66 anos de idade, com testamento, no dia 26 de abril de 1744. Foi sepultado no Bom Jesus de Braga<sup>432</sup>.

O segundo casamento foi com Manuel Fiúza de Faria, sobrinho do primeiro marido e dez anos mais novo que ela, com quem teve uma filha ilegítima, D. Maria Rosa, mas legitimada logo a seguir ao casamento, realizado no dia 25 de maio de 1752, na Igreja de Vila Cova<sup>433</sup>. Manuel Fiúza de Faria nasceu a 9 de abril de 1726, na freguesia de Santa Maria Maior, Barcelos e batizado na Igreja Matriz da mesma, em 16 de abril de 1726. Foi filho de José Pereira de Sousa de D. Joana da Fonseca e Faria, irmã de Frei Domingos Fiúza da Fonseca, moradores na Rua da Igreja, junto à porta principal da Igreja Matriz de Barcelos<sup>434</sup>.

D. Josefa Luísa faleceu a 1 de dezembro de 1775, na sua Casa da Quinta de Xate, com testamento, sem ter completado 60 anos, estando sepultada na Igreja Paroquial de Vila Cova<sup>435</sup>. Deixou três filhos: D. Maria Rosa Fiúza Faria da Fonseca Ribeiro Ferreira Machado Marinho Falcão Sottomaior, António, que faleceu ainda menor e D. Francisca Teresa, falecida solteira e sem descendência<sup>436</sup>.

D. Maria Rosa nasceu na Casa e Quinta do Lameiro, aos 18 dias de janeiro de 1751 e batizada três dias depois na Igreja Paroquial de Vila Cova<sup>437</sup>. Foi senhora de todos os bens de seus pais e pereceu a 7 de outubro de 1825, na Quinta da Espinheira, em S. Simão da Junqueira, onde residiu depois do seu casamento. Faleceu viúva, caindo apoplética e foi sepultada segundo as disposições do seu testamento, na Igreja de S. Francisco de Vila do Conde, envolta no hábito de

---

<sup>430</sup> Bartolomeu Martins surge diversas vezes no SIF Azevedo, no entanto, não consegui identifica-lo claramente. Possivelmente é parente da família Fiúza de Faria, de Barcelos. O seu testamento: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/13 – Doc. Nº 44.

<sup>431</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 169.

<sup>432</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 169.

<sup>433</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 169.

<sup>434</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 169.

<sup>435</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 169.

<sup>436</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 170.

<sup>437</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 170.

Carmelita e acompanhada à sepultura por trinta padres, depois dos mesmos celebrarem o ofício geral<sup>438</sup>.

Contraiu matrimónio com Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva, aos 11 dias de setembro de 1772, na Igreja de Vila Cova, tendo como uma das testemunhas o Padre Eusébio Fiúza e Faria, irmão de Manuel Fiúza de Faria, seu pai<sup>439</sup>.

Tratemos agora a casa e família que dá título ao capítulo e que constitui uma grande parte do SIF Azevedo. A Quinta da Espinheira localiza-se em S. Simão da Junqueira, em Vila do Conde. O lugar da Espinheira dista, aproximadamente, três quilómetros do local de confluência dos rios Ave e Este<sup>440</sup>. Foi propriedade do Mosteiro da mesma freguesia, pelo menos, desde o século XVI. O Livro de Prazo do Mosteiro permite-nos reconstituir a sucessão de arrendamentos que o Mosteiro fazia daquela propriedade até ao início do século XIX. Até este século, antes da implantação do Liberalismo, a posse do terreno dividia-se de duas formas: o domínio direto e o domínio útil. O primeiro correspondia à posse efetiva da propriedade, que competia ao Mosteiro de S. Simão da Junqueira, o segundo equivalia ao seu usufruto, o qual podia ser transmitido livremente como doação, herança ou por venda. Porém, todas as ações tinham que ser confirmadas pelo detentor do domínio direto.

A Quinta Espinheira foi comprada em 1754/1755 por Manuel Duarte Coelho e D. Francisca Micaela de Jesus a Luís António Ferreira Carneiro de Vasconcelos e sua mulher D. Teodora Inácia de Azevedo Lacerda<sup>441</sup>. Esta Quinta “pagava foro grande ao convento local”, ou seja, ao Mosteiro de S. Simão da Junqueira<sup>442</sup>. Antes desta venda, sabe-se que a Quinta da Espinheira pertenceu à família de D. Teodora e que era um prazo de S. Simão da Junqueira, pelo seguinte documento:

“Doação e dote que fez D. Maria Caetana da Costa e Azevedo, da Quinta da Espinheira, viúva que ficou do Sargento-mor da Comarca do Porto, António da Costa Azevedo a Luís António Ferreira Carneiro Teixeira de Vasconcelos, Moço Fidalgo da Casa de S. M.,

---

<sup>438</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 5; NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 170.

<sup>439</sup> No SIF Azevedo encontra-se o testamento do Padre Eusébio Fiúza de Faria entre outros documentos que lhe pertenceram. AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/13 – Doc. Nº 6; NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 170.

<sup>440</sup> *Ilustração Villacondense*, Novembro de 1910, nº11, 1º Ano, p. 8.

<sup>441</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 96. No Arquivo da Família Vasconcelos, existe um caderno com notas sobre compras feitas por Manuel Duarte Coelho da Casa dos Coelho, sendo uma das compras a desta Quinta. (AMVC/Arquivo da Família Vasconcelos – Caixa H1 – Doc. 3) Sobre a Casa dos Coelho ver 2.2.1 Vila do Conde e os Condes de Azevedo.

<sup>442</sup> Arquivo da Família Vasconcelos – Caixa H1 – Doc. 3.

morador no Porto, e bem assim ao Reverendo Padre Manuel da Costa e Azevedo, como procurador de sua irmã D. Teodora Inácia de Azevedo Lacerda, para efeito de casarem na sua quinta da Espinheira, prazo do Convento de S. Simão da Junqueira (...)»<sup>443</sup>.

Antes em 1687, a Quinta da Espinheira tinha sido comprada por Sebastião da Costa Azevedo a Mariana da Costa, viúva do Capitão Manuel da Cunha<sup>444</sup>. Sebastião da Costa Azevedo é, provavelmente, pai de António da Costa Azevedo, Sargento-mor da Comarca do Porto, no entanto, não tenho provas para o confirmar, apenas as datas dos documentos e os apelidos parecem comprovar isso.

Contudo temos a certeza que a Quinta da Espinheira pertenceu aos Coelho Duarte e o último descendente desta família, Gregório Duarte Coelho Fiúza Falcão, legou a quinta e todos os restantes bens à Viscondessa de Azevedo, sua prima, por falecer sem descendência<sup>445</sup>.

Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva, casado com D. Maria Rosa Fiúza Faria da Fonseca Ribeiro Ferreira Machado Marinho Falcão Sottomaior, era de filho de Manuel Duarte Coelho<sup>446</sup> e D. Francisca Micaela de Jesus Amorim e Silva<sup>447</sup>, compradores da Quinta da Espinheira e residentes na freguesia de S. João Batista de Vila do Conde<sup>448</sup>.

Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva foi capitão-mor de Vila do Conde e vereador<sup>449</sup>. Foi Fidalgo da Cota de Armas, por carta de brasão passada no dia 17 de setembro de 1774, dos Coelhos<sup>450</sup>. Faleceu a 13 de fevereiro de 1812, na Casa e Quinta da Espinheira, já reformado do seu posto de Capitão, e sepultado na Igreja de S. Francisco de Vila do Conde, envolto no hábito da mesma Ordem<sup>451</sup>.

Do seu casamento com D. Maria Rosa nasceram D. Francisca Henriqueta Coelho Fiúza de Faria Ferreira Marinho Falcão Machado Sottomaior, Manuel Duarte Coelho Fiúza Ferreira

---

<sup>443</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 96.

<sup>444</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/9 – Doc. Nº 1: Este documento é um índice de compras feito por Gregório Duarte, em que se pode observar o percurso da quinta.

<sup>445</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 172.

<sup>446</sup> Testamento: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 4.

<sup>447</sup> Era filha do Capitão Manuel António de Amorim de Vila do Conde. AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 22.

<sup>448</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 171.

<sup>449</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 171.

<sup>450</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 171.

<sup>451</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 122 (testamento); AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/ 26 – Doc. Nº 2 (Treslado do testamento); NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 171.

Falcão Sottomaior de Amorim e Silva, Francisco<sup>452</sup>, José<sup>453</sup>, António<sup>454</sup> e Joaquim Duarte Coelho de Amorim e Silva<sup>455</sup>. Este último nasceu a 2 de agosto de 1788, na Casa e Quinta da Espinheira e foi batizado na Capela daquela casa, em honra de S. António. Foi capitão graduado do regimento de Milícias de Vila do Conde<sup>456</sup>. Faleceu na Casa dos Carneiros, na Póvoa de Varzim, que pertencia à sua irmã D. Francisca Henriqueta, aos 10 dias de setembro de 1827, no estado de solteiro e foi sepultado na Igreja Matriz da Póvoa de Varzim<sup>457</sup>.

Atentemos agora em Manuel Duarte Coelho Fiúza Ferreira Falcão Sottomaior de Amorim e Silva. Nasceu a 3 de agosto de 1775, na casa de seus pais, e lá foi batizado na Capela de Santo António pelo Padre José Duarte da Congregação do Oratório do Porto<sup>458</sup>. Teve como padrinhos o Padre José de Amorim e Silva, Abade de Tougues e a sua tia D. Francisca Teresa Fiúza e Faria Ferreira Machado, por procuração ao avô materno Manuel Fiúza de Faria. Foi senhor da Casa e Quinta da Espinheira e de todos os bens de seus pais. Foi Capitão-mor de Vila do Conde e formado

---

<sup>452</sup> Nasceu em 18 de janeiro de 1777, na Casa e Quinta da Espinheira, e foi batizado a 23 do mesmo mês e ano, na Capela de Santo António, pelo abade dela, Padre João Bernardo Leite. Teve como padrinhos Manuel Fiúza de Faria e D. Ana Rosa Joaquina Fiúza de Faria. Foi Padre da Congregação do Oratório: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 30. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 172.

<sup>453</sup> Nasceu a 18 de maio de 1779, na Casa e Quinta da Espinheira, e foi batizado a 27 de maio de 1779, pelo Padre João Bernardo Leite, na Capela de Santo António. Teve como padrinhos o Reverendo José Duarte, da Congregação do Oratório do Porto e D. Josefa Bernarda de Sousa Montenegro e Sottomaior, Religiosa do Convento de Santa Clara de Vila do Conde, por procuração do Abade de Tougues, Padre José de Amorim e Silva. Faleceu menor. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173.

<sup>454</sup> Nascido a 22 de setembro de 1784 e batizado a 27 do mesmo mês e ano, pelo Padre José Duarte, da Congregação do Oratório do Porto. Teve como padrinhos o seu irmão Manuel Duarte Coelho Fiúza Ferreira Falcão Sottomaior de Amorim e Silva e D. Luísa Margarida Fiúza de Faria, Recolhida no Convento de S. Bento de Barcelos, por procuração do Padre José de Amorim e Silva, da freguesia de Tougues. Faleceu menor. NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173. D. Luísa Margarida Fiúza de Faria é possivelmente uma irmã de Manuel Fiúza de Faria, segundo marido de D. Josefa Luísa Ribeiro Ferreira Machado Marinho Falcão Sottomaior, e por isso, filha de D. Joana da Fonseca e Faria. Existem, no SIF Azevedo, documentos dela como alguns autos de restituição, em que se comprova que seria recolhida no Convento de S. Bento em Barcelos, e algumas certidões de missas, sendo uma dessas certidões pela alma de António. Seria o seu afilhado? AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 1; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 2; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 3; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 41; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 42; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427 – Doc. Nº 43.

Porém, no testamento de D. Maria Rosa Fiúza Falcão Sottomaior nomeia um herdeiro chamado Frei António de Santa Rosa, Religioso no Convento da Costa em Guimarães. Coloca-se a questão: António faleceu jovem ou tornou-se frade?

<sup>455</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173.

<sup>456</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 58.

<sup>457</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173.

<sup>458</sup> O Padre José Duarte, da Congregação do Oratório do Porto, era irmão de Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva. O seu testamento e codicilo encontram-se no SIF Azevedo: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 7; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 6.



pela Universidade de Coimbra<sup>459</sup>. Faleceu a 17 de janeiro de 1829 e segundo o seu testamento, estabeleceu como herdeiros a sua esposa e seu único filho Gregório Duarte<sup>460</sup>.

Casou com D. Maria Vitória Correia Lopes da Fonseca Faria Carneiro da Grã Magriço<sup>461</sup>, na Capela de Santo António, no dia 24 de setembro de 1800, sendo o matrimónio celebrado pelo Padre José Duarte, da Congregação do Oratório do Porto. Tiveram um único filho, Gregório Duarte Coelho Fiúza Falcão que nasceu no dia 29 de setembro de 1801, na Espinheira e foi batizado a 7 de outubro do mesmo ano, pelo Padre José Duarte. Foi senhor da Quinta da Espinheira e da Casa e Quinta do Lameiro ou do Xate, em Vila Cova, e restantes bens dos seus pais. Foi tenente dos voluntários realistas de Barcelos<sup>462</sup>. Como faleceu solteiro e sem descendência todos os seus bens foram legados à sua prima, D. Maria José, Viscondessa de Azevedo, filha da sua tia D. Francisca Henriqueta<sup>463</sup>.

D. Francisca Henriqueta nasceu a 27 de julho de 1774 na casa de seus pais e foi batizada na Capela de Santo António, da mesma casa, a 4 de agosto do mesmo ano, pelo Abade de S. Vicente de Tougues, Padre José de Amorim e Silva<sup>464</sup>. Os seus padrinhos foram o Padre José Duarte e a sua avó paterna, D. Francisca Micaela de Jesus Amorim e Silva e uma das testemunhas foi o Padre Eusébio Fiúza de Faria, seu tio-avô.

Casou no mesmo dia e local que o seu irmão Manuel Duarte Coelho, 24 de setembro de 1800, com José Carneiro da Grã Magriço, que era irmão de D. Maria Vitória<sup>465</sup>.

Residiu na Casa dos Carneiros, na Póvoa, a qual pertencia à família da sua mãe, D. Maria Rosa<sup>466</sup>.

D. Francisca Henriqueta faleceu, já viúva, em 1855, segundo a abertura do seu testamento<sup>467</sup>, sendo a sua herdeira universal, a sua única filha D. Maria José Carneiro da Grã Magriço Coelho Marinho Falcão Sottomaior, futura Viscondessa de Azevedo.

A D. Maria José<sup>468</sup> foi legado todo o património e bens de seus pais, recorde-se: a Casa dos Carneiros, a Quinta D. Benta, o Morgado dos Reis Magos, em Rio Tinto, a Casa e Quinta da Espinheira e a Quinta de Xate, em Vila Cova, cujos bens foram herdados pela sua sobrinha D.

---

<sup>459</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173.

<sup>460</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 8.

<sup>461</sup> Ver subcapítulo 3.3 Os Carneiro da Grã Magriço, p. 69.

<sup>462</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 172.

<sup>463</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 172.

<sup>464</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173.

<sup>465</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173.

<sup>466</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 173.

<sup>467</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 52.

<sup>468</sup> Ver subcapítulo 3.3 Os Carneiro da Grã Magriço, p. 69.

Maria Cândida de Azevedo Falcão Cota de Bourbon e Menezes, filha da única irmã do Visconde de Azevedo<sup>469</sup>, que foi casada com Francisco Barbosa do Couto e Cunha Sottomaior, pais do 2º Conde de Azevedo.

A Casa e Quinta do Lameiro foi vendida por estes sobrinhos dos Condes de Azevedo, nos finais do século XIX, à família Rosendo Vale, de Vila Cova<sup>470</sup>.

Quanto à Espinheira manteve-se por mais tempo na família visto no SIF Azevedo existirem arrendamentos de terrenos da Espinheira<sup>471</sup> por parte de Francisco Barbosa do Couto e Cunha Sottomaior, bem como a referência ao mesmo como “Proprietário da Vila de Estarreja, senhor e possuidor das Casas de Póvoa do Varzim e Espinheira do Concelho de Vila do Conde” num Alvará de consentimento<sup>472</sup>.



Foto 6: Quinta da Espinheira, em S. Simão da Junqueira. *Gabinete de Fotografia – AMVC.*

<sup>469</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 174.

<sup>470</sup> NÓBREGA e TRIGUEIROS, cit. 123, p. 175.

<sup>471</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/27 – Doc. Nº 116; Existe um índice de escrituras, consentimentos, autos alusivos a Póvoa de Varzim, Espinheira, Rio Tinto, Porto, Perafita e Custóias feito Francisco Barbosa Couto Cunha Sottomaior – AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/17 – Doc. Nº 1: o que implica que estes bens, Quinta da Espinheira, Morgado de Rio Tinto, Prazo de Pampelido em Perafita e o Prazo da Torre em Custóias se mantiveram como pertença da família.

<sup>472</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 172.

### 3.5 A Casa do Hospital

A Casa do Hospital é atualmente um solar reservado ao turismo de Habitação. Situa-se em Ceivães, no concelho de Monção<sup>473</sup>, no extremo norte, distando nove quilómetros dessa cidade. Confronta com o rio Minho e Messegães, a norte, Segude, a sul, Badim, a nascente, e Barbeita (com divisão feita pelo rio Mouro), a poente. Os principais lugares são: Cruzeiro, Valinha, Ponte do Mouro, Pereiras, Cimo de Vila e Moucheira<sup>474</sup>. Fez parte do antigo termo de Valadares, que fora sede de concelho até 1855, designação presente nos documentos referentes a esta casa.

O solar foi construído em meados do século XVIII e mostra o tipo de fachada recorrente neste século. Em cima da porta é visível um brasão, esquartelado, representando as armas dos Queirós (1º quartel), Pereiras (2º), Barbosas (3º) e dos Gouveias (4º), com coroa de Barão<sup>475</sup>. Estas armas foram concedidas a António de Queirós, a 4 de maio de 1604<sup>476</sup>.

A Casa do Hospital foi, talvez, mandada construir por Manuel de Queirós Pereira Peixoto, nascido em 1748, casado com D. Maria Joana de Vasconcelos<sup>477</sup>. Seu filho Estevão de Queirós Machado Vasconcelos Pimenta da Gama, Fidalgo da Casa Real, tenente coronel de Infantaria, governador de Monção, Melgaço e Guimarães, casou com D. Joaquina Vereia Aguiar y Mosquera e foram pais de Joaquim de Queirós Machado de Vasconcelos, 1º e único Barão do Hospital<sup>478</sup>.

Joaquim de Queirós Machado e Vasconcelos nasceu na Casa do Hospital, em Ceivães, Monção, que constituía morgadio na sua família, em 6 de julho de 1806, falecendo na mesma casa em 2 de março de 1874<sup>479</sup>. Foi senhor da Casa do Hospital e das Casas de Entre-as-Vinhas<sup>480</sup> e do Sem, bem como do Prazo de Lordelinho<sup>481</sup>, todos em Felgueiras<sup>482</sup>. Possuiu a Casa e Morgado

---

<sup>473</sup> AZEVEDO, cit. 7, p. 148.

<sup>474</sup>

[http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal\\_municipal/municipio/Freguesias/Ceiv%C3%93es/Copia%20de%20Ceiv%C3%93es.pdf](http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/municipio/Freguesias/Ceiv%C3%93es/Copia%20de%20Ceiv%C3%93es.pdf)

<sup>475</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>476</sup> FERRAZ, António, *Apontamentos para a História de Barcelos*, Vol. I, Barcelos, 2013, p. 186.

<sup>477</sup> Era filha de Luís António Pimenta da Gama e D. Maria Josefa de Miranda.

<sup>478</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>479</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>480</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/ 23 – Doc. Nº 99.

<sup>481</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/23 – Doc. Nº 514.

<sup>482</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

dos Machados<sup>483</sup>, em Carapeços, Barcelos e a Casa de Calvelas, em Fafe<sup>484</sup>. Foi Fidalgo-cavaleiro da Casa Real, por alvará de 13 de dezembro de 1819, e Comendador da Ordem de Cristo<sup>485</sup>.

No Governo da Regente D. Isabel Maria, foi nomeado capitão agregado ao Regimento das Milícias de Arcos de Valdevez, por carta de 6 de fevereiro de 1828<sup>486</sup>. Ele e seu pai, Estevão de Queirós, foram perseguidos pelos seus ideais constitucionais, tendo sido presos, por ordem do juiz de Valadares<sup>487</sup> a 17 de agosto de 1828<sup>488</sup>. Este cativo manteve-se durante o governo de D. Miguel, tendo dado entrada na Relação do Porto em 1830<sup>489</sup>. Foi julgado e posto em liberdade, em 18 de março de 1831, mas permaneceu vigiado no seu domicílio<sup>490</sup>.

Quando a causa liberal triunfou, Joaquim de Queirós foi nomeado subprefeito da comarca de Monção<sup>491</sup>, exercendo este cargo até à reforma administrativa que previu a divisão por distritos, ou seja, até 1836<sup>492</sup>.

Em 1835, tornou-se administrador do Concelho de Valadares (do Minho). Do ano 1842 a 1861 foi substituto do juiz de Direito da Comarca de Monção e em 1846 foi eleito deputado<sup>493</sup>. Como partidário dos Cabrais, disponibilizou a sua Casa do Hospital para ser o centro político daquele partido no Alto Minho<sup>494</sup>.

Recebe, em 1837, a comenda da Ordem de Cristo como galardão, não apenas dos serviços prestados a D. Maria II, mas também pelo sofrimento que passou e pelo seu irmão José Maria de Queirós Aguiar e Mosquera, que foi um dos chacinados na prisão de Estremoz<sup>495</sup>.

O Título de Barão foi concedido por Decreto de 30 de junho de 1855, por D. Fernando, que foi regente na menoridade do D. Pedro V, e por Carta de 3 de outubro de 1855, já no reinado de D. Pedro V<sup>496</sup>.

---

<sup>483</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/10 – Doc. Nº 11.

<sup>484</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>485</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>486</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>487</sup> Antigo concelho onde se situava a Casa do Hospital.

<sup>488</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>489</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>490</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>491</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>492</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *Nova História de Portugal – vol. IX: Portugal e a instauração do Liberalismo*, Editorial Presença, p. 220 – 221.

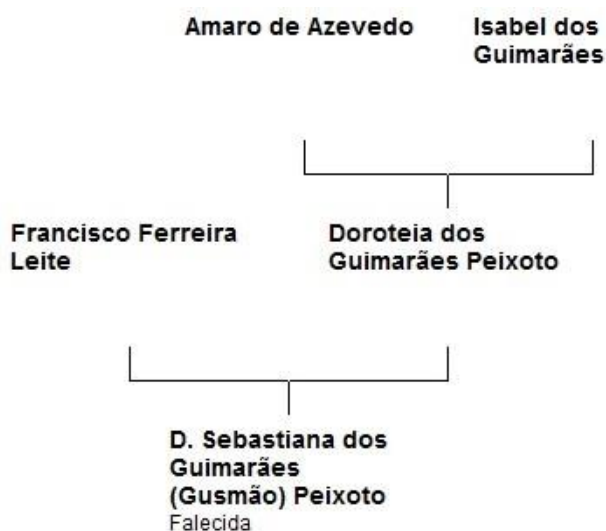
<sup>493</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>494</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

<sup>495</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

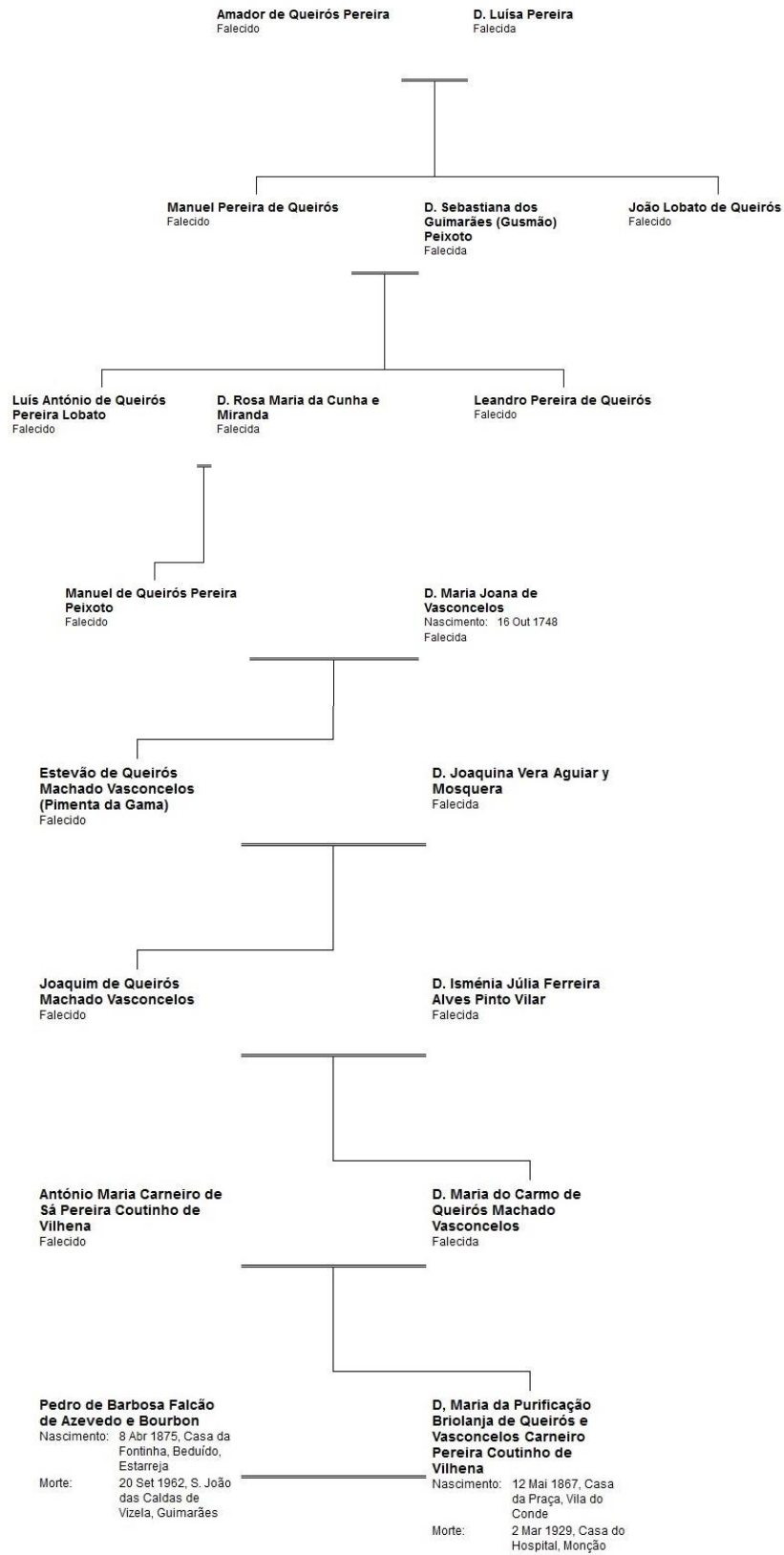
<sup>496</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 653.

D. Maria do Carmo casou com António Maria Carneiro de Sá Barbosa Pereira Coutinho de Vilhena, em 28 de janeiro de 1858<sup>499</sup>. António Maria era senhor da Casa da Praça, em Vila do Conde, e filho de Luís Carneiro de Sá Barbosa, Coronel de Milícias de Vila do Conde e de sua esposa, D. Isabel Margarida Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena. Este casal teve apenas filhas, sendo a mais velha D. Maria da Purificação Briolanja de Queirós Vasconcelos Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena, que foi a primeira esposa do 2º Conde de Azevedo, Dr. Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon<sup>500</sup>.



93

## Genealogia 11: Casa do Hospital.



### 3.6 Os Barbosas do Couto de Estarreja (Casa da Fontinha)

O 2º Conde de Azevedo, Dr. Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, descende por varonia dos Marques do Couto. Esta família possuiu uma casa em S. Tiago de Beduído, Estarreja, chamada Casa da Fontinha.

Esta família tinha fortes laços com a Sé de Braga e os religiosos que lá ingressaram habitavam as casas do Terreiro de Santo António<sup>501</sup>. Observa-se nesta família a sequência dos nomes dos primogénitos alternando entre Manuel, Luís e Agostinho<sup>502</sup>.

Os Marques Couto juntam-se aos Barbosas de Cunha e Melo quando Agostinho Luís Marques do Couto, que não acompanhou uma carreira eclesiástica como os irmãos, se casa em 1792 com D. Maria Clara Benedita Barbosa Cunha e Melo. Tornam-se assim nos senhores da Casa da Fontinha que fora dos pais e avós de Agostinho Luís. Este casamento deu cinco frutos, entre setembro de 1793 e abril de 1800, a saber: Manuel Bernardo da Cunha Couto e Melo, Francisco Barbosa, Pedro Barbosa do Couto Cunha e Melo, Joaquim Calisto da Cunha Couto e Melo e José Luís Barbosa, todos apadrinhados pelos tios de Braga, à exceção do mais novo, José Luís, que teve como padrinho o tio Luís, clérigo da freguesia de Pardilhó. Assim, vejam-se os padrinhos e os cargos que exerceram na Sé de Braga.

O apadrinhamento de Manuel Bernardo da Cunha Couto e Melo coube ao Cónego Salvador Marques do Couto que exercera cargos no desembargo da Mitra da Sé de Braga; a Francisco tocou Bernardo José Marques do Couto, que, em 1820, renunciara ao canonicato da família do qual era titular neste seu sobrinho e afilhado, o qual foi o primeiro dos Barbosas do Couto da Fontinha e que preferiu a vida metropolitana da cidade arcebispal à vida naquelas paragens; a Pedro Barbosa do Couto, foi a vez do reverendo Desembargador Pedro José e por fim, a Joaquim Calisto tocou Joaquim José, que teve um cargo semelhante ao de desembargado na Relação Eclesiástica de Braga. Observamos que os membros desta família possuíram altos cargos na Sé de Braga.

Voltemo-nos para Pedro Barbosa do Couto Cunha e Melo<sup>503</sup>, nascido a 1 de abril de 1796<sup>504</sup>. Casou com D. Mariana Cândida de Sá Sottomaior, nascida a 12 de outubro de 1806<sup>505</sup> e foram pais de Francisco Barbosa do Couto e Cunha Sottomaior, pai do 2º Conde de Azevedo e

---

<sup>501</sup> “Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja”, nº1 – Ano 1 – 2007.

<sup>502</sup> “Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja”, cit. 501.

<sup>503</sup> Foi bacharel em Leis, juiz de fora de Mogadouro, desembargador da Relação Eclesiástica de Braga. Senhor da Casa da Fontinha e das Travessas em Braga.

<sup>504</sup> Faleceu em 1 de dezembro de 1885.

<sup>505</sup> Faleceu em 27 de fevereiro de 1895.

de Agostinho Luís Barbosa do Couto e Cunha Sottomaior. Francisco nasceu em S. Vítor, Braga no dia 20 de dezembro de 1827 e veio viver ainda novo para a Fontinha.

Francisco Barbosa do Couto foi líder incontestado dos Progressistas de Estarreja, ascendendo a deputado. Foi eleito como deputado da Nação por várias legislaturas. Foi vereador da Câmara Municipal de Estarreja e, em 2 de janeiro de 1886, toma posse da Presidência<sup>506</sup>. Deve-se a este senhor a construção dos Paços do Concelho, cuja primeira pedra foi lançada em 1892, estando concluída a obra em 1896. Foi Procurador da Junta Distrital de Aveiro. Herdou de seu pai as Casas da Fontinha e das Travessas, em Braga<sup>507</sup>. Foi administrador do Morgado de Sampaio, nos arredores de Vila Real<sup>508</sup>. O Morgado de Sampaio foi instituído por António Teixeira de Melo<sup>509</sup>.

Casou, no dia 28 de julho de 1871, na igreja de S. Tiago da Cidade, em Braga, com D. Maria Cândida Falcão Cota de Bourbon e Menezes<sup>510</sup>, nascida a 29 de julho de 1850, no Campo de Santiago na freguesia de S. Tiago da Cidade, em Braga<sup>511</sup>. Era filha de D. Maria José do Livramento de Azevedo Velho da Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá, irmã do 1º Conde de Azevedo, e de Estevão Falcão Cota de Bourbon Azevedo e Menezes, senhor do Palácio dos Falcões, no Campo de Santiago (S. Tiago da Cidade) em Braga e do Morgado de Gondoriz, em Maximinos, na mesma cidade<sup>512</sup>.

Foi herdeira dos Condes de Azevedo, seus tios, de parte do património que eles detinham. Do tio Francisco Lopes de Azevedo herdou a Casa-solar de Azevedo, em Lama, e a Casa de Mazarefes; da tia D. Maria José herdou a Casa dos Carneiros, na Póvoa de Varzim, a Casa e Quinta de Balasar, a Quinta da Espinheira, na Junqueira, e a Quinta de Xate, em Vila Cova, pois tornou-se sua herdeira universal<sup>513</sup>.

Francisco Barbosa do Couto e Cunha Sottomaior e D. Maria Cândida Falcão Cota de Bourbon e Menezes foram pais de seis filhos: Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, 2º Conde de Azevedo, D. Maria da Natividade de Barbosa Falcão de Azevedo Bourbon, D. Mariana

---

<sup>506</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>507</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>508</sup> Este morgado foi disputado entre D. Maria Clara Benedita de Barbosa da Cunha e Melo (esposa de Agostinho Luís Marques do Couto) e Francisco Barbosa da Cunha e Melo, seu sobrinho, filho de seu irmão, José Manuel Barbosa da Cunha e Melo. No SIF Azevedo, podemos encontrar vários documentos como razões e libelos, sobre esta questão. Ainda aliada a este morgado está a Casa do Mato, em Salreu, Aveiro. AZEVEDO, cit. 17, p. 227.

<sup>509</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 5.

<sup>510</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>511</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

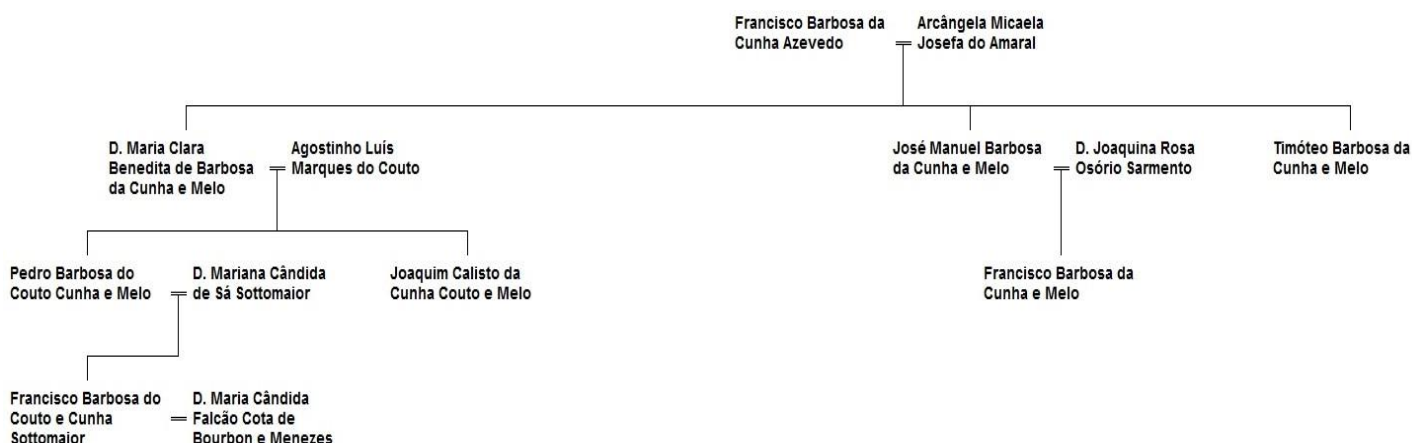
<sup>512</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.

<sup>513</sup> TRIGUEIROS, cit. 4, p. 15.



de Jesus Barbosa Pereira de Sottomaior de Azevedo e Bourbon, D. Maria José Barbosa Falcão Pereira Azevedo e Boubon, D. Maria Amália Barbosa Sottomaior Azevedo e Boubon e D. Maria Benedita Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon.

D. Maria Benedita nasceu a 9 de julho de 1879 e casou, em 1901, com João Sande Magalhães Mexia Salema Aires de Campos, Visconde e 2º Conde de Ameal<sup>514</sup>, nascido a 11 de maio de 1877<sup>515</sup>. Faleceram ambos num acidente de viação, na Ota, no dia 22 de dezembro de 1957<sup>516</sup>.



#### Genealogia 12: Família Barbosa do Couto da Casa da Fontinha (Estarreja).

<sup>514</sup> O título de Conde do Ameal foi criado por D. Carlos I, por Decreto de 22-VI-1901, em favor de João Maria Correia Aires de Campos, pai do 2º Conde do Ameal, o qual teve autorização de D. Manuel II em 1920, tendo sido antes 1º Visconde do Ameal por Decreto de 22-VI-1901). *Anuário da Nobreza de Portugal*, cit. 289 (Uma nota sobre o Anuário da Nobreza: a sua redação e administração foi na Rua do Carvalhal, 41, Braga. Seria uma das casas do 1º Conde de Azevedo?)

<sup>515</sup> Este casal aparece em alguma documentação do SIF Azevedo: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/23 – Doc. Nº 429; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 162; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 163; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 164; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/24 – Doc. Nº 174; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/26 – Doc. Nº 21.

<sup>516</sup> ZÚQUETE, cit. 18, p. 275.

### 3.7. O Morgado de Lanhelas

Lanhelas é, atualmente, uma freguesia do concelho de Caminha, próxima do Rio Minho. O Guia de Portugal descreve-a da seguinte forma: “meia dúzia de campos rodeados de ramadinhas velhas com uma formosa *casa de raízes* afonsinas, quase sobranceira às águas do rio. É a velha *Quinta da Torre de Lanhelas* do século XV”<sup>517</sup>.

Estima-se que a fundação da casa seja do século XV, por Gil Vasques Bacelar<sup>518</sup>, construída junto de uma torre de vigilância afonsina. É constituída por três torres de diferentes épocas, estando duas delas ligadas por um corpo quinhentista. (O arcebispo de Braga, Frei Bartolomeu dos Mártires, veraneou nesta casa<sup>519</sup>.) No século XVI terá sido reconstruída e ampliada, como por exemplo uma das torres, que foi reconstruída em 1531, por Afonso Vaz Bacelar<sup>520</sup>, bisneto de Gil Vasques Bacelar<sup>521</sup>. Em 1831, foi construída a terceira torre por indicação de Camilo António de Sá Sottomaior<sup>522</sup>, descendente da família Sá Sottomaior e dos Bacelares, que foram os primeiros senhores desta Casa e Torre de Lanhelas. No Sistema de Informação em estudo, o Morgado de Lanhelas surge ligado aos Azevedos. Vejamos como e, para isso, recuemos até ao século XVI.

Em 1550, Frei António de Sá, abade comendatário do Mosteiro de Tibães, instituiu uma capela dedicada a Santo António, perto do portão principal da quinta de Lanhelas<sup>523</sup>. Nomeou como primeiro administrador o seu sobrinho Rui de Sá Sottomaior, Fidalgo da Casa Real e Comendador de S. Mamede de *Guyde* na Ordem de Cristo<sup>524</sup> casado com D. Margarida de Barros Bacelar, cujos pais eram senhores de Lanhelas<sup>525</sup>. Frei António declarou que no vínculo sucederia

---

<sup>517</sup> *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho*, cit. 5, p. 767.

<sup>518</sup> Gil Vasques Bacelar nasceu em 1430 e foi Senhor da Casa de Lanhelas e do Paço de Lara. <http://geneall.net/pt/nome/54493/gil-vasques-bacelar/> consultado em 28/07/15.

<sup>519</sup> *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho*, cit. 5, p.768.

<sup>520</sup> AZEVEDO, cit. 7, p. 150.

<sup>521</sup> Afonso Vaz Bacelar, nascido em 1515 e casado com Ana de Barros, foi senhor da Casa de Lanhelas. <http://geneall.net/pt/nome/55732/afonso-vaz-bacelar/>; <http://geneall.net/pt/antepassados/55732/afonso-vaz-bacelar/> consultado em 28/07/15.

<sup>522</sup> AZEVEDO, cit. 7, p.150.

<sup>523</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº57; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº12; <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73793>.

<sup>524</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 57.

<sup>525</sup> D. Margarida era filha de Afonso Vaz Bacelar, nascido cerca de 1550 e de Maria Carmena de Castro. <http://geneall.net/pt/nome/55817/margarida-de-barros-bacelar/>

sempre o familiar mais chegado, “andar sempre nos machos legítimos e não os havendo em fêmeas”, “nunca sucederiam embastardos”<sup>526</sup>.

A Rui de Sá sucedeu o filho varão, Belchior de Sá, casado com D. Inês Pereira, filha dos senhores de Mazarefes<sup>527</sup>. Instituíram estes senhores o Morgado de Lanhelas, chamando para primeiro administrador o seu filho, Rui de Sá Sottomaior, casado com D. Violante Pereira<sup>528</sup>.

Sucedeu-lhes D. Mariana de Sá, que casou com Jacome Soares<sup>529</sup>. Estes senhores “fizeram um morgado que anexaram ao de Lanhelas, para sempre andar a ele unido” e tiveram um filho que a eles sucedeu em todos os morgados<sup>530</sup>. Miguel de Sá casou com D. Doroteia Maria Madalena de Menezes. Deste casamento nasceu D. João de Sá de Menezes<sup>531</sup> que não teve geração e nomeia em seu primo Leonardo Lopes de Azevedo todos os morgados<sup>532</sup>. D. Mariana e Jacome Soares tiveram também um filho que foi abade da Igreja de S. João de Reboreda, Rodrigo Pereira de Sá Sottomaior, apresentado pela mãe como Senhor da Casa da Graciosa<sup>533</sup>.

Leonardo Lopes de Azevedo era o parente legítimo mais próximo de D. João de Sá. D. Maria de Sá Sottomaior, filha de Belchior de Sá e D. Inês Pereira, irmã de Rui de Sá, casou com Manuel de Luna Barreto. Deste casamento nasceu D. Margarida de Luna Barreto, que casou com Francisco Monteiro Monterroyo. Deste matrimónio nasceu D. Maria de Luna Sottomaior, que casou com Pedro Lopes de Azevedo, pais de Leonardo Lopes de Azevedo<sup>534</sup>. Leonardo Lopes de Azevedo, 23º senhor de Azevedo, torna-se senhor de Lanhelas, bem como dos coutos de Mazarefes, Paradela e Castro, do Padroado de S. Nicolau de Mazarefes e S. João da Ribeira com

---

<sup>526</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 57.

<sup>527</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 57.

<sup>528</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 57.

<sup>529</sup> Trelado do seu testamento: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/17 – Doc. Nº 2.

<sup>530</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 57; acerca deste novo morgado, não temos nome, no entanto, surge-nos no SIF Azevedo um “Morgado da Graciosa” aliado à família Sá Sottomaior e segundo o Geneall, Miguel de Sá é senhor do Morgado da Graciosa e donatário de Lanhelas. Leva-me a crer que este morgado anexado ao de Lanhelas pelos pais de Miguel de Sá seja o Morgado da Graciosa (Ver AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/17 – Doc. Nº 53; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº 134); mas também existe o Padroado de S. João da Reboreda (AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/5 – Doc. Nº 2) que quando D. Quitéria tira por demanda os morgados a Pedro Lopes de Azevedo, Felgueiras Gayo diz que o morgado de Lanhelas “a que é unido o Padroado da Abadia de Reboreda”; FELGUEIRAS GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo V, p.140.

<sup>531</sup> Certidão do Testamento de D. João de Sá Menezes: AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº 12.

<sup>532</sup> No entanto, surge uma “Certidão de Pedro Lopes de Azevedo P. P. S. do trelado da petição que fez seu tio João de Sá e Menezes para se entregar a administração do seu Morgado de Lanhelas a seu cunhado o Reverendo Manuel da Silva como Tutor de sua filha D. Francisca Doroteia do Rio de Sá” - Afinal tem ou não descendência? Felgueiras Gayo diz-nos que não; AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº 147.

<sup>533</sup> FELGUEIRAS GAYO, cit. 530; Ver AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/5 – Doc. Nº 2.

<sup>534</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/19 – Doc. Nº 57.

os Morgados da Gemieira, no termo de Ponte de Lima, por morte do seu parente Jorge Pessanha Pereira<sup>535</sup>.

O seu filho, Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, vai “perder” por demanda os morgados da Graciosa, Lanhelas, a que é unido o padroado da Abadia de Reboreda, tirados por D. Quitéria Josefa de Sá e seu marido António Soeiro<sup>536</sup>. D. Quitéria descende por bastardia de Miguel de Sá, filho de Jacome Soares e D. Mariana de Sá.

No SIF Azevedo surge uma senhora, D. Francisca Doroteia do Rio e Sá Menezes, que, segundo uma certidão<sup>537</sup>, é tida como filha de D. João de Sá e Menezes e tem como tutor Reverendo Manuel da Silva Sottomaior mas também, num outro documento<sup>538</sup> tem como tutor Fernando Xavier da Cunha de Sottomaior. Creio que estes dois senhores são familiares desta senhora mas, se D. João de Sá Menezes morre sem descendência, passando os Morgados de Lanhelas e Graciosa para o familiar legítimo mais próximo, que é Leonardo Lopes de Azevedo e depois mais tarde D. Quitéria Josefa de Sá, descendente de um ramo bastardo de Miguel Pereira de Sá Sottomaior, que ganhou a sentença contra Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá para recuperar tais morgados, pergunta-se: quem é D. Francisca Doroteia do Rio Sá Menezes e Silva?

A Reverenda Madre D. Francisca Doroteia do Rio, também tratada por D. Francisca Bernarda de S. José, foi religiosa professa no Convento de S. Bento de Viana<sup>539</sup>. Na base de dados do Geneall não foram encontrados resultados sobre ela. No entanto, uma “Certidão de Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá do traslado da petição que fez seu tio João de Sá e Menezes para se entregar a administração do seu Morgado de Lanhelas a seu cunhado o Reverendo Manuel da Silva como Tutor de sua filha D. Francisca Doroteia do Rio de Sá”, informa-nos que D. Francisca é filha de D. João de Sá.

Outra possibilidade seria que D. Francisca Doroteia fosse irmã de D. Quitéria Josefa, cujo pai se chama João de Sá Pereira Sotomaior. Mas os documentos em que aparece o nome de D. Francisca Doroteia referem-se a D. João de Sá Menezes e Silva, cujos apelidos são os da sua mãe, D. Doroteia Maria Madalena de Menezes e Silva, o que me leva a crer que D. Francisca Doroteia não pertencesse ao ramo bastardo. A falta de datas precisas dificultam a identificação destes indivíduos.

---

<sup>535</sup> Ver subcapítulo 3.1 A Família Azevedo, p. 43.

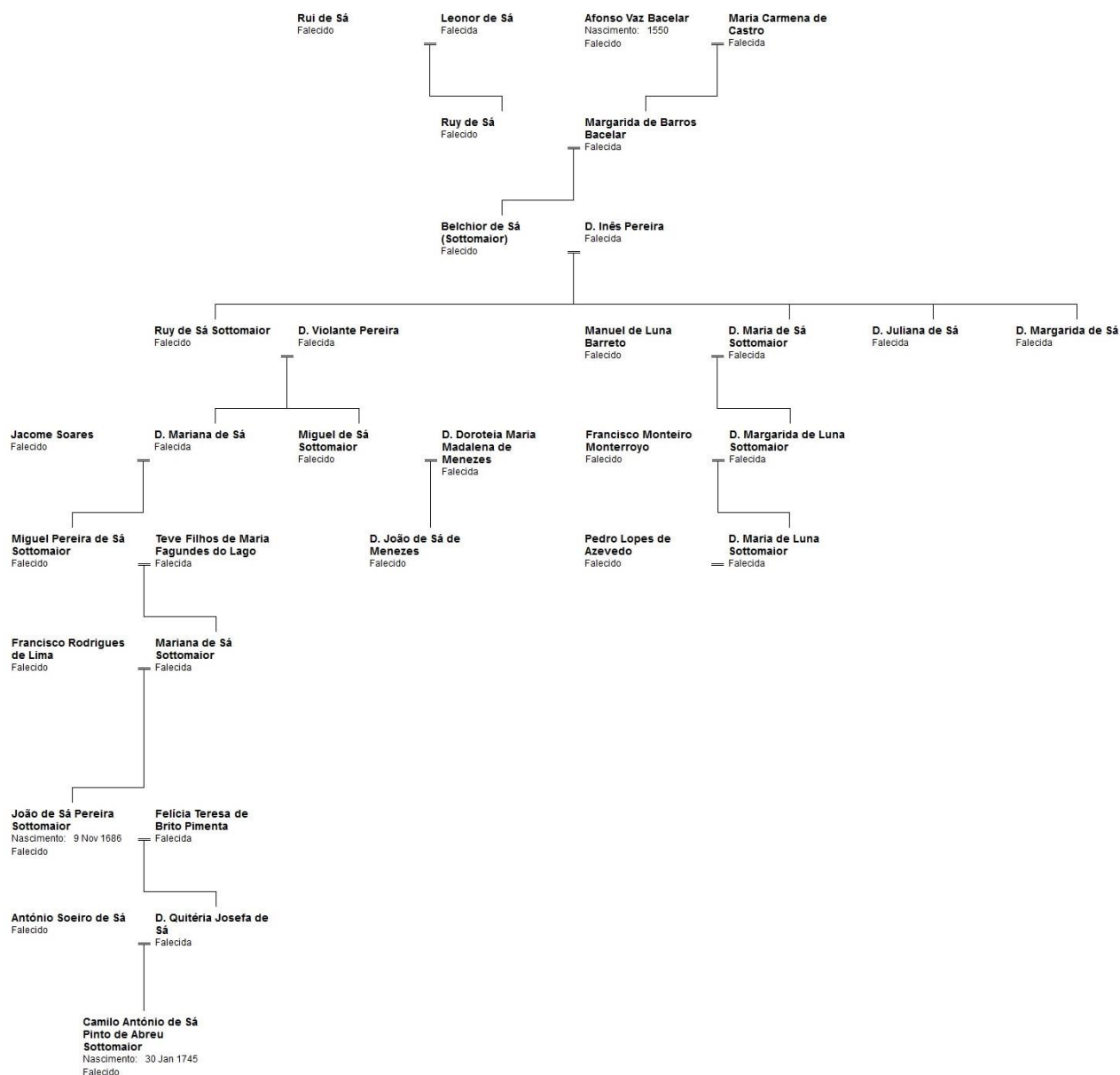
<sup>536</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº 12, FELGUEIRAS GAYO, cit. 531, p.140.

<sup>537</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº 147.

<sup>538</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº 12.

<sup>539</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/25 – Doc. Nº 143.

Os documentos onde surgem referências a D. Francisca Doroteia são, na maior parte, certidões de documentos pedidas por Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, filho de Leonardo Lopes de Azevedo, documentos esses que são Artigos de libelo ou sentenças de D. Quitéria Josefa contra D. Francisca<sup>540</sup>.



Genealogia 13: Família Sá do Morgado de Lanhelas.

<sup>540</sup> AMVC/ Arquivo dos Condes de Azevedo – Caixa 3427/23 – Doc. Nº 85.

## Capítulo 4 – Gestão da Informação: uma organização do Arquivo dos Condes de Azevedo, segundo o modelo sistémico

Como foi referido, este projeto visa a elaboração de um Quadro de Classificação Orgânico Funcional, com base na reconstrução da genealogia desta família e outras famílias que integram o Arquivo, de forma a propor uma organização desta documentação segundo o modelo sistémico. Assim, este Arquivo de família será tratado segundo uma abordagem empírica assente nos pressupostos metodológicos da Arquivística, versada como um ramo teórico-prático da Ciência da Informação<sup>541</sup>. Entende-se que uma Família constitui uma entidade orgânica com características funcionais, na qual ocorrem correlações permanentes entre as atividades individuais de cada membro e a evolução estrutural da Família<sup>542</sup>.

### 4.1- A História dos Arquivos e Evolução da Arquivística

A Arquivística afirmou-se como disciplina muito recentemente, quando comparada a muitos dos seus objetos de estudo, isto é, os Arquivos, atualmente entendidos como sistemas de informação<sup>543</sup>. Desde que o Homem iniciou manifestações como ser pensante, agindo social e individualmente, que começou a produzir informação, comunicando através de mensagens e símbolos, com códigos mais ou menos complexos<sup>544</sup>. A necessidade e urgência de criar e fazer perdurar “memórias” levou o Homem à invenção da escrita, que é o registo de informação num suporte material, assegurando as condições para que essa informação sobrevivesse ao longo dos tempos<sup>545</sup>. “Não há história sem documentos”<sup>546</sup>. Documentos cuja informação cria memórias,

---

<sup>541</sup> RODRIGUES, Abel Freitas, “Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo Orgânico-Funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá”, *Atas do 1º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro*, Município de Arcos de Valdevez, 2007, p. 89.

<sup>542</sup> RODRIGUES, cit. 541, p. 89.

<sup>543</sup> RIBEIRO, Fernanda, *Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar*, Boletim Cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 3ª série, 2005, p.1.

<sup>544</sup> RIBEIRO, Fernanda, *Arquivos – Memória – História: Algumas notas para reflexão*, População e Sociedade, nº 9, 2002, p. 19.

<sup>545</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 1.

<sup>546</sup> SAMARAN, *L’histoire et ses méthodes*, 1961 apud LE GOFF, Jacques, *História e Memória, II vol: Memória*, Edições 70, 1982, p. 107.

que, por sua vez, permitem que se faça história. “A memória, à qual a história chega, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado apenas para servir o presente e o futuro”<sup>547</sup>.

Podemos afirmar que o berço dos arquivos terá sido coincidente com o da escrita, ou seja, o Crescente Fértil<sup>548</sup>.

A evolução dos Arquivos desde a sua origem até à Revolução Francesa - acontecimento que marcou crucialmente a sociedade contemporânea e também iniciou uma nova fase na vida dos arquivos - foi linear, em continuidade, promovendo o desenvolvimento não forçado de uma prática empírica, procurando soluções pragmáticas para os problemas que surgiam, “inventando” métodos e modelos organizativos com uma base lógica, racional e funcional, replicando com procedimentos adequados à complexidade das situações, tendo sempre em conta a eficácia e operacionalidade dos arquivos (ou sistemas de informação) para atender ao funcionamento regular e satisfatório das necessidades dos utilizadores<sup>549</sup>.

A Revolução Francesa deu origem à fundação de uma instituição/serviço, como solução pragmática para a instalação e consequente uso e consultas dos arquivos nacionalizados, “destinada a custodiar, tratar e disponibilizar a informação que passara a ser propriedade da Nação”, denominada de Archives Nationales<sup>550</sup>. Este novo modelo, transfigura o Arquivo da Coroa em Arquivo Nacional, que se encarrega de incorporar os arquivos dos organismos do Estado extintos pela nova ordem liberal e de instituições privadas que se viram expropriadas do seu património, como as instituições eclesiásticas<sup>551</sup>. A fundação deste arquivo, que não é na sua origem um sistema de informação, mas um sim um edifício, uma instituição, um serviço destinado a albergar sistemas de informação arquivística produzidos e guardados ao longo do tempo, décadas e séculos, por entidades orgânicas já extintas. Este “modelo francês” replica-se por vários países da Europa onde a burguesia tomara o poder<sup>552</sup>. Em Portugal, a Revolução Liberal de 1820 traz consequências semelhantes para os arquivos. Ocorre a nacionalização de bens e de sua respetiva documentação (Arquivos e bibliotecas), o Arquivo da Coroa (Torre do Tombo) transforma-se em arquivo do Estado Constitucional, designado Arquivo Nacional, alterando o seu perfil de arquivo régio e de administração do Estado Moderno num serviço destinado a custodiar

---

<sup>547</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 107.

<sup>548</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 1.

<sup>549</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 2.

<sup>550</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 2.

<sup>551</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19 – 20.

<sup>552</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19 – 20.

a documentação nacionalizada, colocando-a ao dispor do Estado-Nação para a redação da História da Pátria<sup>553</sup>.

Assim, no século XIX, a nova ordem liberal e burguesa, implantada pela Revolução Francesa, favoreceu o estabelecimento de um modelo político-administrativo e cultural, que influenciou de forma marcante os sistemas de informação arquivística<sup>554</sup>. A nacionalização dos bens da Nobreza e, sobretudo, do Clero e a remodelação radical das estruturas governativas e administrativas do país, levaram os novos detentores do poder, quer por razões ideológicas ou política ou administrativo-financeira, a apropriarem-se de toda a documentação relativa aos bens nacionalizados<sup>555</sup>. Esta prática fez com que toda a documentação de arquivos ou de bibliotecas de antigas estruturas organizacionais, quer públicas ou privadas, passassem para as mãos do Estado Liberal, originando separações arbitrárias de conjuntos orgânicos unitários e reorganizações anti-naturais de conjuntos de documentos, que foram desagregados fisicamente e misturados indevidamente<sup>556</sup>.

Foi o contexto de mudança político-ideológico, sócio-económico e cultural operado pela Revolução que contribuiu para a afirmação da Arquivística como disciplina, que está também um pouco ligada ao processo de florescimento da Ciência Histórica<sup>557</sup>. De fato, no século XVIII, no contexto do Racionalismo Iluminista, surge um interesse pelos arquivos como reservatórios de informação, ou seja, como detentores da memória de entidades coletivas, cujas ações sociais influenciaram a evolução ao longo da história dos povos, sociedades e estados<sup>558</sup>. Anteriormente, os arquivos eram apenas vistos como instrumentos de apoio à administração (perspetiva jurídico-administrativa) e aos interesses políticos, e não como fontes de informação de carácter cultural<sup>559</sup>. O regime liberal apropriou-se dos arquivos não só para poder gerir os bens a que eles se referem, mas também para poder concentrar e dominar fisicamente essa documentação por razões culturais, de forma a poder escrever a História da Nação<sup>560</sup>.

Ainda antes da Revolução Francesa, a valorização dos arquivos, assente numa perspetiva histórico-cultural, observa-se em Portugal com a criação em 1720 da Academia Real da História Portuguesa, acentuando-se no final da centúria de oitocentos com os trabalhos desenvolvidos na

---

<sup>553</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 3 – 4.

<sup>554</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 2.

<sup>555</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 2.

<sup>556</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 2.

<sup>557</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19.

<sup>558</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19.

<sup>559</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19.

<sup>560</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 3.



Academia Real das Ciências<sup>561</sup>. Na segunda metade do século XVIII, o desenvolvimento da História e do Positivismo traz, como consequência, o desenvolvimento das “ciências auxiliares” da Ciência Histórica, entre elas a Paleografia, a Diplomática, a Numismática, a Sigilografia e a Arquivística, disciplinas de carácter prático e indispensáveis ao *métier* do historiador<sup>562</sup>. Os Arquivos tornam-se em autênticos “laboratórios” da Ciência Histórica<sup>563</sup>. O arquivista-paleógrafo, formado pela École Nationale des Chartes (fundada em 1821), tornou-se no modelo de profissional de arquivos históricos, cuja atividade se concentrava na divulgação, através de transcrições, elaboração de índices, inventários e catálogos, das fontes imprescindíveis à História da Nação, que constituía um dos valores mais caros da ideologia liberal<sup>564</sup>.

Em Portugal, Alexandre Herculano teve um papel ativo em relação à identificação e recolha de “fontes históricas” na Torre do Tombo, tornando-se no *leit motiv* para o desenvolvimento da política concentradora, que levou a grandes incorporações de documentação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>565</sup>.

No contexto histórico-cultural do século XIX, a Arquivística começa a tornar-se num objeto de reflexão, ensaiando a sua afirmação disciplinar, embora na condição de “ciência auxiliar”<sup>566</sup>. É no campo da História e devido a ela que o saber prático da Arquivística é valorizado e adquire a “consciência” disciplinar<sup>567</sup>. Os arquivos passam a ser vistos como lugares de memória e a ser avaliados como bens patrimoniais<sup>568</sup>, assentando na noção de bem cultural<sup>569</sup>.

Começam a surgir escritos para a orientação da prática arquivística como as *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*, da autoria do arquivista e historiador Natalis de Wailly, publicadas em 24 de abril de 1841, que enuncia o “princípio do respeito dos fundos”, também conhecido por “princípio da proveniência” ou “princípio da procedência”<sup>570</sup>. Também ao longo deste século, são criados organismos estatais para a salvaguarda das políticas arquivísticas e biblioteconómicas, um exemplo português, criada em 1887, a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos<sup>571</sup>.

---

<sup>561</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19.

<sup>562</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19.

<sup>563</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 3.

<sup>564</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 19.

<sup>565</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 4; RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>566</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 3.

<sup>567</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>568</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>569</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 4.

<sup>570</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 3.

<sup>571</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

É no contexto das administrações correntes que funcionários encarregados pela documentação administrativa veem os arquivos de um ponto de vista instrumental em relação à gestão organizacional e concebem técnicas de organização e tratamento da informação, que facilitem o acesso e recuperação de forma rápida e eficaz dessa documentação<sup>572</sup>. A publicação do *Manual dos Arquivistas Holandeses*, em 1898, marca a entrada da Arquivística numa nova era, em que prima a vertente técnica da disciplina distanciando-se da História<sup>573</sup>.

O modelo francês, de tipo histórico-positivista e patrimonialista, desenvolve-se e consolida-se no decurso do século XX mas, devido à industrialização, à complexificação burocrática das administrações e da evolução científica e tecnológica, verificou-se um maior aprofundamento da vertente técnica e uma maior autonomização da Arquivística enquanto corpo de conhecimento individualizado<sup>574</sup>. Deste modo, surge, a par da valorização da custódia dos documentos/ preservação da memória – sobretudo nos ditos “arquivos históricos”, a necessidade de controlar e avaliar as massas documentais originadas pelas administrações e de uma área profissional distinta – a gestão de documentos – que gera uma cisão concetual em termos de disciplinares<sup>575</sup>. Esta dicotomia no âmago da Arquivística, que coloca num lado os “arquivos correntes” ou administrativos, e no outro os “arquivos históricos” ou definitivos, cria artificialmente, duas áreas profissionais que trabalham com o mesmo objeto de estudo, causando, “ao nível epistemológico uma rutura na própria disciplina que estuda os arquivos”<sup>576</sup>. Acentua-se esta separação anti-natural entre arquivos correntes e arquivos históricos, na medida em que as teorias fundamentadoras da seleção e avaliação dos documentos favorecem uma perspetiva em que só adquiriam verdadeiro “estatuto arquivístico” os documentos considerados de conservação permanente, ou seja, merecedores de serem incorporados nos arquivos históricos, para cumprirem o seu papel cultural e patrimonial ao serviço dos historiadores/investigadores<sup>577</sup>. Este processo fazia com que a documentação se desligasse da entidade produtora, uma vez “expulsa” do seu *habitat* natural, ela rompia o ciclo vital da informação e a sua inteligibilidade sofria perversos constrangimentos<sup>578</sup>.

---

<sup>572</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 5.

<sup>573</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 5.

<sup>574</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>575</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>576</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 5.

<sup>577</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 5 – 6.

<sup>578</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 6.

A autonomização experienciada pela via técnica no século XX não libertou a Arquivística de uma posição subsidiária em relação à História<sup>579</sup>, subsistindo ainda este modelo historicista e custodial<sup>580</sup>. Mas o relevo colocado nos procedimentos técnicos – classificação ordenação, descrição, etc. – não foi suficiente para fazer da Arquivística uma disciplina científica, devido à falta de fundamentação teórica e metodológica., o que constituiu uma forte lacuna na afirmação da cientificidade<sup>581</sup>. Os interesses historiográficos do século XIX contribuíram para a valorização dos arquivos mas, em contrapartida, geraram um efeito limitativo para o “crescimento” científico da Arquivística<sup>582</sup>. O paradigma histórico-tecnicista, que moldou a disciplina nos últimos duzentos anos, potenciou a sua autonomização técnica, ganhando algum espaço como área de desempenho profissional, mas torna-se um fator de constrangimento que impede o salto qualitativo requerido para o desenvolvimento disciplinar quando se colocam novos desafios como os avanços tecnológicos face aos documentos de suporte tradicional e estático e a emergência da Sociedade da Informação<sup>583</sup>.

#### **4.2- O Paradigma Pós-Custodial e o Método Quadripolar**

A revolução tecnológica do telégrafo, seguida do telefone, da máquina de escrever, da rádio, do microfilme, da televisão, do computador e das comunicações por via satélite traz, inevitavelmente, a mudança de paradigma. Nos anos cinquenta do século XX, os bibliotecários especializados e documentalistas começam a busca de uma identidade própria, investindo profissional e academicamente na afirmação da Ciência da Informação<sup>584</sup>. Assim, nos últimos trinta anos a Arquivística entra numa nova fase, a era pós-custodial. O contexto sócio-económico, cultural e tecnológico da Sociedade da Informação faz os arquivos emergir como sistemas de informação social, que não se confinam somente à organização material dos documentos e seu tratamento técnico – guias, inventários, catálogos, índices – para a utilização por parte do investigador/historiador. Implica, antes, um conhecimento da organicidade da informação (componente estrutural) e da sua funcionalidade (uso, circulação e organização), que constituem

---

<sup>579</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>580</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 6.

<sup>581</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 6.

<sup>582</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>583</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 6.

<sup>584</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 6 – 7.

elementos básicos do sistema que cria memória organizacional<sup>585</sup>. Assistimos, ainda, na década de oitenta do século XX à normalização descritiva dos arquivos<sup>586</sup>.

A simbiose entre informação e tecnologia digital põe em causa a noção estática e duradoura de “documento” como conceito operatório e como objeto de estudo, marcando a transição dos arquivos e da Arquivística para a “era pós custodial”<sup>587</sup>. A mudança do objeto de estudo do “documento” para a “informação” convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo do fenómeno humano e social, que é a informação<sup>588</sup>. A Arquivística retorna às origens, na medida em que se liberta da tutela dominadora da História e evolui superando o empirismo e tecnicismo que a caracterizavam, graças à elaboração de uma fundamentação epistemológica e de um *corpus* conceptual, como disciplina aplicada da área da Ciência da Informação<sup>589</sup>.

O arquivista já não é apenas o que guarda, conserva ou arruma documentos ao serviço dos investigadores, assume, antes, um papel de gestor da informação produzida e usada num contexto orgânico. Prepara instrumentos de pesquisa, torna-se um profissional/cientista da informação, que colabora, numa relação de interdisciplinaridade, com o investigador/historiador, partilhando o mesmo objeto de estudo – a Informação<sup>590</sup>. O historiador serve-se dos arquivos como fontes de informação de modo a desenvolver o seu trabalho de investigação, para o arquivista a informação constitui o seu objeto de estudo e a partir dela produz conhecimento científico<sup>591</sup>. Assim, arquivistas e historiadores associam-se num trabalho genuinamente interdisciplinar, em que, os primeiros, estudam os sistemas de informação arquivística de forma a conhece-los em toda a sua complexidade e divulga-los através de instrumentos de acesso à informação e os segundos, usam essa informação para a validação/refutação de hipóteses nas suas construções científicas sobre o passado<sup>592</sup>.

---

<sup>585</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 20.

<sup>586</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 7.

<sup>587</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 7.

<sup>588</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 7.

<sup>589</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 7; RIBEIRO, cit. 544, p. 21.

<sup>590</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 8; RIBEIRO, cit. 544, p. 21.

<sup>591</sup> Informação: conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada. SILVA, Armando Ribeiro da; RIBEIRO, Fernanda, *Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto, Edições Afrontamento, 2002. RIBEIRO, cit. 544, p. 21.

<sup>592</sup> RIBEIRO, cit. 544, p. 21.

O arquivista da era pós-custodial, deixa de ter apenas a obrigação de salvaguarda do património, a sua profissão implica ainda uma “perspetiva de acesso e de conservação da informação como fator de memória identitária do seu organismo produtor”<sup>593</sup>.

A par da Arquivística, encontram-se a Biblioteconomia, a Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, cujas diferenças não são suficientes para formular e fundamentar campos científicos autónomos, unem-se, antes, pelo único objeto de estudo e pesquisa que têm, a Informação, congregando-se num campo unitário e transdisciplinar denominado Ciência da Informação<sup>594</sup>.

A Ciência da Informação investiga as propriedades e o comportamento da informação, bem como as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação de forma a otimizar o seu acesso e uso. Relaciona-se com um corpo de conhecimento que abarca a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Inclui a investigação, as representações da informação no sistema natural e no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e dos seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar que deriva e se relaciona com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem uma componente de ciência pura, que investiga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, e uma componente de ciência aplicada, que desenvolve produtos e serviços<sup>595</sup>.

Para a compreensão da ação humana e social que gera e contextualiza a informação impõe-se, através da noção operatória de organicidade, a “reconstituição ou devolução mais rigorosa possível ao contexto orgânico-funcional originário”<sup>596</sup>. A informação tem tendência a ser transversal em vários planos da vida humana e social e verifica-se uma interação e integração exigidas pela ação humana e organizacional com características próprias<sup>597</sup>.

A Arquivística – prática de descrição, de ordenação, de recuperação e de uso de documentos considerados de Arquivo – está, como já referido, integrada na Ciência da Informação, que estuda o fenómeno humano e social identificado “pelo conceito de informação

---

<sup>593</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 8.

<sup>594</sup> RIBEIRO, cit. 543, p. 8.

<sup>595</sup> SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interativo”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. III, Porto, 2004, p. 56 – 57.

<sup>596</sup> SILVA, cit. 595, p. 58.

<sup>597</sup> SILVA, cit. 595, p. 58.

através de um conjunto específico de propriedades passíveis de serem confirmadas, refutadas ou acrescentadas unicamente através da pesquisa científica, sistemática e revisível, mediante um método apropriado”<sup>598</sup>.

O método arquivístico está longe de ser unidimensional e de ser circunscrito aos procedimentos técnicos padronizados – ordenação, descrição e análise de conteúdos, instalação e cotação – abarca, antes, toda a realidade arquivística que, como é sabido, se reveste de características diversas, que vão desde a informação maciça conhecida indutivamente até ao “estudo de caso”<sup>599</sup>.

Assim, o método quadripolar foi desenvolvido por Paul de Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete<sup>600</sup> em projetos de investigação qualitativa conforme a natureza das Ciências Sociais. Assenta na interação dinâmica e em espiral de quatro pólos, sendo eles: o Pólo Epistemológico, o Pólo Teórico, o Pólo Técnico e o Pólo Morfológico<sup>601</sup>.

O Pólo Epistemológico compreende a coexistência natural e a sucessão de paradigmas; o Pólo Teórico inclui as teorias, hipóteses e modelos que são produzidos e modificados ao longo do processo dinâmico e infundável da investigação; o Técnico abarca as operações, procedimentos e técnicas aplicadas como, a observação, a experimentação, a análise e avaliação, auxiliadas por um vasto repertório de recursos e instrumentos, desde a entrevista, o questionário, a análise de conteúdo, etc.; e, finalmente, o Pólo Morfológico, que apresenta formalmente os resultados obtidos pela utilização dos pólos anteriores<sup>602</sup>.

### 4.3- O Modelo Sistémico

Um arquivo não é meramente a soma de um conjunto orgânico de documentos independentemente do suporte material, data ou forma, produzidos ou recebidos por pessoa singular ou coletiva, ou por um organismo privado ou público, no exercício da sua atividade (fundo), mais uma instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização de documentos de arquivo (serviço), soma essa que constitui uma perspetiva quase só funcionalista: “a componente “serviço” exclui, na prática, a componente “fundo” (orgânica)”<sup>603</sup>. O arquivo é

---

<sup>598</sup> SILVA, cit. 595, p. 58.

<sup>599</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís, *Arquivística – Teoria e prática de uma ciência da Informação*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, p. 220.

<sup>600</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 220.

<sup>601</sup> SILVA, cit. 595, p. 58 – 59.

<sup>602</sup> SILVA, cit. 595, p. 58 – 59.

<sup>603</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 213.

uma unidade integral aberta ao contexto dinâmico e histórico que a substancializa, assim, ajustado ao fenómeno de informação social, enquanto conjunto de elementos identificáveis e interdependentes por um rol de relações, entra a noção de sistema<sup>604</sup>. Desta forma, representamos um arquivo como um “sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”<sup>605</sup>, ou seja, como entidade dual de duas componentes distintas – a estrutura orgânica e a função uso/serviço – que emergem sistemicamente do fenómeno da informação<sup>606</sup>.

À classificação de tipo orgânico-funcional (estrutura organizada naturalmente por objetivos obtidos através de funções e atribuições, ações e tarefas) contrapõe-se a funcional-temática (funções e atribuições, ações e tarefas que compõem naturalmente temas específicos ou assuntos), cujos quadros apenas servem para a recuperação do conteúdo, não nos mostram o contexto em que são criados, ou seja, a orgânica da Família<sup>607</sup>.

A Arquivística torna-se na ciência de informação social, que estuda os arquivos como sistemas de informação, tanto na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, como na interação com outros sistemas correlativos que coexistem no contexto que os envolve<sup>608</sup>.

A condição sistémica inerente aos arquivos pressupõe a articulação com outros sistemas<sup>609</sup>, como se pode observar no sistema de informação familiar em estudo. Segundo o fator estrutura orgânica, os sistemas de informação podem ser unicelulares ou pluricelulares. Os primeiros, assentam numa estrutura organizada de pequena dimensão, criada por uma entidade individual ou coletiva, não existindo quaisquer divisões sectoriais que assumam exigências administrativas, já os segundos podem atingir uma grande complexidade assentando numa média ou grande estrutura organizacional, dividida num ou mais setores funcionais<sup>610</sup>. De acordo com o fator serviço/uso, os sistemas de informação podem ser centralizados – sistemas unicelulares ou pluricelulares que controlam a sua informação através de um único centro (onde fisicamente se concentra toda a informação) e baseiam o tratamento dela segundo critérios funcionais, ideográficos, etc., que determinará a organização dos documentos e a preparação de instrumentos

---

<sup>604</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 213.

<sup>605</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 214.

<sup>606</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 214.

<sup>607</sup> SILVA, cit. 595, p. 69 – 70.

<sup>608</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 214.

<sup>609</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 214.

<sup>610</sup> No que toca a sistemas pluricelulares, algumas entidades governamentais, industriais e financeiras podem agregar subsistemas, dotados de independência orgânico-funcional, tendo por base estruturas unicelulares ou pluricelulares. SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 214 – 215.

de acesso – ou descentralizados – todo sistema pluricelular que, para melhor e eficaz controlo da informação, atribui autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais e subsistemas, se existirem, e opta por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização exercida<sup>611</sup>.

Podemos definir dois tipos de sistemas: organizados ou operatórios e não organizados ou combinatórios<sup>612</sup>. A constituição dos primeiros é estruturada por órgãos, como o corpo humano ou um relógio, os segundos possuem uma estrutura criada a partir de elementos análogos dos quais não se reconhecem relações organizativas<sup>613</sup>. No caso dos Arquivos pessoais e familiares lidamos com um sistema de informação organizado ou operatório que possui um pólo estruturante e dinamizador na entidade – Família e Pessoa, cada uma delas com uma estrutura própria e ação fixada por objetivos diversos, perenes ou mutáveis<sup>614</sup>. A este tipo de arquivo é possível aplicar a teoria sistémica convenientemente adaptada à ontologia do fenómeno informacional<sup>615</sup>. Assim, o vetor orgânico-funcional revelado a partir do contexto histórico que produziu o fluxo informacional tem de ser modelizado a partir do quadro orgânico-funcional, ao qual se poderá acrescentar variados tipos de instrumentos de pesquisa desde guias a catálogos ou índices antroponímicos, cronológicos, geográficos, ideográficos, etc.

A teoria sistémica supera a simples lógica incorporacionista que cauciona, legitima e banaliza as práticas que fragmentam os conjuntos documentais, podendo ser aplicada independentemente do volume de documentação e do local ou entidade que o guarda; valoriza a complexidade do que é humano e social analisando sistematicamente, de forma aprofundada e interdisciplinar, o que permite a compreensão e a tentativa de explicação do que é não linear, do que está para além do óbvio; facilita o entendimento da inteligibilidade da informação que perdura ou perdurou, através da investigação da contextualização originária e das sucessivas recontextualizações de produção e de uso da informação; permite a compreensão dos mecanismos claros e recônditos da necessidade mental/subjetiva – individual e coletiva – da busca de informação, problemática que interessa aos estudos do utilizador, também designada comportamento informacional, bem como o estudo da dinâmica do fluxo informacional<sup>616</sup>.

---

<sup>611</sup> SILVA; RIBEIRO; RAMOS e REAL, cit. 599, p. 215.

<sup>612</sup> SILVA, cit. 595, p. 59.

<sup>613</sup> SILVA, cit. 595, p. 60.

<sup>614</sup> SILVA, cit. 595, p. 60.

<sup>615</sup> SILVA, cit. 595, p. 60.

<sup>616</sup> SILVA, cit. 595, p. 66; 74.



#### 4.4- Os Arquivos de Família

A escrita permitiu o progresso da memória coletiva e o desenvolvimento de dois tipos de memória<sup>617</sup>. Primeiro, a memória como celebração, como comemoração de um acontecimento assinalável/memorável expressado por meio de um monumento celebrativo; segundo, a memória ligada à escrita de um documento registado sobre qualquer suporte material<sup>618</sup>. A memória registada nos documentos é um instrumento de trabalho para os historiadores. Fustel de Coulanges refere no primeiro capítulo de *La monarchie franque* [1888] que o trabalho do historiador para com os documentos é extrair o que eles contêm e não acrescentar nada do que eles não contêm, sendo “o melhor historiador [...] aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos”<sup>619</sup>.

A memória “pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” e os documentos além de falarem por si próprios, falam das sociedades que os produziram<sup>620</sup>. Os documentos não são apenas uma mercadoria não vendida do passado, são um produto fabricado por uma sociedade segundo as relações de força que nela detinham o poder<sup>621</sup>. “Não há história sem documentos”<sup>622</sup> e o interesse pela memória coletiva e pela história evolui apenas do interesse pela história dos grandes homens, dos acontecimentos, da história política e diplomática para o interesse da história de todos os homens, da memória de todos<sup>623</sup>. Os documentos são algo que fica, que dura<sup>624</sup>, são o testemunho de um passado que importa para a construção de um futuro. “Os arquivos resultam da atividade humana, sendo o Homem, enquanto ator social, o seu produtor por excelência”, refletindo os vários estádios do desenvolvimento individual e coletivo que se transformam em testemunhos e colocam em prova e evidência os papéis sociais cumpridos pelos indivíduos e pelas organizações<sup>625</sup>. Os Arquivos pessoais e familiares são esses testemunhos de criação de memória que tanto importam e valorizam a história do país.

---

<sup>617</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 16.

<sup>618</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 16, 18.

<sup>619</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 104.

<sup>620</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 107.

<sup>621</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 112.

<sup>622</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 108.

<sup>623</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 108.

<sup>624</sup> LE GOFF, cit. 546, p. 114.

<sup>625</sup> LACERDA, Silvestre, “O Soldado Prático e o “Marechal” Afonso. Os arquivos resultam da atividade humana...” in ROSA, cit. 237, p. 11.

Ao documento atribuem-se diversos valores e no que toca aos arquivos de família existem três planos de valoração: afetivo, patrimonial e informativo<sup>626</sup>. O documento existe porque ele constitui um elo de ligação do fenómeno informacional à sua consumação comunicacional<sup>627</sup>. Ele existe enquanto coisa mas epistemologicamente apenas existe se ligado ao binómio informação-comunicação<sup>628</sup>.

É impossível haver informação sem organicidade, o que não significa que exista sempre um aparelho burocratizado e dividido em diretorias, departamentos, secções e repartições – pluricelulares –, pois existem entidades que funcionam sem essa estrutura burocratizada – unicelulares<sup>629</sup>.

Um Sistema de Informação Familiar remete, como todos os restantes S.I. concebidos por humanos, para uma estrutura orgânica que acima foram tipificados como unicelulares ou pluricelulares<sup>630</sup>. Os fundamentos orgânicos e estruturais da Família assentam: primeiro, na união afetiva e física de duas pessoas de sexos opostos ou do mesmo, se legitimado por casamento civil; segundo, na descendência em sucessivas gerações, que se torna na principal divisão organizacional da Família, através da procriação e continuidade genética; terceiro, na ação dos membros da Família a fim de garantirem a sobrevivência coletiva e as estratégias consequentes de poder sócio-económico, político e simbólico<sup>631</sup>.

Cada geração – fundadora e descendentes – constitui uma secção arquivística e nas subsecções inserem-se o casal administrador/representante da linhagem, seguido do varão/esposo desse casal, depois da esposa, e por fim, os irmãos e cunhados dispostos por ordem cronológica<sup>632</sup>.

Estruturalmente, todo o SIF se baseia num contrato bio-social de indivíduos que se aliam e reproduzem, entrelaçando-se, assim, as famílias umas das outras, através do casamento<sup>633</sup>. Igualmente, a par de uma unidade familiar com intuítos próprios e fundamentada na interação geracional, não podemos olvidar o peso significativo das trajetórias individuais<sup>634</sup>.

---

<sup>626</sup> Segundo PEIXOTO, Pedro de Abreu, *O valor dos arquivos de família*, p. 42 – 46, *apud* SILVA, cit. 595, p. 65.

<sup>627</sup> SILVA, cit. 595, p. 65 – 66.

<sup>628</sup> SILVA, cit. 595, p. 66.

<sup>629</sup> SILVA, cit. 595, p. 69.

<sup>630</sup> SILVA, cit. 595, p. 68.

<sup>631</sup> SILVA, cit. 595, p. 69.

<sup>632</sup> SILVA, cit. 595, p. 70.

<sup>633</sup> SILVA, cit. 595, p. 71.

<sup>634</sup> SILVA, cit. 595, p. 71.

#### **4.5- A elaboração do Quadro Orgânico-Funcional do Sistema de Informação Condes de Azevedo**

O modelo sistémico permite analisar as situações de alianças matrimoniais numa família nobiliárquica do Antigo Regime, bem como noutro tipo de família, mediante a noção de Subsistema.

Este trabalho pretende mostrar os contextos orgânico-funcionais e temporais em que foi produzida a informação constante no Sistema de Informação Azevedo. Assim, o quadro orgânico-funcional que se segue é o resultado de uma abordagem intuitiva realizada junto do Arquivo dos Condes de Azevedo, pertencente no AMVC, que permitiu o estabelecimento dos diferentes contextos em que foi sendo produzida a informação do mesmo. O QOF apresenta-nos a estrutura interna do arquivo familiar, onde se assinalam os vários produtores da informação do arquivo em estudo.

Nos SIF ocorre a confluência com outras famílias. Assim, uma pessoa, que pertence a determinada família casa com alguém de outra família. Se, este último, herdar bens familiares ou simplesmente trazer documentação produzida no âmbito da sua família, leva, naturalmente, consigo um SIF que será integrado no SIF da família com que casa, mas mantém, em termos de representação descritiva, a indicação de que fora autónomo até ao tal casamento. Torna-se, então, num Subsistema<sup>635</sup>.

Esta situação é comum nas famílias patriarcais, de estirpe e morgadio, como se passa no caso em estudo<sup>636</sup>. Assim, o modelo sistémico capta, na medida do possível, a organicidade que está inerente ao ser humano – único e complexo<sup>637</sup>. Mas, apesar da complexidade que lhe assiste, estabelece-se uma unidade básica, assente nas gerações e nas linhas de sucessão patrimonial, constituída por indivíduos que produzem informação em função dos seus interesses e objetivos e que perduram pelos seus descendentes<sup>638</sup>.

Desta forma, o QOF é constituído por secções que correspondem a cada uma das gerações da família, sendo essas secções identificadas pelos apelidos em uso. A primeira subsecção corresponde ao casal administrador da Casa/Morgado, onde é inserida a documentação produzida no âmbito dessa administração. No nível seguinte a esta subsecção surgem duas sub-subsecções,

---

<sup>635</sup> SILVA, cit. 595, p. 71.

<sup>636</sup> SILVA, cit. 595, p. 71.

<sup>637</sup> SILVA, cit. 595, p. 72.

<sup>638</sup> SILVA, cit. 595, p. 71.

que correspondem, individualmente, ao marido e à esposa que formam o casal administrador. As restantes subsecções pertencem aos irmãos e cunhados, se os houver do administrador.

O modelo sistémico e interativo operacionaliza os polos teórico e técnico, assegurando a reconstituição contextual da informação que é formalizada, no nível morfológico, por meio de um quadro genuinamente orgânico-funcional, organizado de acordo com o sistema multinível das ISAD (G)<sup>639</sup>.

No QOF encontra-se a documentação na subsecção do indivíduo produtor seguindo as linhas geracionais da família. Essa documentação é apresentada da forma como foi recenseada, ou seja, as FDR's elaboradas possuem os seguintes campos: Caixa (cota dada pela instituição), Nº do documento (que se encontra no interior da caixa), Descrição (título dado a partir da consulta do documento), Data e Observações (este último serviu para anotações do âmbito genealógico e topográfico enquanto era executado o recenseamento da documentação).

---

<sup>639</sup> SILVA, cit. 595, p. 72.

## Considerações finais

Tomando a Estrada Nacional 205 em direção a Prado, após passar S. Martinho de Galegos, situa-se Lama, outrora Couto e Honra de Azevedo dos Senhores Azevedo, restando a Casa-solar, cuja torre ainda se perfila na paisagem. O tempo passa, mas a Casa-solar de Azevedo persiste, imponente e vetusta, simbolizando tudo o que outrora foi a família que a habitava e lhe deu o nome. A memória perdura através do nome e do património edificado e a par deste marco existem os Arquivos, produzidos pela Família, atribuindo-se-lhes o valor patrimonial merecido. Memórias escritas e produzidas por pessoas que viveram num tempo bem diferente do nosso. Os Azevedo viram a formação de um país, conquistaram-no e reconquistaram-no, assistiram à mudança de dinastias, a períodos de paz e de guerra, à descoberta de um mundo novo, a estabilidades e instabilidades políticas, a pestes e crises, às Revoluções agrícola e industrial, à invenção da eletricidade e do telefone, à queda da monarquia e implantação de uma República, à instauração de uma ditadura e à sua extinção.

Aquando do início do projeto e do estágio, não sabia o que havia pela frente. Dificuldades foram encontradas, mas superadas, na medida do possível. A maior questão que persiste prende-se com a origem do Arquivo. Aparentemente, terá sido adquirido pelo Dr. Eugénio da Cunha e Freitas. Formado em Direito, foi historiador e genealogista, mas também colecionador. A esta questão, junta-se a da existência de documentação do pai e do 1º Conde de Margaride, acoplada ao Arquivo dos Condes de Azevedo. Sem ter encontrado nenhum elo de ligação como um casamento ou um ato negociativo, prevê-se que constitui um SI isolado, mas sem provas não é possível chegar a uma conclusão.

Pelo contrário, conclui-se que os Azevedos foram bastante poderosos económica e territorialmente, embora a mudança dos tempos trouxessem dilemas que tiveram de ser respondidos e causas pelas quais foi necessário lutar, comprometendo os bens materiais. “O insensato diverte-se a praticar o mal; o sábio, a cultivar a sabedoria”<sup>640</sup>.

---

<sup>640</sup> *Provérbios de Salomão*, Primeira coleção de provérbios (10,1 – 22, 16), Mem Martins, Livros de bolso Europa – América, 1999, p. 43.

## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, 2º Conde de, *Cartas Inéditas de Camillo Castelo Branco ao 1º Conde de Azevedo*, Coimbra Editora, 1926.
- AAVV, *O Arquivo de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1991.
- *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. I, Braga, 1950.
- AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: introdução ao estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, 1969.
- AZEVEDO, José de, *Subsídios para a História do Aqueduto de Vila do Conde*, Póvoa de Varzim, Caixa de Crédito Agrícola de Póvoa de Varzim e Vila do Conde, 1988, p. 16.
- *Boletim Municipal de Vila do Conde*, nº 54, Junho de 2005.
- BRANCO, Camilo Castelo, *Divindade de Jesus*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda., 1971.
- CAPELA, José Viriato, e NUNES, João A., “O Concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República – Fontes para o seu estudo”, *Barcellos-Revista*, vol. 1, nº2, 1983.
- *Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notáveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e Samodães enriquecido de notas bibliográficas e notícias de várias edições de muitas obras descritas. E também numerosos fac-similes de portadas, frontispícios, páginas, gravuras, registos de lugar e de data de impressão das mesmas obras, etc.* redigido por José dos Santos e com introdução pelo erudito escritor e bibliófilo Anselmo Braamcamp Freire, editado em 1921 pela Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica no Porto.
- D'ALVA, Aprígio, “Notas d'um antiquário”, *Ilustração Villacondense*, nº33, Novembro de 1912.
- FERRAZ, António, *Apontamentos para a História de Barcelos*, vol. I, Barcelos, 2013.
- FERREIRA, Monsen. José Augusto, *Villa do Conde e seu alfoz*, Porto, Ateliers Marques Abreu, 1921.
- FIGUEIREDO, Maria do Pilar, “Barcelos na vida e obra de Camilo Castelo Branco”, *Barcelos – revista*, Câmara Municipal de Barcelos, 1991.
- *Espólios da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Porto, 2010.
- FELGUEIRAS GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. III,
- FELGUEIRAS GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. V

- FERREIRA, José, *Balasarenses*, Balasar, Edição do Autor.
- FONSECA, Teotónio da, *O Concelho de Barcelos Áquem e Além-Cávado. I – Áquem-Cávado*, Barcelos, Reprodução fac-similada da edição de 1948, 1987.
- *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho*, 4º vol., Tomo II (Minho), Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- LACERDA, Silvestre, “O Soldado Prático e o “Marechal” Afonso. Os arquivos resultam da atividade humana...” in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII – XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – FCSH, IEM, 2012.
- LE GOFF, Jacques, *História e Memória, II vol: Memória*, Edições 70, 1982.
- MACEDO, Ana Maria Costa, “O Arquivo da Casa Avelar (Braga) – da construção da familiar à (re)construção da história social”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII – XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – FCSH, IEM, 2012.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *Nova História de Portugal – vol. IX: Portugal e a instauração do Liberalismo*, Editorial Presença.
- MATTOSO, José, *Ricos – Homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Guimarães Editores, 1985.
- MIRANDA, Marta, *Vila do Conde*, Lisboa, Presença, 1998.
- NEVES, Joaquim Pacheco, *Vila do Conde*, Vila do Conde, Edição da Secção Cultural da Câmara de Vila do Conde, 1991.
- NÓBREGA, Artur Vaz Osório da, e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, *A Heráldica e Genealogia no Concelho de Barcelos- II- Aquém Cávado*, *Barcelos Revista*, vol. II, Nº1, (pp. 111-176).
- PEREIRA, João Maria dos Reis, “Vila do Conde: As origens”, *ACTAS DO 2º Encontro de História de Vila do Conde – Vila do Conde. 1050 anos de história. A Memória dos séculos monásticos*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004.
- PINTO, António Ventura, “O século XVIII em Vila do Conde: enquadramento político e institucional”, *Atas do 3º Encontro de História de Vila do Conde: vetores de desenvolvimento económico. As feiras – da idade média à época contemporânea*, Vila do Conde, 2005.
- POLÓNIA, Amélia, “Fontes para o estudo de Vila do Conde: o Arquivo do Mosteiro de Santa Clara”, *ACTAS DO 2º Encontro de História de Vila do Conde – Vila do Conde*.

- 1050 anos de história. A Memória dos séculos monásticos*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004.
- POLÓNIA, Amélia, *Relações poder central/poder local: A permanência da jurisdição senhoriais no Portugal Moderno. O estudo de um caso: Vila do Conde*.
  - PONTES, Celso, *1º Conde de Margaride e a nossa praia*, Facho – Suplemento de “O Comércio de Vila do Conde”, nº 76, Agosto de 1991.
  - REIS, António do Carmo, *Nova História de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2000.
  - RIBEIRO, Fernanda, *Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar*, Boletim Cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 3ª série, 2005.
  - RIBEIRO, Fernanda, *Arquivos – Memória – História: Algumas notas para reflexão*, População e Sociedade, nº 9, 2002.
  - RODRIGUES, Abel Freitas, “Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo Orgânico-Funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá”, *Atas do 1º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro*, Município de Arcos de Valdevez, 2007.
  - SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís, *Arquivística – Teoria e prática de uma ciência da Informação*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.
  - SILVA, Armando Ribeiro da; RIBEIRO, Fernanda, *Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.
  - SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interativo”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. III, Porto, 2004, p. 56 – 57.
  - SOLLA, Conde Castro e, “Notas d'um antiquário”, *Ilustração Villacondense*, nº31, Setembro de 1912.
  - SOTTOMAYOR, António Pedro, “*Multiplicar os peixes é poupá-los quando se reproduzem...*” - *O debate parlamentar de um filho de Estarreja*, “Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja”, nº4 – Ano 4 – 2010.
  - SOUSA, Eliana, *Heráldica de Vila do Conde – Heráldica de Família*, Suporte digital.



- SOUSA, Fernando de, [et al.] *O Arquivo de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1991.
- *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*, nº1 – Ano 1 – 2007.
- TRIGUEIROS, António Júlio Limpo; FREITAS, Eugénio da Cunha e; LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira, *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1998.
- TRIGUEIROS, António J. Limpo, “Casa Solar e Honra de Azevedo”, *Concelho de Barcelos. Freguesias: Lama*, Fascículo nº48, 2014, p. 9.
- VASCONCELOS, Victor Blanco de, “O Conde de Azevedo segundo Camilo Castelo Branco”, *Diário do Minho*, 4 de maio de 2011.
- VELHO, Ernesto, *Velhos de Barbosa do Paço de Marrancos*, Porto, Tipografia Progresso, 1930.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, Enciclopédia, 1989.

## Suportes Digitais Consultados:

- <http://geneall.net/>
- [http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=29008](http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29008).
- <http://www.cm-viladoconde.pt/pages/520>
- <http://digitarq.advct.arquivos.pt/details?id=1061756>
- <http://digitarq.advct.arquivos.pt/details?id=1093879>
- <http://www.cm-barcelos.pt/viver-barcelos/cultura/biblioteca-municipal>.
- <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1675>;
- <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223343>.
- [www.abebooks.com/Epanaphora-bellica-referem-gloriosos-progressos-Armaz/819545006/bd](http://www.abebooks.com/Epanaphora-bellica-referem-gloriosos-progressos-Armaz/819545006/bd)
- [http://www.cm-pvarzim.pt/areas-de-atividade/povoa-cultural/museu-municipal/suportes-informativos/GUIA\\_Museu\\_Municipal.pdf](http://www.cm-pvarzim.pt/areas-de-atividade/povoa-cultural/museu-municipal/suportes-informativos/GUIA_Museu_Municipal.pdf)
- <http://quinbala.blogspot.pt/2009/12/qb4.html>.
- <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73793>.